

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**ANA PAULA APARECIDA FERREIRA ALVES**

**OS MUNDOS RURAL E URBANO: RELAÇÕES E INTERAÇÕES A PARTIR DO  
COTIDIANO DA COMUNIDADE DE SÃO JOÃO NO VALE DO RIBEIRA-PR**

**PONTA GROSSA  
2011**

**ANA PAULA APARECIDA FERREIRA ALVES**

**OS MUNDOS RURAL E URBANO: RELAÇÕES E INTERAÇÕES A PARTIR DO  
COTIDIANO DA COMUNIDADE DE SÃO JOÃO NO VALE DO RIBEIRA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientação: Profa. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr

**PONTA GROSSA**

**2011**

A474m            Alves, Ana Paula Aparecida Ferreira  
                     Os mundos rural e urbano : relações e interações a partir do  
cotidiano da comunidade de São João no Vale do Ribeira-Pr / Ana  
Paula Aparecida Ferreira Alves. Ponta Grossa, 2011.  
                     115f.

                     Dissertação ( Mestrado em Geografia - Gestão do Território ),  
Universidade Estadual de Ponta Grossa.  
                     Orientadora: Profa. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr

                     1. Quilombo. 2. *Community studies*. 3. Relações campo-cidade.  
4. Comunidade Quilombola de São João. 5. Vale do Ribeira-PR.  
I. Sahr, Cicilian Luiza Löwen. II. T.

CDD: 301.34

## TERMO DE APROVAÇÃO

ANA PAULA APARECIDA FERREIRA ALVES

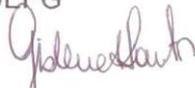
OS "MUNDOS" RURAL E URBANO: RELAÇÕES E INTERAÇÕES A PARTIR DO  
COTIDIANO DA COMUNIDADE DE SÃO JOÃO NO VALE DO RIBEIRA - PR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:



Profa. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr  
UEPG



Profa. Dra. Gislene Aparecida dos Santos  
UFPR



Profa. Dra. Joseli Maria Silva  
UEPG

Ponta Grossa, 28 de fevereiro de 2011

*Dedico este trabalho à nossa “mãe do quilombo” Dona Maria, que deixou em nossas lembranças seu carinho, hospitalidade e esperança.*

## AGRADECIMENTOS

Tenho tanto e a tantos à agradecer que se a ordem disposta representasse a ordem de importância, não seria possível escrever meus agradecimentos, pois todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho, tiveram para mim o mesmo grau de relevância. Portanto esta ordem não importa.

Primeiro agradeço a Deus por me permitir todas as coisas boas, oportunidades e conquistas, principalmente me abençoando com plena saúde.

Agradeço aos meus pais, Claudiney e Diléia que até onde puderam não pouparam esforços para me proporcionar uma excelente educação em casa e escolar.

Na minha família também tive pessoas queridas que sempre acreditaram muito em mim. Em especial à tia Vilma (*in memoriam*) e o tio Juarez que ajudaram inúmeras vezes meus pais com despesas escolares e com o incentivo de apostar sempre na educação como o melhor caminho a seguir.

Ao vô Ico e a vó Matilde que já não estão mais conosco, mas queriam muito que sua neta fosse estudada. Que em algum lugar, eles estejam felizes com meus passos.

Também quero agradecer com enorme carinho ao meu companheiro Matheus que demonstrou com tanto amor, sua compreensão e paciência nos meus momentos acadêmicos, desde o começo do nosso relacionamento. Agradeço por me apoiar e demonstrar o orgulho que tens de mim.

Meus agradecimentos à Tanize Tomasi, minha colega e amiga que foi minha melhor companheira na jornada realizada no quilombo São João e hoje a considero como uma irmã. Sua exímia monografia me auxiliou em muitos momentos na realização desta dissertação.

À minha orientadora Profa. Dra. Cicilian L. Löwen Sahr, meus mais sinceros agradecimentos por tudo o que me ensinou desde a graduação. Por suas contribuições enquanto geógrafa, professora, pesquisadora e amiga. A partir da experiência que vivemos na comunidade São João, passei a admirá-la ainda mais por sua benevolência e extrema competência.

Agradeço ainda aos demais professores do Programa de Mestrado em Geografia, principalmente aos que participaram com seus valiosos apontamentos em minha qualificação; Prof. Dr. Luiz Alexandre Cunha, Profa. Dra. Joseli Silva e em especial ao Prof. Dr. Wolf-Dietrich Sahr pelas indispensáveis sugestões.

Não posso deixar de agradecer à Fundação Araucária por ter me concedido uma bolsa de estudos durante 18 meses do meu curso de mestrado; ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-PR), por ter nos preparado e

mantido-nos com recursos durante as idas e vindas à comunidade quilombola. Às demais instituições que nos receberam como Grupo Clóvis Moura, Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG-PR), Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Prefeituras de Eldorado-SP, Adrianópolis-PR e outras que foram importantes na realização deste trabalho.

Sem a colaboração e hospitalidade dos moradores da comunidade quilombola de São João nada disso seria possível, pois eles são os protagonistas desta história. Agradeço a cada morador e espero que este trabalho venha a contribuir de alguma forma para a concretização de seus sonhos.

## RESUMO

A proposta desta dissertação é compreender as relações e interações entre os mundos rural e urbano a partir do cotidiano de uma comunidade rural quilombola: São João. O isolamento e as limitações impostas decorrentes da condição geográfica desta comunidade quilombola, localizada no Vale do Ribeira – PR obriga os moradores a buscar recursos e melhor infra-estrutura em outros locais. Isso faz com que desenvolvam estratégias diferenciadas e dinâmicas de deslocamentos, como alternativas para enfrentar esta situação. Através desta investigação busca-se compreender como se dão estas relações a partir da experiência vivida e o que isso acarreta no dia-a-dia da comunidade. Através dos *community studies* foi possível conciliar teoria ao método, pois a perspectiva micro-escalar presente nesta abordagem permite valorizar a visão dos sujeitos pesquisados. Foi na vivência cotidiana, acompanhando-os em seus deslocamentos diários, também através das entrevistas e na construção de genealogias em conjunto com os moradores, que se chegou aos resultados desta pesquisa. Alguns fatores como a criação do Parque das Lauráceas e a compressão espacial dos fazendeiros a partir dos anos 1970, favoreceram o agravamento do isolamento e o êxodo rural na comunidade. A falta de recursos básicos também os motiva a procurar no mundo urbano o que em seu mundo não encontram. As relações atuais efetuadas entre estes dois mundos vêm demonstrando uma integração entre ambos e alterando a vida na comunidade.

**Palavras-chave:** Quilombo, *community studies*, relações campo-cidade, Comunidade Quilombola de São João, Vale do Ribeira-PR.

## ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to understand the relationships and interactions among the rural and urban worlds, considering the daily life in São João, a rural community maroon. The isolation and the constraints arising from the geographical condition of this maroon community, located in the Vale do Ribeira – PR, force residents to seek resources and better infrastructure in other locations. In consequence, they develop different strategies and dynamics of dislocations as an alternative to face this scenario. This research seeks to understand how these relationships are given from the experience lived and what that entails in day-to-day of community. Through community studies, it was possible to reconcile theory and method. Through the community studies, it was possible to combine the theory with the method, as the micro-scale perspective make possible to appreciate each researched individual' view. The research results have been achieved by observing their daily life and accompanying their daily movements. Interviews and a genealogy construction together with the residents were also essential. Some factors, such as the creation of the Park of Lauráceas and the spatial compression of farmers from the 1970s on, helped to increase the isolation and the rural exodus in the community. The lack of basic resources also motivates them to search in the urban world what they do not find in their own rural world. The current relations made between these two worlds have shown an integration between the two and changing life in the community.

**Keywords:** Quilombo, community studies, rural-urban relations, Quilombo Community of São João, Vale do Ribeira, PR.

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 01 -</b>	População dos municípios que compõe o Vale do Ribeira - São Paulo.....	<b>51</b>
<b>TABELA 02 -</b>	População dos municípios que compõe o Vale do Ribeira - Paraná.....	<b>51</b>
<b>TABELA 03 -</b>	Situação atual das comunidades quilombolas certificadas do Vale do Ribeira-SP.....	<b>54</b>
<b>TABELA 04 -</b>	Situação atual das comunidades quilombolas certificadas do Vale do Ribeira-PR.....	<b>55</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 01 -</b>	Classificação de comunidades camponesas conforme Wolf (1957).....	<b>28</b>
<b>QUADRO 02 -</b>	Classificação da flora local segundo moradores da comunidade São João.....	<b>61</b>
<b>QUADRO 03 -</b>	Classificação da fauna local segundo moradores da comunidade.....	<b>63</b>
<b>QUADRO 04 -</b>	Calendário agrícola anual da comunidade.....	<b>66</b>
<b>QUADRO 05 -</b>	Dinâmica de deslocamento residencial das famílias da comunidade.....	<b>81</b>
<b>QUADRO 06 -</b>	Itinerário do líder político Osvando (de 11/03 a 31/03/2009).....	<b>85</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01 -</b>	Localização da comunidade rural quilombola de São João no contexto regional.....	<b>15</b>
<b>FIGURA 02 -</b>	A teoria do <i>continnum</i> rural-urbano.....	<b>36</b>
<b>FIGURA 03 -</b>	Perspectiva “eclipse do mundo rural” ou fim do rural.....	<b>37</b>
<b>FIGURA 04 -</b>	Perspectiva rural-urbano: um mesmo <i>continuum</i> .....	<b>38</b>
<b>FIGURA 05 -</b>	Perspectiva emancipação do rural em relação ao <i>continuum</i> .....	<b>38</b>
<b>FIGURA 06 -</b>	Ressemantização do termo “remanescentes” no conceito de quilombo e sua utilização na comunidade quilombola de São João.....	<b>46</b>
<b>FIGURA 07 -</b>	Ressemantização do termo “terras de uso comum” no conceito de quilombo e sua utilização na comunidade quilombola de São João.....	<b>46</b>
<b>FIGURA 08 -</b>	Ressemantização do termo “etnicidade” no conceito de quilombo e sua utilização na comunidade quilombola de São João.....	<b>47</b>
<b>FIGURA 09 -</b>	Região do Vale do Ribeira composta por 07 municípios paranaenses e 25 paulistas.....	<b>50</b>
<b>FIGURA 10 -</b>	Localização da comunidade quilombola e acessibilidade às sedes dos municípios de Adrianópolis e Barra do Turvo.....	<b>56</b>
<b>FIGURA 11 -</b>	Estrutura atual da comunidade quilombola de São João do tipo “conduzida pelo curso d’água” e em suas subunidades.....	<b>71</b>
<b>FIGURA 12 -</b>	Genealogia da 1ª e 2ª gerações da estrutura familiar da comunidade de São João.....	<b>83</b>
<b>FIGURA 13 -</b>	Familiares quilombolas que vivem em caráter comunitário no mundo urbano no bairro “Novo Mundo” – Boituva-SP.....	<b>88</b>
<b>FIGURA 14 -</b>	Genealogia da família de Osvando segundo o atual local de moradia..	<b>89</b>
<b>FIGURA 15 -</b>	Genealogia família de Benedito e Maria Aparecida segundo atual local de moradia.....	<b>93</b>
<b>FIGURA 16 -</b>	Genealogia da família de Godêncio segundo atual local de moradia.....	<b>95</b>
<b>FIGURA 17 -</b>	Genealogia das famílias de João Camargo, Cleonice, Ademir e Osvaldo segundo o atual local de moradia.....	<b>97</b>
<b>FIGURA 18 -</b>	Genealogia das famílias de Esmeraldo e Castilho segundo atual local de moradia.....	<b>99</b>
<b>FIGURA 19 -</b>	Representação da articulação entre rural/tradicional e urbano/moderno pela comunidade rural quilombola de São João.....	<b>105</b>

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>FOTO 01 -</b>	Guarita da entrada da comunidade construída pelos moradores.....	<b>58</b>
<b>FOTO 02 -</b>	Ponte Pêncil de acesso à comunidade construída sobre o Rio Pardo.....	<b>59</b>
<b>FOTO 03 -</b>	“Tucum”- espécie utilizada no passado pela comunidade para confecção de linha de pesca.....	<b>62</b>
<b>FOTOS 04 e 05 -</b>	Resgate da prática tradicional de cestaria na comunidade.....	<b>62</b>
<b>FOTO 06 -</b>	“Covo”- instrumento de pesca da comunidade.....	<b>64</b>
<b>FOTO 07 -</b>	Desenho da fauna local elaborado por jovem da comunidade.....	<b>64</b>
<b>FOTOS 08 e 09 -</b>	Preparação do Biju seguindo técnicas tradicionais.....	<b>67</b>
<b>FOTO 10 -</b>	Antigo monjolo existente na comunidade.....	<b>68</b>
<b>FOTO 11 -</b>	Casa quilombola tradicional.....	<b>69</b>
<b>FOTO 12 -</b>	Escola multiserial existente na comunidade.....	<b>73</b>
<b>FOTO 13 -</b>	Estudantes da comunidade pegando o transporte escolar na guarita.....	<b>74</b>
<b>FOTO 14 -</b>	Culto na casa de Osvando.....	<b>76</b>
<b>FOTO 15 -</b>	Hospital Regional de Pariquera-Açú-SP.....	<b>78</b>
<b>FOTO 16 -</b>	Feira semanal da Barra do Turvo.....	<b>80</b>
<b>FOTO 17 -</b>	Romaria da Terra 2010 com tema ligado à questão quilombola Adrianópolis-PR.....	<b>86</b>
<b>FOTO 18 -</b>	Célula de energia solar implantada pela COPEL na comunidade.....	<b>101</b>
<b>FOTO 19 -</b>	“Horta Comunitária” implantada na comunidade através de programa do Governo Federal.....	<b>103</b>
<b>FOTO 20 -</b>	Léo trabalhando na agrofloresta, a qual introduziu paralela a roça tradicional.....	<b>104</b>

## LISTA DE ANEXOS

<b>ANEXO 01 -</b>	Termo de autorização da comunidade.....	<b>115</b>
-------------------	---	------------

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 - OS <i>COMMUNITY STUDIES</i> E AS RELAÇÕES ENTRE OS MUNDOS RURAL E URBANO</b> .....	<b>19</b>
1.1 AS ORIGENS DOS <i>COMMUNITY STUDIES</i> .....	19
1.2 OS <i>COMMUNITY STUDIES</i> NA ESCOLA DE CHICAGO.....	22
1.3 NOVAS PERSPECTIVAS NOS ESTUDOS DE COMUNIDADE: DA COMPLEXIDADE À ECOLOGIA CULTURAL E CAMPESINATO.....	25
1.4 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO RURAL E OS <i>COMMUNITY STUDIES</i> NO BRASIL: DO REDUCIONISMO À MICRO-ESCALA.....	29
1.5 OS MUNDOS RURAL E URBANO E SUAS CATEGORIAS.....	34
<b>CAPÍTULO 2 – OS MUNDOS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA: CONTEXTUALIZANDO A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO JOÃO</b> .....	<b>39</b>
2.1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS RURAIS E URBANAS: COMPLEXIDADE CONCEITUAL.....	40
2.2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS E PEQUENOS MUNICÍPIOS: DINÂMICAS NO VALE DO RIBEIRA.....	48
<b>CAPÍTULO 3 – ENTRE DOIS MUNDOS: O RURAL (TRADICIONAL) E O URBANO (MODERNO) A PARTIR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO JOÃO</b> .....	<b>57</b>
3.1 O MUNDO RURAL E OS ELEMENTOS TRADICIONAIS EM SÃO JOÃO.....	57
3.2 DO RURAL AO URBANO: AS RELAÇÕES COTIDIANAS ENTRE OS DOIS MUNDOS.....	72
3.2.1 Escolas na cidade.....	73
3.2.2 Dos cultos em casa aos cultos na Barra.....	75
3.2.3 Só tradição não cura.....	77
3.2.4 Produtos, serviços e outras atividades do mundo urbano.....	79
3.2.5 Cada família um caso de relações entre campo e cidade.....	82
3.3 A INSERÇÃO DO MODERNO NA VIDA TRADICIONAL EM SÃO JOÃO.....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>109</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

Estudar o rural e o urbano na atualidade significa exprimir um novo sentido na forma de pensar estes dois mundos. Compreender ambos os espaços é conhecer a história e o modo vida que se reproduz no cotidiano de cada lugar. É preciso também compreender as suas relações a partir das particularidades e interações que as ocasionam. É na vida cotidiana que as famílias buscam sua reprodução sucessiva e se expressam. As necessidades e dificuldades do dia-a-dia fazem com que as pessoas recriem seus mundos por meio de seus modos de vida.

Estes dois mundos, rural e urbano, constituem o espaço onde estas expressões e modos de viver se desenvolvem de maneira diferenciada, muitas vezes recriadas e com suas especificidades, mas que fazem parte de um mesmo contexto e um mesmo processo de formação.

No que condiz ao rural e ao urbano enquanto categorias analíticas, estas são historicamente referenciadas de forma isolada ou no âmbito das relações dicotômicas entre si. Entre os estudos de comunidade (*community studies*) surgiu uma abordagem que reconhece a integração do rural (associado ao tradicional) e urbano (associado ao moderno), ambos convivendo e interagindo num mesmo *continuum*.

A relevância desta temática nesta dissertação consiste em amparar o entendimento das constantes transformações que são evidenciadas na vida cotidiana dos moradores<sup>1</sup> de uma comunidade rural quilombola, em virtude das inter-relações por eles estabelecidas com o mundo urbano.

O cuidadoso delineamento desta pesquisa é decorrência de minha trajetória acadêmica. As influências provêm desde o período de graduação quando ingressei num grupo de estudos sobre populações tradicionais e territórios sociais<sup>2</sup>. Esta experiência me conduziu primeiramente a pesquisar as populações faxinalenses, mais especificamente a comunidade de Taquari dos Ribeiros, localizada no centro-sul do Paraná.

Concomitantemente ao início do mestrado, fui selecionada para integrar a equipe de um novo projeto que tinha como foco também as populações tradicionais,

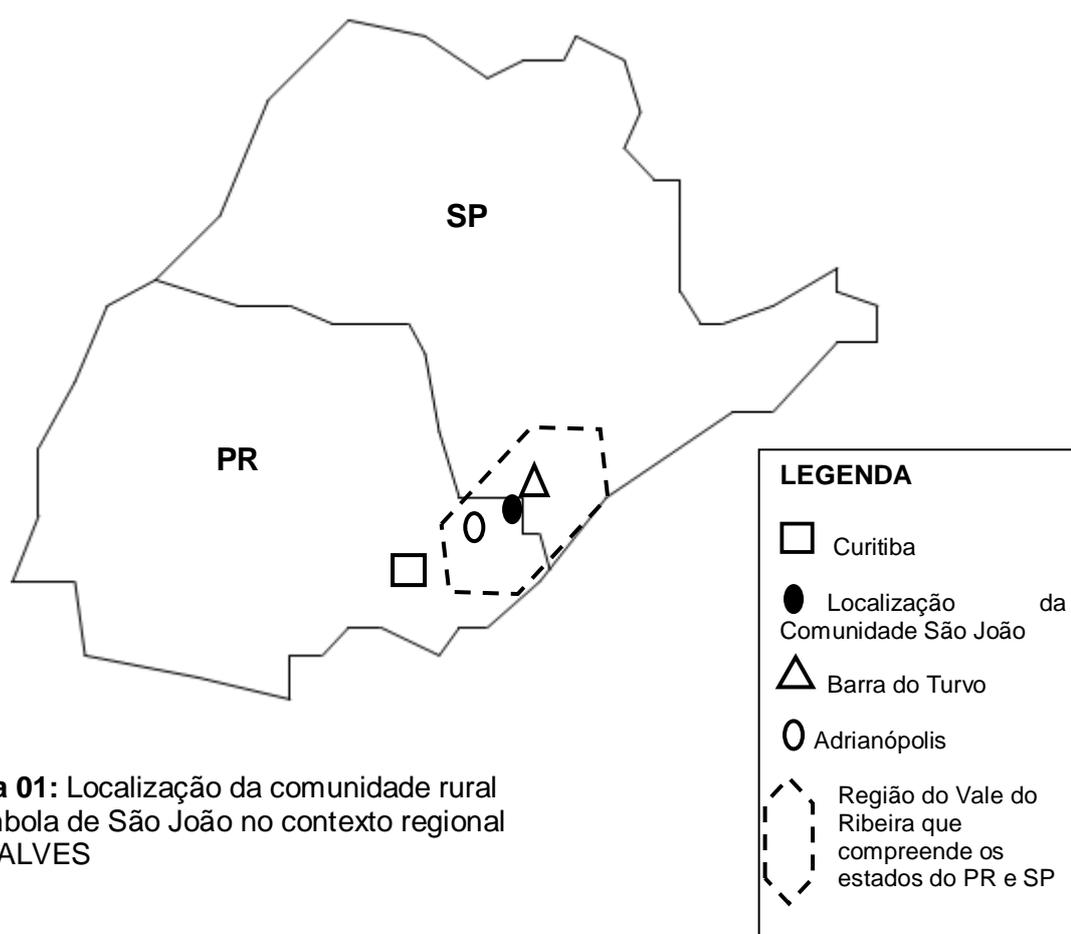
---

<sup>1</sup> Os moradores da comunidade estudada permitiram a publicação de fotos e de seus nomes por meio de um termo de autorização (Anexo 01).

<sup>2</sup> O grupo de pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa, coordenado pela Profa. Dra. Cílician Luiza Löwen Sahr, integra a “Rede Faxinal Pesquisa” e desenvolve projetos paralelos vinculados a outros grupos tradicionais e étnicos.

desta vez voltado aos grupos quilombolas<sup>3</sup>. A partir desta experiência, houve meu primeiro contato com a comunidade rural quilombola de São João. Foi nesta ocasião que conheci inicialmente a condição geográfica da comunidade, a primeira situação que me despertou interesse pela temática. Pertencente à área rural do município de Adrianópolis, o qual integra a região metropolitana de Curitiba, a localização de São João demonstra o imenso contraste revelado entre os aproximados 300 km que ligam a capital do estado, um local altamente urbanizado, a um ambiente tão caracteristicamente rural.

O que mais chamou atenção foi o fato de que administrativamente a comunidade pertença ao estado do Paraná, mas as dinâmicas de deslocamento ocorrem de forma mais intensa com o estado vizinho, pois o acesso mais viável à comunidade é realizado através da pequena cidade de Barra do Turvo, localizada no Vale do Ribeira no estado de São Paulo. São João, que integra o Vale do Ribeira paranaense, situa-se na divisa destes dois estados (Figura 01).



**Figura 01:** Localização da comunidade rural quilombola de São João no contexto regional  
Org.: ALVES

<sup>3</sup> Meu ingresso no Projeto Brasil Quilombola através da equipe coordenada também pela Profa. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr tinha como responsabilidade a realização do Relatório Antropológico da Comunidade de São João em Adrianópolis – PR.

Posteriormente, um retorno em março de 2009 a São João, para permanência por 20 dias na comunidade, permitiu-me vivenciar o cotidiano dos moradores. Nesta ocasião foi possível perceber as dinâmicas de deslocamento e as estratégias por eles adotadas para buscar no mundo urbano, o que em seu ambiente não encontram.

Assim surgiu a proposta deste trabalho que tem por principal objetivo, demonstrar como se dão as variadas relações e interações entre os mundos rural e urbano a partir da ótica dos sujeitos pesquisados e em que isso afeta a comunidade em geral. Por que e como são estas relações, são indagações que direcionaram a pesquisa.

A partir do objetivo traçado, busquei um embasamento teórico que pudesse sustentar minha pesquisa. Aprofundando minha revisão bibliográfica, surpreendi-me ao notar que os *community studies* (estudos de comunidade) permitiriam estruturar minha proposta de dissertação, conciliando teoria e método.

Com isto, num segundo retorno a comunidade, realizado em julho do mesmo ano, aos moldes dos *community studies*, aprofundei minhas investigações.

A partir da abordagem destes estudos, a pesquisa visa analisar as relações e interações existentes entre os distintos espaços através de um olhar mais subjetivo da realidade na intenção de partir da experiência dos próprios sujeitos pesquisados. Para tanto, foi fundamental aproximar-me o máximo possível da realidade estudada, procurando adentrar o mundo vivido destes indivíduos. Desta forma, o pesquisador não é apenas um simples expectador, mas tem a oportunidade de vivenciar de forma individual, determinadas experiências, sensações e emoções do pesquisado.

Para isto, é necessário certo tempo de integração à nova realidade, possibilitando que a vivência ocorra espontânea e gradativamente. Assim, este método permitiu acumular observações, sensações e experiências próprias, indicando caminhos para o entendimento de como os indivíduos se percebem e se identificam.

Durante estes períodos de imersão, o acompanhamento da rotina da comunidade foi realizado em condições semelhantes as dos moradores quilombolas - como a moradia, a alimentação, as atividades diárias, entre outras.

A compreensão do contexto geral da comunidade e de suas relações com outros espaços quer rurais, quer urbanos, foi apreendida através da observação e aproximação participativa com os moradores através de entrevistas formais e informais, tanto individuais como em grupo, e no acompanhamento de suas atividades diárias.

Também acompanhei, de forma participativa, atividades do cotidiano, como o trajeto comunidade-escola, percorrido pelas crianças; a participação em culto religioso, efetuado por parte da comunidade no município da Barra do Turvo – SP, bem como

deslocamentos rotineiros da comunidade a este mesmo município para compra de alimentos industrializados nos mercados e comércio em geral e também para compra de roupas e medicamentos. Ainda foram feitas visitas às pessoas mais idosas da comunidade, que em função de dificuldades de locomoção não podem mais visitá-la ou nela morar, residindo então no município mais próximo. Foram realizadas entrevistas individuais com alguns moradores como o líder da comunidade que descreveu suas atividades diárias pessoais e de interesse dos demais moradores que realiza entre a comunidade e outras localidades rurais e urbanas.

Além de acompanhar o dia-a-dia dos moradores em seus percursos entre campo e cidade, percorri alguns dos municípios do Vale do Ribeira, principalmente no lado paulista, com o intuito de conhecer um pouco mais dos locais em que estas relações se realizam.

Para apresentar o desenvolvimento desta pesquisa, a dissertação se estrutura em três capítulos. No primeiro explica-se a origem dos *community studies*, suas principais fases e as teorias que surgiram destas etapas referentes aos mundos rural e urbano e suas relações.

O segundo capítulo descreve o processo que levou à ressemantização do conceito de quilombo e a tipologia destas comunidades no contexto rural e urbano no Brasil. Também apresenta a comunidade São João na sua composição regional e que a caracteriza como um quilombo rural.

No terceiro capítulo a pesquisa empírica pretende revelar o mundo tradicional da comunidade rural quilombola de São João. São apresentadas as relações e estratégias estabelecidas com o mundo urbano. Demonstra-se como está ocorrendo a inserção de elementos do moderno em seu meio e que mudanças está acarretando nos costumes dos moradores e na paisagem local. Aponta-se, ainda, um esboço da atual condição de integração que envolve as relações entre os dois mundos.

Durante toda a dissertação, a expressão mundo é utilizada para designar as categorias rural e urbano. A opção pela palavra remete a uma perspectiva da Geografia Humanista e Cultural e é adotada no sentido de representar a visão particular de mundo e a ligação com os lugares das vivências cotidianas dos indivíduos.

Este enfoque tem como referência o conceito de mundo vivido preconizado por Relph (1979). O autor se refere a um mundo-vivido cultural, o qual está carregado de significados e onde passamos a maior parte da nossa vida cotidiana. Estes espaços podem ser públicos, individuais, paisagens e tantos outros. Os múltiplos mundos constituem espaço social e cultural nutrido de intersubjetividade. Na experiência, são mundos inter-relacionados.

O mundo é um modo de vida, por meio do qual os indivíduos possuem uma visão do seu próprio mundo e do mundo exterior que se relacionam. É a partir dele que enxergam a si mesmos e o que está a sua volta.

A intenção exposta na referência citada a respeito do termo mundo, não é dar continuidade no desenvolvimento do texto aprofundando-se neste, o que não deixa de ser relevante nesta perspectiva; mas foi brevemente aqui exposta para justificar a opção pela expressão nomeada.

## CAPÍTULO 1 – OS *COMMUNITY STUDIES* E AS RELAÇÕES ENTRE OS MUNDOS RURAL E URBANO

O objetivo deste primeiro capítulo é analisar os conceitos de rural e urbano para compreender as relações e interações entre estes dois mundos, tendo por base os estudos de comunidade (*community studies*). Estes estudos surgidos na Antropologia e Sociologia durante a transição do século XIX para o século XX influenciaram e embasaram significativamente as concepções referentes aos espaços rurais e urbanos, e conseqüentemente suas relações.

Portanto, uma breve apresentação cronológica das principais fases dos *community studies* faz-se necessária diante da caracterização dos elementos que compõe os dois mundos.

Num primeiro momento são descritas a origem destes estudos que começou no século XIX na Europa. Em seguida, apresenta-se o seu desenvolvimento na Escola de Chicago nos Estados Unidos, onde o *community study* passou a ser utilizado como uma metodologia. Evidenciam-se ainda, as novas perspectivas decorrentes das mudanças nas concepções teóricas sobre comunidades.

Em todas as etapas retratadas, paralelamente destacam-se algumas características das fases paradigmáticas da Geografia referentes aos mesmos períodos em que se desdobravam tais estudos. O intuito é demonstrar a importância da atual releitura dos *community studies* através desta disciplina no Brasil.

Por fim, a análise se volta às categorias do rural e do urbano na tentativa de melhor compreendê-las, principalmente na atualidade.

### 1.1 AS ORIGENS DOS *COMMUNITY STUDIES*

A relação estabelecida entre uma comunidade rural quilombola e determinados espaços considerados urbanos foi o fenômeno observado que despertou interesse para a proposta de pesquisa retratada nessa dissertação. Trata-se da Comunidade Quilombola de São João e de suas articulações urbano-regionais.

Partindo para a investigação teórica que fundamenta o fenômeno, desvelou-se um histórico um tanto recente, que se ajusta perfeitamente na compreensão dos elementos que constituem este contexto. Verificou-se que os estudos de comunidade e sociedade desde sua origem estiveram diretamente associados aos mundos rural e urbano, seja interpretando as transformações que vêm ocorrendo nestes dois mundos, seja avaliando as influências existentes entre ambos.

Estudos sobre sociedades culturalmente diferenciadas ou sobre antigos povos já eram realizados na Europa mesmo antes de surgirem áreas específicas do conhecimento como a Antropologia, a Sociologia, a Geografia e as demais Ciências Sociais. Porém, no final do século XIX, num período marcado pelas mudanças do desenvolvimento industrial, alguns aspectos de ordem social chamaram a atenção de estudiosos e pesquisadores que perceberam a relação existente entre os espaços vividos e a constituição de determinadas sociedades. Essa foi a origem dos estudos de comunidade, que partiram das conceituações clássicas na Europa sobre os modos de vida rurais e urbanos, tendo a organização social como uma dimensão fundamental na maior parte das respectivas análises.

O sociólogo francês Émile Durkheim (1858 [1895]) e o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (1818 [1887]) foram os precursores das interpretações sociológicas que influenciaram decisivamente os estudos sobre o rural e urbano. Os dois princípios reproduzidos pela discussão entre estes sociólogos geraram o debate sobre a polaridade urbano-rural.

Durkheim (1895) em seus estudos classifica as sociedades a partir de critérios internos baseados em sentimentos coletivos de solidariedade, valores e crenças ou o contrário, quando se tem então o sentimento de individualização. A partir destes critérios, Durkheim (1895) estabelece uma diferenciação considerando dois tipos de sociedade; a sociedade primitiva (tradicional) e a sociedade complexa (moderna).

Para o sociólogo, a sociedade considerada primitiva e tradicional correspondia aos grupos que residiam em espaços rurais como aldeões e camponeses e caracterizavam-se pela “solidariedade mecânica”. Esta caracterização é representada por uma forte consciência coletiva quando existe grande semelhança entre os indivíduos desta sociedade, pois estes partilham sentimentos, admitem as mesmas crenças e assumem os mesmo valores.

A sociedade complexa e moderna, considerada urbana por Durkheim (1895), é caracterizada pela “solidariedade orgânica”, ou seja, é o consenso resultante da diferença. Para o autor, a personalidade do indivíduo urbano se diferencia pelo processo de emancipação deste perante a consciência de pertença de um todo coletivo. Isso o difere do comportamento “automático” tradicional.

Baseado nesta diferenciação, Durkheim (1895) acreditou que as sociedades “crescem” qualificadas por estágios onde as sociedades tradicionais são segmentárias e as modernas, diferenciadas. Nesta reflexão, as formas de “solidariedade orgânica” tendem a substituir as propriedades tradicionais com a generalização da divisão social do trabalho.

A abordagem de Tönnies (1989) se baseia na diferenciação das formações sociais a partir de outra perspectiva. Para o autor, comunidade (*gemeinschaft*) e sociedade (*gesellschaft*) também são respectivamente caracterizadas pelos sentimentos de harmonia social, relações de afetividade, coletividade e por relações aparentes, racionalizadas e individuais.

Como descreve Löwen Sahr (2008), Tönnies estabelece que:

[...] a comunidade é baseada numa “voluntariedade orgânica”, onde as pessoas estão integradas em sistemas tradicionais pré-existentes, como família ou aldeia, enquanto a sociedade (moderna) depende da “voluntariedade individual” e, muitas vezes, das reflexões racionais que a formam. (grifos da autora, LÖWEN SAHR, 2008, p.214)

Na reflexão do sociólogo, os elementos do rural tradicional, internos e singularizantes, se integram aos elementos da sociedade urbana e moderna, externos e homogeneizantes. O que ocorre é a incorporação de um ao outro, sem perder suas características próprias. (LÖWEN SAHR, 2008)

Outra conceituação próxima as de Durkheim (1987) e Tönnies (1989) é a do também sociólogo alemão Georg Simmel (1997 [1903]), que denota diferentes atitudes entre sociedade moderna e tradicional. Para o autor, o espaço urbano possibilita uma maior liberdade individual sendo que, a pertença do indivíduo a vários círculos sociais desencadeia um processo integrador constituinte de sua própria singularidade. Já o espaço restrito da comunidade tradicional apresenta poucos círculos, caracterizando uma homogeneidade dos laços sociais que desencadeiam uma forte relação de interconhecimento entre estas populações rurais.

Ainda para Simmel (1997), a noção de densidade populacional embasa toda a compreensão destas diferenças entre o rural (tradicional) e o urbano (moderno). Para ele, o aumento populacional e territorial, além do aumento das relações e interações sociais em uma aglomeração, promove a intensidade que torna a vida urbana específica em relação à vida rural.

Deste pensamento, Simmel (1997) conclui que é a partir do anonimato do indivíduo nas grandes cidades que provém atitudes racionalizadas e de distância perante o “outro”. Como coloca o autor:

[...] se aos incessantes contatos públicos das pessoas das grandes cidades correspondessem às mesmas reações interiores dos contatos que tem lugar na pequena localidade onde cada um conhece e tem uma relação ativa com quase todas as pessoas que encontra, estaríamos completamente atomizados interiormente e cairíamos numa condição mental deplorável. (SIMMEL, 1997 [1903], p.36)

É importante destacar que as formulações do conceito sobre comunidade (tradicional/rural) e sociedade (moderna/urbana) pensadas por esses três autores clássicos, principais representantes de um período inicial dos *community studies* (1880 a 1920), foram precursoras e influenciadoras das idéias de Paul Vidal de La Blache (1954). A Geografia Positivista Tradicional, segundo Lencioni (1999, p.102), “foi a maior expressão da Geografia Regional [...] sendo imprescindível para se conhecer a força do paradigma regional na Geografia conhecer algumas de suas idéias”.

O pensamento lablachiano apresentava uma perspectiva possibilista em que a natureza oferece possibilidades para que o homem as utilize conforme suas necessidades. Mas o geógrafo francês incorpora o termo paisagem em suas obras e demonstra todo esforço “de observar e compreender a singularidade dos lugares; enfim, de procurar compreender o único, mais do que indagar por um conceito que o defina” (LENCIONI, 1999, p.107).

Enquanto os estudos sobre comunidade e sociedade se desenvolviam da Europa rumo à América, a Geografia caminhava rumo à construção e interpretação/reinterpretação de seus conceitos até constituí-los, mais tarde, em fundamentação necessária para a compreensão das categorias rural e urbano e de seus elementos formadores.

## 1.2 OS *COMMUNITY STUDIES* NA ESCOLA DE CHICAGO

Pensar as relações sociais agregadas às transformações espaciais motivou um grupo específico de pesquisadores da Escola de Chicago nos Estados Unidos na virada do século XIX para o século XX. Embora tenham sido substancialmente influenciados pela construção sociológica européia, as concepções dos sociólogos norte americanos representavam outro contexto histórico. Segundo Wacquant (2004), os Estados Unidos vivenciava a Era Progressista e a percepção das colônias fundamentou a maior parte das produções referentes aos estudos de comunidade focando-se principalmente nas categorias migração, pobreza, crime, religiosidade, instrução e saúde pública.

Wacquant (2004) relata acerca do debate em torno dos guetos na época, que:

Inicialmente, na última metade do século XIX, o termo era usado para referir-se a concentrações residenciais de judeus europeus nos portos do Atlântico e era claramente distinto de *slum*<sup>4</sup> enquanto área de moradia precária e de patologia social. O conceito expandiu-se durante a Era Progressista e passou a incluir todos os distritos urbanos degradados onde imigrantes exóticos juntavam-se – mais especificamente, imigrantes pobres do Sudeste europeu e afro-americanos fugindo do regime Jim Crow de submissão de castas no Sul dos EUA. Na medida em que o termo refletia preocupações da classe dominante com relação à assimilação desses grupos ao padrão anglo-saxão predominante no país, o “gueto” referia-se, nesse contexto, à intersecção entre bairros étnicos e *slums*, em que a segregação juntava-se ao abandono físico e à superpopulação, exacerbando assim males urbanos como a criminalidade, a desintegração familiar, a pobreza e a falta de participação na vida nacional. (WACQUANT, 2004, p.156).

Louis Wirth (1928), sociólogo da Escola de Chicago; demonstra através de seu livro “*The Ghetto*” (1928) que as áreas segregadas na cidade são criadas naturalmente a partir do desejo universal por parte dos distintos grupos de preservar suas peculiaridades através de seus hábitos culturais, cumprindo assim sua função específica no grande organismo urbano. Wacquant (2004, p.158) discorda da concepção de Wirth (1928) quando afirma que a “guetização” não é uma manifestação da natureza humana que seria parte da história das migrações, mas “na verdade é uma forma muito peculiar de urbanização modificada por relações assimétricas de poder entre grupos etnoraciais: uma forma especial de violência coletiva concretizada no espaço urbano”. Mesmo assim, as comunidades são retratadas por Wirth (1928) a partir do espaço urbano e a formação de comunidades constituídas por imigrantes, grupos étnicos e outras que compunham a formação de guetos nas cidades. (LUTTERS e ACKERMAN, 1996).

Como Simmel (1997) na Europa, Wirth (1997) fundamenta sua abordagem no conceito de densidade populacional. Para ele, a extensão e densidade urbanas estão relacionadas com as diferenças sociais. Em seus estudos, Wirth (1997) trata das diferenças entre os mundos rural e urbano sem referir-se diretamente ao rural, mas demonstra-o sempre através das alterações na estrutura do espaço urbano. A partir dos critérios utilizados por Wirth (1997) para caracterizar o urbano, é possível definir o rural, pois para o autor o que os diferencia é a densidade. Então se para ele a cidade é volumosa, invariavelmente o campo é o oposto.

Sant’ Anna destaca o padrão urbanista de Wirth:

---

<sup>4</sup> Um *slum* é uma área de dilapidação imobiliária que, por extensão, tende a designar uma vizinhança de má reputação e indesejável para as classes baixas. Essa palavra descreve um tipo de ocupação urbana similar à das favelas brasileiras, mas que também pode ser aplicada para descrever algo similar aos cortiços.

Louis Wirth, outro autor de destaque da Escola, afirma que a cidade produz uma cultura urbana que transcende os limites espaciais da cidade, afirmação totalmente inovadora. A cidade atua e se desdobra para além de seus limites físicos, através da propagação do estilo de vida urbano, e torna-se o locus do surgimento do urbanismo como modo de vida (SANT' ANNA, 2002, s.p.).

Ainda nesta primeira fase da Escola de Chicago (1920 a 1950), os estudos de comunidade passaram a ser considerados método científico (os *community studies*) e tiveram como marco o trabalho do casal de sociólogos Roberto Lynd e Helen Lynd (1956) através de uma pesquisa realizada em 1929 em uma “pequena cidade” ou *Midlletown* como designaram uma pequena comunidade rural localizada em Missouri nos Estados Unidos. A obra do casal Lynd (1956) se tornou clássica, pois eles foram os precursores na aplicação de métodos da antropologia cultural na sistematização de informações em pesquisas comunitárias (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA ONLINE, 2010, s.p.).

Contemporâneo a Wirth (1997) e aos Lynd (1956), o antropólogo norte americano Robert Redfield (1989 [1960]), ao contrário do primeiro, explicitou os critérios definidores do que ele designava de “*little community*” sendo que, para ele, as comunidades rurais caracterizam-se pela distinção territorial, homogeneidade, auto-suficiência e tamanho. Em meados de 1930, Redfield realizou estudos etnográficos com grupos específicos no México (ROSA e FERREIRA, 2006).

Conforme Willems (1947):

[...] Robert Redfield que investigou, na península de Yucatã, as relações entre "civilização" e cultura de "folk" apresentando, depois da monografia sobre *Tepoztlan: A Mexican Village* (1930), duas obras de considerável importância para o posterior desenvolvimento da Antropologia cultural: *Chan Kom, A Maya Village* (1934) e *The Folk Culture of Yucatan*, (1941). (WILLEMS, 1947, s.p.)

A partir desta experiência, o antropólogo foi um dos primeiros, assim como o casal Lynd (1956), a retratar as comunidades camponesas através da sistematização de suas características, contrapondo-se as investigações da maioria dos pesquisadores de sua época na Escola de Chicago, os quais se dedicavam as transformações urbanas. Redfield (1989) também retoma os elementos como harmonia social (na comunidade) e relações impessoais (na sociedade), já descritas pelos precursores europeus.

Outro representante da Escola de Chicago que merece destaque é o antropólogo Melville J. Herskovits (1930) “cujas pesquisas todas visam a investigação da vida cultural dos negros americanos [...] também pelas necessidades inerentes ao

próprio programa de suas pesquisas, investigou comunidades tribais ao lado de outras, de natureza campesina. Entre as últimas mencionamos “*Life in a Haitian Valley*” (1937) e “*Trinidad Village*” (1947)” (WILLENS, 1947, s.p.).

O também antropólogo Oscar Lewis (1960) completa o grupo de pesquisadores norte-americanos que investigou comunidades a partir de métodos antropológicos. Lewis (1960) foi representante do *Inter American Indian Institute* no México em 1943, onde trabalhou em desenvolvimento rural e obteve destaque com suas pesquisas em comunidades camponesas. Ele também estudou em profundidade a aldeia de Tepoztlan no México e o norte da Índia. Nos últimos anos de vida, voltou-se principalmente aos estudos urbanos (BUTTERWORTH, 1972, p.747).

Novamente, torna-se necessário contextualizar o que vinha ocorrendo na Geografia paralelamente ao desenvolvimento dos *community studies*. Neste período em que a cidade de Chicago transforma-se em um verdadeiro “laboratório social”, a Geografia Regional avança e o conceito de paisagem adquire nova perspectiva a partir do geógrafo alemão Alfred Hettner (1927)<sup>5</sup>. O geógrafo denota a perspectiva nomenclética e a idiográfica, ambas fazendo parte da Geografia Regional, sendo que, a nomenclética trabalha com a comparação dos assuntos estabelecendo uma tipologia da paisagem segundo determinados critérios. Já a perspectiva idiográfica toma por evidência o conjunto específico de uma única paisagem, buscando entender como ela se organiza inteiramente.

### 1.3 NOVAS PERSPECTIVAS NOS ESTUDOS DE COMUNIDADE: DA COMPLEXIDADE À ECOLOGIA CULTURAL E CAMPESINATO

As mudanças e a diversificação das concepções teóricas e das áreas de estudo da Sociologia e Antropologia nos Estados Unidos, trouxe à tona novas abordagens nos estudos referentes às populações camponesas. Conforme Murphy (1976), a partir dos interesses expansionistas no pós-guerra, os estudos sobre sociedades primitivas deram lugar às pesquisas que passaram a dar cada vez mais atenção às populações rurais que se encontravam às margens das aglomerações urbanas.

O antropólogo Eric Wolf (1957) focalizou sua atenção no estudo das “sociedades complexas” e em meados de 1940 desenvolveu suas interpretações que contrapunham o essencialismo conceitual que persistia em “tratar comunidades e

---

<sup>5</sup> HETTNER, Alfred. **Die Geographie. Ihre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methoden.** Breslau: Ferdinand Hirt, 1927.

culturas enquanto totalidades distintas, homogêneas, estáveis e atemporais” (RIBEIRO e BIANCO, 2003, p.03). Wolf (1957), influenciado por Julian Steward (1955), antropólogo da Universidade de Columbia, contrariou também a mesma noção atemporal e homogênea sobre sociedade/comunidade já elaborada anteriormente por Redfield (1989). Segundo Friedman (1987), Wolf (1957) sempre tentou explicar as formações sociais e suas complexidades historicizando conceitos na fluência dos processos sociais.

Wolf (1957) e seu colega Sidney Mintz (1953), ambos da Escola de Chicago, também participaram de projetos e pesquisas ao lado do próprio Steward (1955). O primeiro projeto que participaram ao lado de Steward (1953) desenvolveu-se com comunidades de Porto Rico, sendo que estas foram selecionadas a partir de características como tamanho, diferença de produção e uso da propriedade. A pesquisa foi realizada no fim da década de 1940. (RIBEIRO e BIANCO, 2003).

Julian Steward (1955), discípulo do antropólogo norte-americano Alfred Kroeber (1917) neo-evolucionista e do geógrafo Carl Sauer (2003) da Geografia Cultural, influenciou-se por suas idéias e fundou a escola da ecologia cultural.

Kroeber (1917) defendia uma relação entre a cultura e o biológico em que a cultura supera as formas naturais, sendo esta um fenômeno supra-orgânico que pode ser estudado como uma entidade que obedece a suas leis próprias independente dos seus portadores (PEREIRO, 2007). O antropólogo considera o homem o único ser possuidor de capacidades que o diferem dos demais seres biológicos e o elemento que o caracteriza como tal, é a cultura.

Neste momento aparece na Geografia, que nesta dissertação vem tendo parte de sua trajetória comparada ao percurso dos *community studies*, a abordagem de Sauer (2003) com sua perspectiva de paisagem cultural, que também vai influenciar tais estudos.

A concepção de Sauer (2003) era baseada no conjunto das formas naturais e culturais que associadas a uma dada área representavam a paisagem geográfica. A análise morfológica desta paisagem apresentava o caráter orgânico ou quase orgânico das formas e sua integração sendo que neste sentido, o tempo é uma variável fundamental. Para o autor, a ação ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural, resulta na paisagem cultural ou geográfica.

Steward (1955) mesmo que influenciado pelas concepções de Kroeber (1917) e Sauer (2003) seguiu outra perspectiva que não a de sobreposição da cultura sobre o natural, mas a de integração de ambos a partir de vários níveis partindo das adaptações do local ao nacional. Ele empregou esta perspectiva no estudo dos níveis de desenvolvimento sócio-cultural das “sociedades complexas”. Nesta abordagem,

Steward (1955) considera as comunidades locais como “subculturas” no interior de uma cultura nacional maior (RIBEIRO e BIANCO, 2003).

Pereiro (2007) descreve que na ecologia cultural, Steward (1955):

Estuda a forma através da qual os indivíduos e grupos humanos se adaptam às suas condições naturais, por meio da sua cultura. O meio natural exerce uma pressão seletiva sobre da cultura, eliminando os elementos culturais menos adaptados e que menos possibilidades têm de vingar no controle do meio.

- O “núcleo cultural” é o conjunto de traços ligados às atividades econômicas e de subsistência.

- A mudança cultural estaria motivada por mudanças na tecnologia ou nos sistemas produtivos.

- Contrariamente aos Evolucionistas unilineares e a Leslie White, Steward defendeu o evolucionismo multilinear para explicar as diferenças culturais e a adaptação específica.

- Steward coloca a questão dos processos materiais que incidem nos seres humanos confrontados com o seu meio envolvente (PEREIRO, 2007, p.14)

Os discípulos de Steward (1955), Wolf (1957) e Mintz (1953), estudaram ainda comunidades no México e na Europa. Wolf (1957) se destacou com suas pesquisas realizadas sobre a América Latina e campesinato. Mesmo sob orientação de Steward (1955), os dois antropólogos optaram por outra perspectiva, que analisava as reações e adaptações das comunidades às instituições coloniais a partir da história local (RIBEIRO e BIANCO, 2003).

Conforme Roseberry:

Dessa perspectiva, foram capazes de perceber que a comunidade retém muito de sua organização original e que, ao mesmo tempo, novas configurações subculturais emergem em resposta aos desenvolvimentos históricos internacionais e mudanças nas formas institucionais (ROSEBERRY, 1995, p.54).

Portanto, como conclui Ribeiro e Bianco (2003), o enfoque dos dois colegas centrava-se em uma história cultural e se diferenciou progressivamente da ecologia cultural.

Da década de 1950 a década de 1970, o trabalho de Wolf (1957) torna-se referência no estudo do campesinato, principalmente pela consistência impressa por suas pesquisas na América Latina onde cultura, sociedade camponesa e interdependência política se fundamentam na dialética entre plantações e camponeses. Estes estudos contribuem para uma reorientação sobre a interpretação de sociedade *folk* anteriormente retratada por Redfield (1989) com base na sua pesquisa em Yucatán em que, num caráter descritivo, o autor enfatiza uma desorganização cultural em detrimento da expansão da civilização. A partir das perspectivas de Wolf (1957) e Mintz (1953) referentes aos camponeses e proletários

agrícolas, a interpretação de sociedade *folk* passa a ser de uma sociedade agrária (RIBEIRO e BIANCO, 2003).

Portanto, Wolf e Mintz caminham totalmente na contramão de Steward nos estudos de comunidades rurais. Enquanto Steward elabora uma classificação evolucionista de sociedade agrária, Wolf e Mintz salientam uma caracterização restrita do camponês, ao contrário da caracterização genérica que estava em voga no momento. Para Steward, a forma pelas quais as populações culturalmente distintas vivenciavam as mudanças da evolução sócio-cultural ou modernização, era regular. Na concepção de Wolf e Mintz existiam diversidades locais vivenciadas a partir das pressões coloniais e pós-coloniais em um contexto marcado pelo desenvolvimento desigual (RIBEIRO e BIANCO, 2003).

O termo campesinato para Wolf já representa uma relação estrutural e culturas parciais. Por isso ele passou a delinear os tipos de camponeses a partir dos tipos de comunidades em que vivem, com relação aos impactos que sofrem dos fatores externos sobre suas culturas. Então, através de seus estudos etnográficos passou a classificar camponeses em cinco tipos conforme o Quadro 01:

CLASSIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Comunidade corporada fechada	Com grau de envolvimento mais lento no sistema capitalista (devido à dominação colonial pré-hispânica)
Comunidade aberta	Com grau de envolvimento maior no sistema capitalista (colonizadores desde o início trouxeram padrões de consumo)
<i>Plantations</i> (antigo estilo)	Relações patrono/cliente
<i>Plantations</i> (novo estilo)	Trabalho assalariado
<i>Haciendas</i>	Três fases históricas: ⇒ 1º: dominação da estrutura rural ⇒ 2º: estabilidade e coexistência com outras formas de poder ⇒ 3º dissolução do sistema

**Quadro 01:** Classificação de comunidades camponesas conforme Wolf (1957)  
**Fonte:** Wolf (1957) **Org.:** ALVES

Esta nova perspectiva demonstrada através dos trabalhos de Wolf (1957) e Mintz (1953) sobre as novas formas de uma estrutura rural eram conseqüências do período de intensa transição nas relações entre os mundos rural e urbano, fortemente

sentidas na América Latina durante a realização de tais pesquisas. Este período também foi marcado pela transição dos estudos sociológicos dos referidos espaços. A disciplina Sociologia Rural, que se fundamentava na abordagem dos *community studies* da forma já retratada anteriormente, dava lugar a uma abordagem de cunho marxista representado pela Sociologia da Agricultura (SCHENEIDER, 1997) Nesta nova etapa, a disciplina acompanhava o debate que atribuía a caracterização e ao desenvolvimento da comunidade, determinado pelo nível das forças produtivas e pelo modo de produção, como nos trabalhos sobre campesinato de Wolf e Mintz.

#### 1.4 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO RURAL E OS *COMMUNITY STUDIES* NO BRASIL: DO REDUACIONISMO À MICRO-ESCALA

A relação duradoura de dependência da população rural com os proprietários de grandes domínios de terra foi um fenômeno que marcou a história social no Brasil desde o período escravista até a primeira metade do século XX (GARCIA JR., 2002).

A partir da década de 1950, uma nova configuração começou a se consolidar baseada na modernização do meio rural. O Estado Brasileiro implementou neste período, um modelo que representava o processo urbano-industrial e que se sobrepunha ao agrário, repercutindo assim nas relações entre campo e cidade (RODRIGUES e SOARES, 2008).

As mudanças no período de intensa transição nas relações entre os mundos rural e urbano favoreceram a quebra das condições de existência da dominação tradicional. Garcia Jr. (2002) aponta que em 1950, 64% da população brasileira vivia no meio rural, ao passo que, em 1980, apenas 32% persistia habitando no campo.

Para ele:

É notório que mudança de tal magnitude, nas formas de viver e trabalhar, não pode ser explicada por uma pretensa “liberação da mão-de-obra” rural para setores industriais e de serviços mais produtivos localizados em meio urbano, pois uma constante desse processo foi a pauperização de largas parcelas dos contingentes submetidos à urbanização recente, assim como os altos níveis de subemprego verificado nas metrópoles. Mais do que uma discussão simplista sobre a “modernidade” atingida pelo Brasil industrializado na segunda metade do século XX, essa verdadeira mutação da sociedade brasileira exige que se examinem as modalidades das mudanças de horizontes sociais para milhões de indivíduos e suas relações com as transformações das formas de poder tanto no meio rural quanto no meio urbano (GARCIA JR., 2002, p.54)

Garcia Jr. (2002) ainda afirma que as modalidades de desenraizamento do campesinato brasileiro, bem como a presença maciça desde meados dos anos 1960 de indivíduos desprovidos das condições mínimas e que perderam suas referências

sociais e culturais, levaram-nos a adotar estratégias de sobrevivência. Neste contexto, distintos grupos que constituem a população rural, como as comunidades tradicionais, e movimentos do campesinato brasileiro, se reruralizaram, ou seja, permaneceram no campo e nas matas adaptando-se às novas transformações que vinham ocorrendo e às novas dinâmicas do rural.

Neste período, projetos e programas de desenvolvimento de comunidades constituídos por universidades norte-americanas em convênio com instituições governamentais brasileiras, foram introduzidas no país. O projeto de convênio *Columbia University/Estado da Bahia*, coordenado pelo antropólogo Charles Wagley nos anos 1950, utilizou os *community studies* para analisar as relações raciais existentes no interior da Bahia (MAIO, 2009):

O projeto patrocinado pela UNESCO não gerou apenas um amplo e diversificado quadro das interações raciais e do racismo no Brasil, mas contribuiu ainda com novas leituras acerca da sociedade brasileira em contexto de acelerado processo de modernização capitalista. Ele também teve efeitos importantes sobre a institucionalização das ciências sociais brasileiras. Abordou, além disso, a temática racial mediante diversos enfoques teórico-metodológicos e suscitou afinidades e disputas disciplinares entre a Antropologia e a Sociologia (MAIO, 2009, p.258).

Marvin Harris (1971) foi um dos pesquisadores do grupo coordenado por Wagley que se destacou pelos resultados obtidos através da utilização de diversos métodos qualitativos de investigação aos moldes dos *community studies*. Esta metodologia consiste em um período razoável de aproximação e convivência do pesquisador com a comunidade aplicando entrevistas, observação participante, documentos históricos e questionários (MAIO, 2009).

Harris (1971) estudou uma comunidade rural do interior baiano que vivia este período de transição e que foi por ele percebida nas relações com o mundo urbano. Especificamente na questão racial, na conclusão de Harris (1971), as possibilidades “de um processo de modernização na comunidade, e em termos mais gerais, no Brasil leva o autor a vislumbrar a possibilidade de aumento das tensões raciais” (MAIO, 2009, p.268).

Além disso, a escala local estava implícita nos *community studies* a partir de seu trabalho, pois para Harris (1971), a própria definição de comunidade estava muitas vezes associada ao rural e era demarcada por elementos objetivos como o desenvolvimento, o grau de isolamento e o tamanho do local.

Porém, nos anos que seguiram a perspectiva escalar presente nos *community studies* se alterou. Princípios marxistas nortearam os estudos referentes aos fenômenos rurais-urbanos baseados na concepção de que esta manifestação

ampliava-se numa escala macrossocial caracterizando-se, assim, por uma clara preocupação com o estudo da estrutura da agricultura a partir de uma perspectiva crítica (BUTTEL, 1991 citado por SCHENEIDER, 1997).

As novas abordagens surgidas no debate crítico ao sistema agrário estabeleceram um vasto diálogo acerca do desenvolvimento capitalista na agricultura tendo como enfoque unicamente o ponto de vista econômico (ROSA e FERREIRA, 2006).

Destas discussões, a oposição entre rural e urbano foi sempre o tema central. As associações de cidade com progresso econômico-político-social e de campo como símbolo de atraso foi, conforme Souza (2006), o incurso dos teóricos em reducionismo e simplismos que já eram extremamente comuns desde Marx e Engels.

Na década de 1980, a abordagem da relação campo-cidade “ganhou e perdeu ênfase como escopo de interesse de estudiosos da questão agrária brasileira” (ROSA e FERREIRA, 2006, p.189). Estes estudos eram voltados ao trabalhador assalariado no campo e a sua subordinação com a pequena produção agrícola perante a implantação dos complexos industriais.

Contudo, a partir da década de 1990, a propagação destes estudos no Brasil tomou outro rumo. Enquanto as discussões em torno do debate crítico se consolidavam cada vez mais nos Estados Unidos através da constituição da Economia Política da Sociologia da Agricultura, no Brasil manifestava-se uma retomada do debate campo-cidade a partir da perspectiva micro-escalar (VEIGA, 1991; ABRAMOWAY, 1992; WANDERLEY, 2001).

Atualmente, assiste-se nas ciências sociais e, sobretudo, em algumas áreas da geografia brasileira, “[...] uma forte tendência para estudos idiográficos sobre comunidades sociais e étnicas, investigando seus micro-espacos vividos. Esta tendência ocorre principalmente no ambiente rural, no caso de populações tradicionais” (SAHR, 2009, s.p.).

O paralelismo e a influência da Geografia com os estudos de comunidade estreitaram-se nesta fase em que os estudos regionais passam a ser revistos e reinterpretados. Conforme Lencioni (1999, p.188), na Geografia os novos caminhos, expressos pelas geografias pós-modernas, surgiram “... no momento em que o local, o regional e o global se recompuseram ante a recente reestruturação do capitalismo”.

Neste contexto, a região é considerada a instância particular de análise que se situa entre o local e o global, sendo que, a desconstrução pós-moderna, que incorpora a subjetividade, conduz a uma perspectiva fragmentada da realidade, na qual fica estabelecida uma autonomia (LENCIONI, 1999). Neste caso, “as geografias pós-

modernas podem contemplar o estudo regional à medida que procuram dar ênfase ao heterogêneo, à diferença” (p.187).

Portanto, é o local e o nacional que compõe os níveis de análise decisivos sobre a pertinência da escala regional:

[...] o primeiro nível é caracterizado pela preponderância das ligações pessoais dos indivíduos, ou de indivíduos em grupos reduzidos: é um tecido de relações dominado por relações econômicas, ao mesmo tempo que um espaço vivido, cuja prática cotidiana ritma a existência. A estrutura espacial local pode então ser percebida como uma realidade “natural”, obra de um agrupamento “espontâneo”, com a condição de que seja analisada na sua heterogeneidade: em suas contradições e conflitos internos (KAYSER, 1990, citado por LENCIONI, 1999, p.189).

Regionalidade para Marcelo Escolar (1996 citado por LENCIONI, 1999, p.193) está relacionada à identificação comunitária, quando a diferenciação geográfica e histórica é “percebida, transmitida e representada por membros com uma certa identificação comunitária”. E ainda para o autor, a região é o bairro, a cidade e mais recentemente, o mundo.

Desta forma reconhece-se na Geografia idiográfica/nomonética o potencial respaldo para estas pesquisas, pois nos últimos anos, conforme Rosa e Ferreira (2006) são poucos os estudos que tratam da qualificação do rural e do urbano enquanto categorias. Dois elementos se destacam no debate atual: a heterogeneidade das relações entre os mundos rural e urbano e “a esfera local como mais adequada para realização de diagnóstico e proposição de soluções para os problemas enfrentados pelas populações rurais” (p.196).

Esta tendência apresenta-se como resposta fenomenológica à crescente democratização do país, no qual até então predominavam perspectivas da macro-escala geográfica, com os temas geralmente de cunho positivista, estruturalista, pós-estruturalista e marxista (SAHR, 2009).

Para Sahr (2009, s.p.) esta retomada é:

[...] uma visão pós-moderna [...] da redescoberta da idéia romântica da comunidade. Justifica-se pela revalorização da “autonomia” (Souza)<sup>6</sup> para grupos sociais e culturais e coincide com a discussão sobre a cidadania brasileira. Desta forma, os aspectos idiográficos ganham um novo valor dentro dos estudos sociogeográficos.

---

<sup>6</sup> O autor se refere às obras de Marcelo Lopes de Souza, como exemplo citamos o livro “Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas” (2002). O autor centra suas reflexões na ideia de “autonomia” da filosofia política de Cornelius Castoriadis.

As particularidades e a escala local que fundamentam esta ideia remetem à importância da retomada, através de uma releitura, dos *community studies*, pois a abordagem idiográfica segue sua tradição.

As primeiras pesquisas que utilizavam os *community studies* como método científico estavam embasadas por técnicas antropológicas mais concentradas em seus resultados finais. Como denota Castro (2001), este processo era marcado pela consolidação da observação participante como método de coleta de informações sobre o outro. Todavia, a relação entre o pesquisador e o pesquisado era desigual, sendo que o controle de todas as etapas da pesquisa estava nas mãos do primeiro. Neste caso, o “outro” (sujeito pesquisado) assumia um papel secundário na investigação, vindo o resultado final a ser apenas um texto etnográfico.

Castro (2001) demonstra, entretanto, através da percepção de Harris (1971), a importância de uma releitura dos *community studies* para se atingir o objetivo micro-escalar:

[...] Harris desconstrói as pré-noções que definiam a realidade estudada, valorizando o seu olhar e suas experiências pessoais, gerando uma narrativa mais densa da diversidade do local que encontra. (p. 202)

Diante deste argumento, acredita-se que partir da visão micro-escalar é romper com uma noção construída a partir de fatores externos. Desta forma, as visões sobre o campo e a cidade passam a ser entendidas de forma integrada e altamente conectadas as vivências do cotidiano. Assim, pensar o rural e o urbano através da ótica dos sujeitos do campo e sua realidade é romper com uma noção predefinida e, por que não dizer, limitada. A releitura da abordagem dos estudos de comunidade permite, portanto, ampliar a perspectiva de análise ainda hoje.

Tal releitura é necessária, pois conforme Castro (2001, p. 196), esta:

[...] reforça a forma de se realizar os estudos de comunidade e se diferencia por tratar de forma peculiar alguns temas, valorizando a subjetividade do olhar do pesquisador e preocupando em repensar a comunidade a partir de elementos de sua diversidade cultural.

É neste contexto que se enquadra a investigação empírica deste trabalho, ou seja, através da imersão no micro-espaco vivido de uma comunidade rural quilombola, buscando apreender suas relações cotidianas entre os mundos rural e urbano.

## 1.5 OS MUNDOS RURAL E URBANO E SUAS CATEGORIAS

A diferenciação entre rural e urbano é uma abordagem que remete aos estudos clássicos sobre tradicional/moderno, em que a definição de cidade, sua origem e suas características são apontadas sempre em relação aos estágios iniciais de diferenciação com os espaços considerados então primitivos ou rurais.

Desde as primeiras referências sobre os mundos rural e urbano até os dias atuais, vários modos de categorizá-los são formulados tendo como referência a oposição/relação entre ambos. Conforme Carmo (2009), a estipulação da oposição conceitual inaugura a matriz analítica sobre as questões referentes aos dois mundos. A idéia da oposição surgiu já nas primeiras conceituações clássicas que influenciaram os estudos sobre o rural e o urbano presente nas diferenciações entre comunidade e sociedade como em Durkheim, Tönnies e Simmel já detalhadas neste capítulo.

A partir dos trabalhos realizados no final do século XIX e início do século XX, embasados por estas interpretações clássicas, concebeu-se uma visão dualista em que urbano representava a modernização dos centros sociais, enquanto os setores tradicionais do rural eram considerados periféricos, fortalecendo uma nítida dualidade centro/periferia. (CARMO, 2009).

No entanto, na definição dos sociólogos e antropólogos norte americanos da primeira fase dos *community studies*, os mundos rural e urbano não eram analisados sob o ponto de vista de *uma* característica, mas através de uma combinação sociológica a partir de vários traços típicos de diferenciação tais como: diferenças ocupacionais, ambientais, no tamanho das comunidades, da densidade populacional, na homogeneidade e heterogeneidade das populações, na estratificação e complexidade social, na mobilidade social e na direção da migração (CINTRA, 2007).

Embora estas categorias - rural e urbano - fossem analisadas e definidas a partir de suas características distintas, os critérios que levavam a tais observações demonstravam uma constante transformação envolvendo estes dois mundos. Nas palavras do antropólogo Nogueira (1955, p.95) esta transformação estava explícita através de uma relação de interdependência entre ambos:

[...] levantamentos de dados sobre a vida social em seu conjunto, relativos a uma área cujo âmbito é determinado pela distância a que se situam nas várias direções, os moradores mais afastados do centro local de maior densidade demográfica, havendo entre os moradores do núcleo central e os da zona circunjacente, assim delimitada, uma interdependência direta para a satisfação de, pelo menos, parte de suas necessidades fundamentais.

Diversas análises que seguiram esta lógica generalizavam entre estes dois mundos uma conceituação gradualista descrita na noção de um *continuum* sendo que, esta perspectiva veio a sofrer várias alterações em função das diversas mudanças sociais.

O surgimento da noção de *continuum* nos estudos de comunidade foi significativo, pois conforme Bertrand (1973, p.23) “a dificuldade de se fazer uma distinção clara entre os dois grupos populacionais” conduziu para uma nova forma de se pensar esta relação. O autor aponta dois problemas principais decorrentes da dicotomia expressa pela ideia de oposição; primeiro a impossibilidade de utilizar simples critérios estatísticos na delimitação destes espaços e, o segundo, é que seria quase impossível estabelecer de forma categórica as diferenças rurais-urbanas.

Redfield (1989) apresentou a noção de *continuum* em seus trabalhos no México, retratando realidades estanques e territorialmente delimitadas, mas com o rural estabelecendo ligações com o urbano, sobretudo na dependência do primeiro com o segundo para a aquisição de produtos comercializados.

Embora a abordagem da diferenciação clássica entre comunidade/sociedade de Tönnies (1989]) tenha demonstrado um caráter de oposição entre ambos, a relação em que elementos do rural se integram aos do urbano descritas pelo autor, fornece, segundo Schneider (1997), o arcabouço teórico para as reflexões de Redfield (1989).

Assim, o significado da teoria do *continuum* baseava-se na ideia central da relação entre comunidade e sociedade, sendo que, a comunidade associava-se ao rural e a sociedade ao urbano, com os elementos sociais específicos de cada um, segundo a reflexão de Tönnies. (SCHNEIDER, 1997) (Figura 02).



**Figura 02** - A teoria do *continnum* rural-urbano  
**Fonte:** SCHNEIDER (1997)      **Org.:** ALVES

Porém, Carmo (2009) aponta uma viragem da perspectiva de *continuum* a partir dos anos 1960, em que modalidades do urbano e da modernização passam a penetrar nos espaços rurais e periféricos. Esta tendência mudou o enfoque da abordagem do *continuum* para uma perspectiva que se baseava na difusão e inovação tecnológica. Esta avança no mundo rural, que destacava a incorporação muito maior de hábitos e elementos urbanos no campo que vice-versa.

Apesar das reformulações conceituais na evolução das interpretações acerca de rural e urbano e suas relações, nenhuma se tornou necessariamente exclusiva, pois a dinâmica da realidade nos coloca diante de novos sentidos para compreender estes mundos. Como afirma Carmo (2009, p.255):

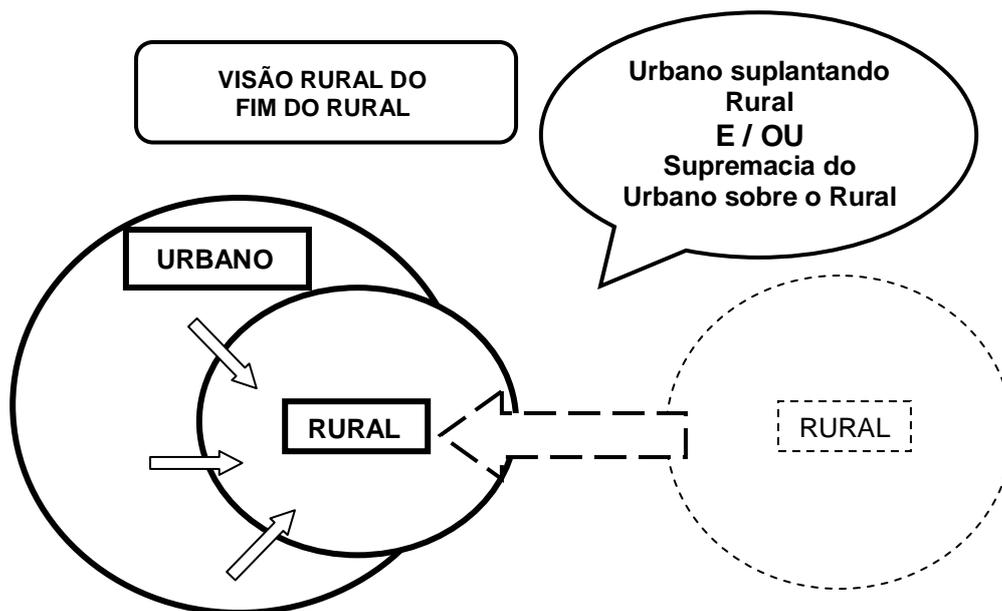
[...] podemos dizer que o significado sociológico da oposição rural-urbano foi persistindo até os dias de hoje no debate teórico das ciências sociais. Anunciou-se a morte do rural, mas também o seu renascimento, enfatizou-se a dominação da urbanização, ao mesmo tempo que se detectavam extensões da ruralidade no espaço urbano. Na verdade, os consensos foram sempre provisórios e limitados a um dado espaço-tempo histórico.

Carmo (2009) também identifica três perspectivas modelares baseadas em visões teórico-empíricas de diferentes modos de analisar o rural e o urbano:

1ª => denominada de “eclipse do mundo rural” (ou o fim do rural):

características

- processo de urbanização irreversível;
- invasão da urbanização no rural;
- substituição das formas tradicionais pela modernização;
- assimilação dos modos de vida urbano;
- tendência do rural ser colonizado pela cidade e se periurbanizar ou desaparecer (Figura 03).

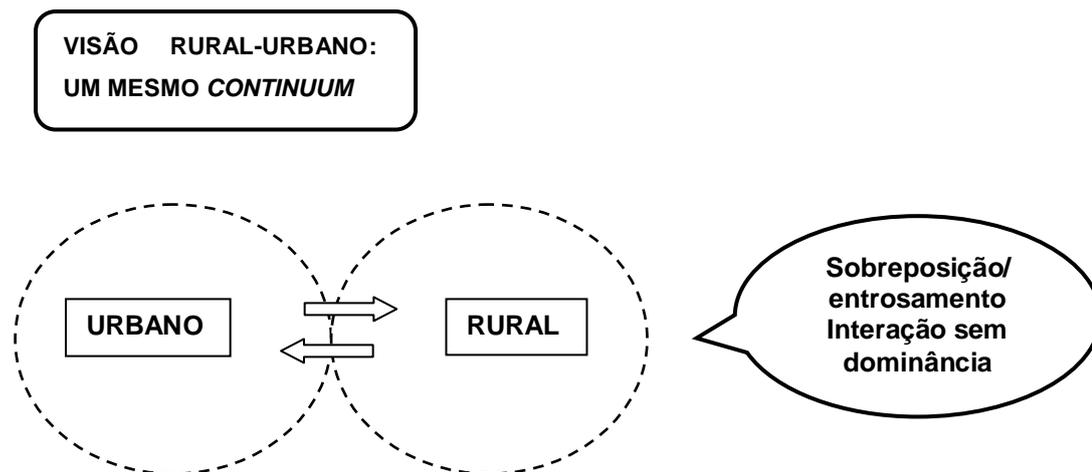


**Figura 03** – Perspectiva “eclipse do mundo rural” ou fim do rural  
**Fonte:** CARMO (2009) **Org.:** ALVES

2ª => rural e urbano constituem um mesmo *continuum*:

características

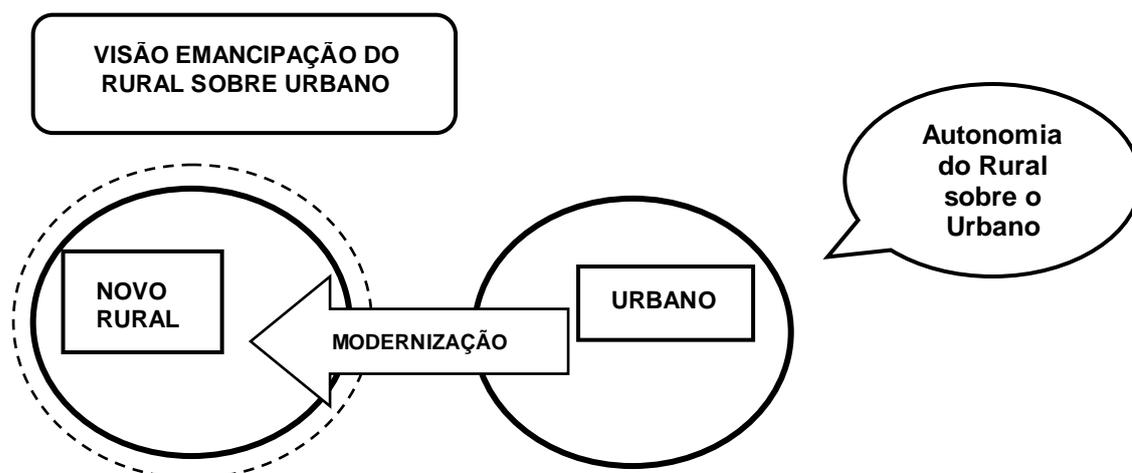
- processo de confronto e negociação entre moderno e tradicional;
- mundo rural tende a resistir e também adaptar-se a generalização do urbano;
- rural perde parte de sua autonomia enquanto sistema fechado e homogêneo;
- identidade coletiva cede lugar à pluratividade de vínculos e referências identitárias internas ou externas ao rural;
- relações complexas geradoras de conflito ou não (Figura 04).



**Figura 04** – Perspectiva rural-urbano: um mesmo *continuum*  
**Fonte:**CARMO (2009) **Org.:** ALVES

**3ª => emancipação do rural em relação ao *continuum*:**  
**características**

- rural se recria e gera desenvolvimento (comercial, turístico, lúdico, entre outros)
- inventabilidade de dinamizar atividades alternativas
- autonomia do rural sobre o urbano
- capacidade de dinamizar fatores de modernidade a partir de recursos locais
- elementos tradicionais encarados como mais-valia (Figura 05)



**Figura 05** – Perspectiva emancipação do rural em relação ao *continuum*  
**Fonte:**CARMO (2009) **Org.:** ALVES

Cada uma destas representações é válida no sentido de se adequar à melhor leitura de determinadas zonas rurais, pois como aponta Carmo (2009, p.273):

[...] não será difícil identificar fatores de erosão da sociedade rural em espaços que sofrem atualmente intensos processos de urbanização por se situarem relativamente próximos de grandes ou médios centros urbanos. Como será relativamente fácil compreender que, em espaços rurais remotos, as estruturas tradicionais tendem a resistir com maior ou menor perseverança. Por seu turno, verificamos também que certas zonas rurais se afirmaram porque conseguiram reunir condições fundamentais para se desenvolverem sem, contudo, terem deixado esvanecer parte de suas pertenças e referências identitárias [...] as imagens do rural que se eclipsa, que resiste ou que se reinventa são, sobretudo representações que tendem a conciliar determinados parâmetros teóricos com a análise empírica de certas realidades circunscritas.

A partir desta reflexão, considera-se a segunda perspectiva a mais próxima da realidade observada na comunidade retratada neste estudo. Notam-se as complexas relações estabelecidas entre a comunidade e o urbano. Os elementos do rural/tradicional passam a se integrar aos elementos do urbano/moderno. Assim, a comunidade passa a vivenciar uma nova dimensão social representada pelo rural moderno. Além disso, quando alguns indivíduos da comunidade passam a residir ou trabalhar em cidades, dão continuidade há alguns elementos tradicionais no urbano. Desta forma, são os elementos distintos vivenciados nestes e entres estes dois mundos – rural e urbano – que caracterizam uma nova perspectiva de rural e de urbano construída a partir do cotidiano da comunidade.

## **CAPÍTULO 2 – OS MUNDOS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA: CONTEXTUALIZANDO A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO JOÃO**

Este capítulo remete a discussão acerca do que vêm a ser e a constituir um quilombo ou uma comunidade quilombola, bem como, as suas diferentes modalidades: quilombo rural e quilombo urbano. O tema bastante retratado nas mais diversas áreas do conhecimento e por diversas entidades desde governamentais a movimentos sociais, vêm historicamente sendo renovado, ampliando assim o seu debate. Perante este processo transitório, muitos fatos relacionados à temática vêm ocorrendo em decorrência de argumentos legais, sendo o reconhecimento e titulação de terras quilombolas promulgados pela Constituição Federal de 1988 os mais notáveis até então.

Este dispositivo constitucional, através de políticas públicas específicas, vem permitido uma articulação maior entre o Estado e as comunidades quilombolas.

Embora seja um processo lento, com a regularização fundiária torna-se uma possível a fixação da população quilombola a terra, seja esta rural ou urbana.

Propõe-se então, compreender como se pode melhor definir um quilombo hoje e demonstrar como as pesquisas e trabalhos em torno da questão vem construindo um conceito flexível e plástico, permitindo englobar mundos supostamente diferenciados. A comunidade quilombola de São João, retratada nesta dissertação, enquadra-se na modalidade rural. Ela integra o Vale do Ribeira, região de grande concentração de unidades de conservação e comunidades tradicionais, constituída basicamente por pequenas cidades, “cidades imaginárias” no dizer de Veiga (2002), com precárias situações de infra-estrutura de serviços e equipamentos públicos.

Assim, buscando inserir a discussão sobre a comunidade de São João num contexto quilombola mais abrangente, bem como, aproximar a debate em torno das relações entre os mundos rurais e urbanos ao Vale do Ribeira, apresenta-se ainda um panorama regional.

## 2.1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS RURAIS E URBANAS: COMPLEXIDADE CONCEITUAL

A história dos quilombos no Brasil não pode ser definida através de um conceito único e estático, pois sua trajetória tricentenária é uma versátil narração de um segmento da sociedade e constitui a própria história do país.

O termo quilombo vem sendo definido desde o período colonial. Para Nei Lopes (1982; 1988), quilombo é um conceito próprio dos grupos africanos bantos e que vem sendo modificado através dos séculos, “[...] quer dizer acampamento guerreiro na floresta, sendo entendido ainda em Angola como divisão administrativa [...]”. (LOPES, SIQUEIRA E NASCIMENTO 1987, pp. 27-28). Outra definição que identifica o quilombo como uma reação guerreira a uma situação de opressão é a do Conselho Ultramarino Português de 1740 (LEITE, 2000). Esta definição ainda designa o quilombo como habitações com mais de cinco negros fugidos.

Para Munanga (1995) o quilombo brasileiro é uma cópia do quilombo africano, onde os ex-escravos pretendiam implantar uma estrutura política oposta a estrutura escravocrata. Trazidos para o Brasil através dos portugueses, as organizações clânicas de tradição *Mbunda* deram origem ao quilombo brasileiro (BIRMINGHAM, 1974).

Mas, a tradição popular no Brasil, segundo Leite (2000), confere outras designações à noção de quilombo representando uma vastidão de experiências e um verdadeiro aparato simbólico:

[...] no significado da palavra quilombo, ora associado a um lugar: - quilombo era um estabelecimento singular -, ora a um povo que vive neste lugar; - as várias etnias que o compõe -, ou a manifestações populares, - festas de rua -, ou ao local de uma prática condenada pela sociedade; - lugar público onde se instala uma casa de prostitutas -, ou a um conflito uma – grande confusão, - ou a uma relação social: - uma união; ou ainda a um sistema econômico: - localização fronteiriça, com relevo e condições climáticas comuns na maioria dos casos [...] (LEITE, 2000, p.336-337)

A noção de que a formação do quilombo está relacionada apenas à manifestação de uma resistência operada por práticas como fugas coletivas ou individuais, desobediência ou revoltas, ou de que eram completamente isolados do restante da sociedade é a noção que ainda prevalece em grande parte no senso comum. Desta forma, também no senso comum, existe a tendência de associar os quilombos ao mundo rural, pois embora as primeiras comunidades tenham se fixado neste mundo, várias transformações ocorreram ao longo do tempo, o que acarretou na segregação destes grupos também nos espaços urbanos.

Esta idéia, a partir do quilombo representado por Palmares, é retratada como formas de luta uniformes e repetitivas sem possuir um sentido político próprio. Conforme Gomes (1993), na historiografia brasileira vigorou por muito tempo o questionamento benévolo ou malévolos nas relações patriarcais e paternalistas entre senhores e escravos.

Em suas obras, Gilberto Freyre (1933; 1940) é o que melhor defende e interpreta a idéia de benignidade. O caráter benévolo não significava que o escravismo era algo bom, mas estes estudos evidenciavam que marcadas pelo paternalismo e mediadas pela ação do Estado e da Igreja, as relações sociais entre senhores e escravos no Brasil “produziam cativos indolentes, preguiçosos, passivos e submissos, formando assim uma grande família patriarcal”. (GOMES, 1993, p.18)

A partir dos anos 1960, a visão do “cativeiro brando” é contestada por abordagens revisionistas que apontam a escravidão como cruel e violenta, despersonalizando e coisificando os cativos, organizações e processos sociais por eles vivenciados.

Nestes estudos, especificamente os atos de rebeldia dos escravos são explicados como reações ao próprio caráter violento das relações sociais sob o escravismo. Conforme Gomes (1993), nesta nova corrente que enfatizava a rebeldia, destacava-se uma visão romântica das formas de luta contra a escravidão, descritas pelos seus atos heróicos e de bravura. Os binômios senhor/camarada e escravo/submisso são então substituídos pelo senhor cruel/escravo rebelde.

Duas abordagens se amparam em modelos teóricos cristalizados onde a escravidão e o quilombo são explicados tão somente pela violência e pelo controle social das camadas dominantes, relegando aos escravos o papel de figurantes no processo de formação do Brasil. As ações de resistência neste sentido foram reduzidas a um mero processo de reação e as fugas coletivas e formação de quilombos como formas quase únicas da resistência (GOMES, 1993).

Dentre os estudos que discutiam o conceito de quilombo no âmbito da resistência destacam-se autores que desde a década de 1930 procuravam analisar os significados históricos das comunidades de escravos fugidos. Sobre os quilombos brasileiros Gomes (1993) denota autores como Artur Ramos (1942)<sup>7</sup>, Edison Carneiro (1964)<sup>8</sup>, Roger Bastide (1974)<sup>9</sup> e Nina Rodrigues (1977)<sup>10</sup>. Na análise destes autores, as organizações dos quilombos representavam um fenômeno “contra-aculturativo” onde a resistência e reprodução tinham origem na persistência da cultura africana em resposta ao permanente processo de aculturação da sociedade escravista brasileira (GOMES, 1993).

Gomes (1993) também destaca o caráter revolucionário do quilombo interpretado por Clóvis Moura (1981a, 1981b)<sup>11</sup>, Goulart (1972)<sup>12</sup> e Guimarães (1988)<sup>13</sup>. Nas palavras de Gomes (1993) essa discussão era:

[...] relativa à rebeldia dos escravos no contexto analítico da luta de classes sob o escravismo. Esse tipo de análise, enfatizando o caráter violento da escravidão, deu destaque à investigação dos atos de rebeldia coletiva dos cativos, como quilombos, revoltas e insurreições, baseando-se num conceito de resistência que considerava apenas as formas “extremas” de negação do sistema escravista (GOMES, 1993, p.22).

<sup>7</sup> RAMOS, A. **A aculturação negra no Brasil**. São Paulo, Cia. Nacional, 1942.

<sup>8</sup> CARNEIRO, E. **Ladinos e crioulos (Estudos sobre o negro no Brasil)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

<sup>9</sup> BASTIDE, R. **As Américas Negras: As civilizações africanas no Novo Mundo**. São Paulo, Difel/USP, 1974.

<sup>10</sup> RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil**. São Paulo, 5. ed. , Nacional, 1977.

<sup>11</sup> MOURA, C. **Os quilombos e a rebeldia negra**. São Paulo, Brasiliense, 1981a e MOURA, C. **Rebeliões na Senzala, Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981b.

<sup>12</sup> GOULART, J. A. **Da fuga ao suicídio. Aspectos da rebeldia dos escravos no Brasil**. Rio de Janeiro, Conquista, 1972.

<sup>13</sup> GUIMARÃES, C. M. **Uma negação da ordem escravista. Quilombos em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo, Ícone, 1988.

Esse movimento de resistência, que de fato é a fundamentação da formação de quilombos, é a manifestação mais evidente operada de várias formas, não apenas de uma ou outra como os estudos anteriores demonstravam. Além da resistência em forma de fugas individuais ou coletivas e revoltas, outras estratégias marcavam estas formas de resistência e que destacavam a autonomia destes povos.

Ao contrário do que muitos pensam sobre os quilombos, já num período pré-abolucionista, estas comunidades não viviam mais completamente isoladas e formadas apenas pelos escravos negros fugidos, pois ao “invés de se isolarem mantinham relações com as populações locais, fazendo comércio, comprando e vendendo diversos produtos”. (CPT<sup>14</sup>, 2010, p.11). Vê-se, assim, que as articulações entre os mundos rural e urbano já ocorriam historicamente, salientando-se as trocas comerciais.

Após a abolição da escravatura, as terras por eles conquistadas, ao contrário do pensamento predominante, não eram apenas as terras livres e isoladas que serviam de refúgio durante a escravidão. Muitas destas terras foram conquistadas através de heranças, pagamento de serviços prestados ao Estado, cartas de doação, e por permanência nas terras que cultivavam dentro de propriedades. (CPT, 2010). Portanto, o que caracterizava o quilombo em suas formas de resistência não é representado somente pela fuga e pelo isolamento, mas também pela resistência expressada na sua autonomia.

Assim, a visão consagrada pela história oficial dá lugar então à mobilização do movimento negro, pois atingidos por todos os tipos de racismos e arbitrariedades, os negros foram “sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório”. (LEITE, 2000, p.335).

A característica que torna singular o quilombo do período colonial e do atual para Moura (1981), decorre do fato de que todas as experiências já conhecidas revelam certa capacidade organizativa dos grupos em ambos os casos. O caráter defensivo do período colonial marca uma organização sociopolítica bem definida que começa a mudar, em parte, com a Abolição. Neste momento, as práticas de expropriação são outras e então a situação dos grupos corresponde a uma nova dinâmica que Leite (2000) denomina “territorialização étnica”, que se constitui na segregação residencial dos negros como modelo de convivência com outros grupos na sociedade nacional.

Leite (2000, p.339) aponta:

---

<sup>14</sup> Comissão Pastoral da Terra Paraná

[...] já que há evidências de que um processo de segregação residencial dos grupos de fato ocorreu, bem como o deslocamento, o realocamento, a expulsão e a reocupação do espaço, isto vem reafirmar que, mais do que uma exclusiva dependência da terra, o quilombo neste sentido, faz da terra a metáfora para pensar o grupo e não o contrário.

É neste sentido que se inicia a longa etapa de construção identitária destes grupos tanto no âmbito da diferenciação étnico cultural, quanto na consolidação de um tipo específico de segregação social e residencial dos negros.

Assim, a comunidade quilombola não é necessariamente compreendida como um agrupamento símbolo de resistência e rebeldia, mas, sobretudo, como uma comunidade que resiste no tempo, em seu espaço, e que mantém laços de pertença e de identidade culturais que passam por complexas redes de relações sociais, afetivas, econômicas e de parentesco. (ARRUTI, 1997)

A luta pelo direito às terras quilombolas se concretizou com um marco histórico contemporâneo de grande relevância: a Constituição Federal de 1988. Neste contexto, o conceito de quilombo passou a ser definido como comunidade com ancestralidade negra que compartilha um mesmo território e uma mesma cultura. O texto aprovado pela Constituinte do Artigo 68 diz que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”.

A expressão remanescente acabou criando vários impasses conceituais e levantou um intenso debate. A polêmica em torno do termo criticava sua relação com o conceito estático de cultura. As comunidades quilombolas eram tratadas como coesas e fechadas em si, por uma suposta harmonia e sem ausência de conflitos internos numa visão estática de tradição e história.

Para Leite (2000, p.341) esta definição tornou-se restritiva por:

[...] remeter à ideia de cultura como algo fixo, a algo cristalizado, fossilizado, e em fase de desaparecimento [...] foi principalmente porque a expressão não correspondia à autodenominação destes mesmos grupos, e por tratar-se de uma identidade ainda a ser politicamente construída, que suscitou tantos questionamentos.

Esta noção de algo que já se foi e do qual restam apenas algumas lembranças não corresponde com a maneira que os próprios quilombolas utilizam para se autodenominar.

A partir destas circunstâncias o texto do Artigo 68 foi revisto e revisado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em conjunto com entidades

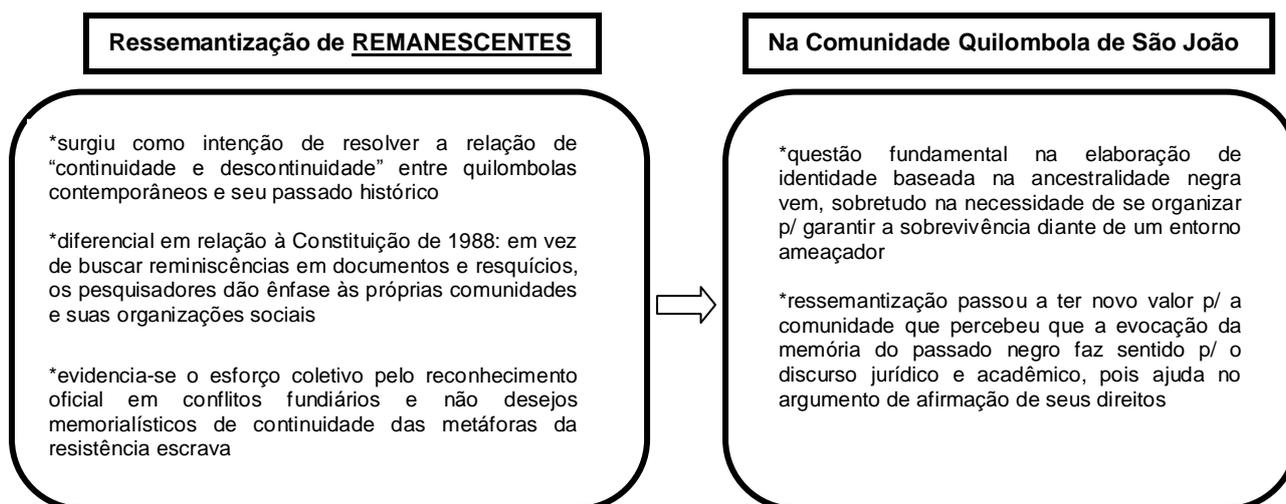
representativas do movimento negro e quilombola para se chegar a um conceito mais dinâmico. Procurando desfazer os equívocos anteriores em relação ao conceito, o documento produzido em 1994 pela ABA e pelo Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais redefiniu quilombo da seguinte forma:

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. (ABA, 1994, s.p.)

O posicionamento crítico do documento em relação à visão estática de quilombo evidenciou seu aspecto organizacional e contemporâneo indicando uma variabilidade de experiências possíveis de serem abarcadas numa ressemantização do conceito. A partir desta definição, as características do lugar passam a ser evidenciadas como diversificadas, permitindo a existência do quilombo urbano, e não mais apenas o quilombo isolado no meio rural.

A ressemantização do conceito de quilombo proposta por Arruti (2006) é tomada com referência central nesta pesquisa que envolve a comunidade rural quilombola de São João. Esta abordagem do conceito, considerada em sua forma dinâmica e plástica, desempenha o papel intermediador no debate entre a utilização do conceito de quilombo feito pelo Estado para fins de regularização fundiária e a significação que este conceito ganha para a comunidade de São João (LÖWEN SAHR et al, 2010).

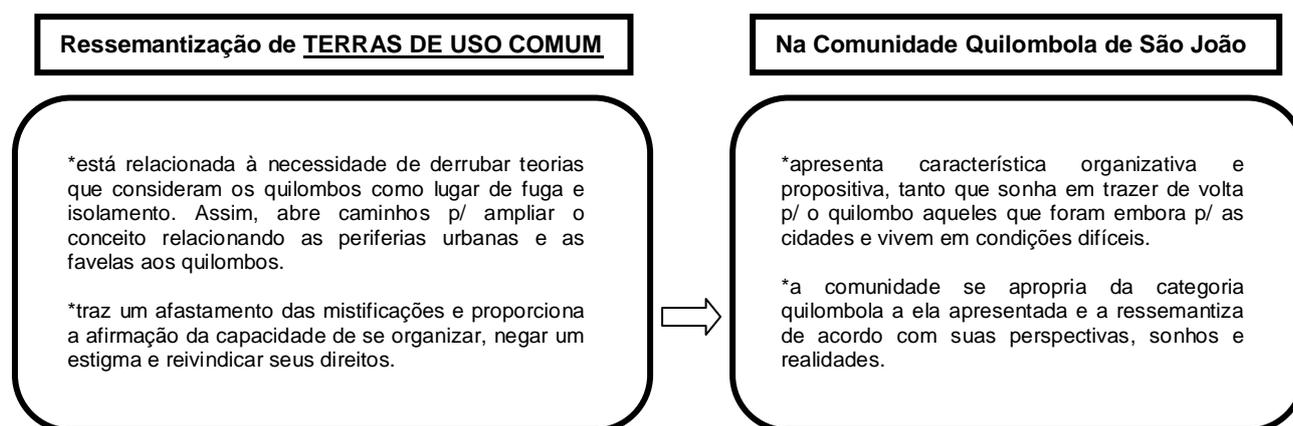
A fundamentação da ressemantização em Arruti (2006) se baseia em três paradigmas: remanescência, terras de uso comum e etnicidade. Uma aproximação entre o conceito de quilombo deste autor e o conceito construído em conjunto com a comunidade de São João (LÖWEN SAHR et al, 2010) é representada nas Figuras 06, 07 e 08.



**Figura 06** – Ressemantização do termo “remanescentes” no conceito de quilombo e sua utilização na comunidade quilombola de São João

Fonte: ARRUTI (2006), LÖWEN SAHR et al (2010)

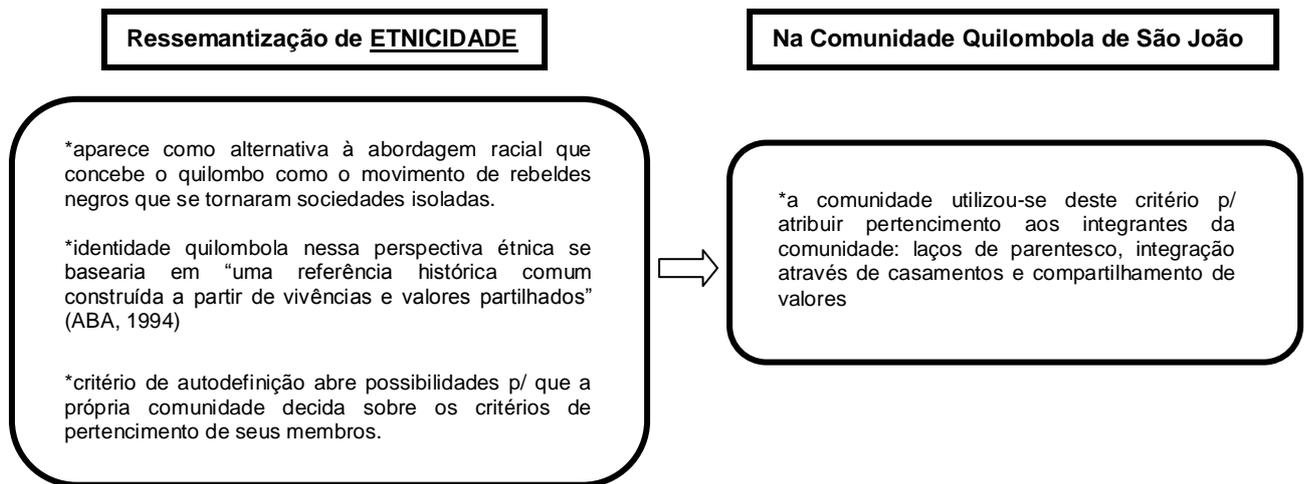
Org.: ALVES



**Figura 07** – Ressemantização do termo “terras de uso comum” no conceito de quilombo e sua utilização na comunidade quilombola de São João

Fonte: ARRUTI (2006), LÖWEN SAHR et al (2010)

Org.: ALVES



**Figura 08** – Ressemantização do termo “etnicidade” no conceito de quilombo e sua utilização na comunidade quilombola de São João

**Fonte:** ARRUTI (2006), LÖWEN SAHR et al (2010)

**Org.:** ALVES

A ressemantização a partir dos três paradigmas denota a ampliação do conceito em todos os aspectos e permite sustentar a afirmação da comunidade enquanto um grupo com ancestralidade negra garantindo assim seu reconhecimento a partir de elementos distintos do conceito anterior baseado em sua forma estática. Também admite a comunidade quilombola em caráter diversificado quando derruba a concepção destes enquanto grupos isolados e restritamente rurais, pois há muitos anos, os quilombos urbanos já constituem a estrutura espacial no país.

A visão de quilombos como grupos fechados e isolados foi revista e readequada contemporaneamente a partir de sua redefinição, e os estudos de comunidade contribuíram no sentido de uma noção de vida coletiva destas populações consideradas agora tradicionais e não mais primitivas. Schwarcz (1999) aponta inclusive que, dentre os *community studies*, apareceram também as primeiras evidências sobre a existência de bairros negros situados nas áreas urbanas e periféricas. Para o autor, são neles que surgem as escolas de samba e os terreiros de candomblé.

Conforme Bastos (2009), no processo histórico brasileiro, a experiência de liberdade dos negros após a abolição formal da escravidão não veio acompanhada de uma ampliação das possibilidades de desenvolvimento social, cultural e subjetivo desses sujeitos. A população negra continuou a formar quilombos de diversos tipos como condição de sobrevivência e alternativa às arbitrariedades que lhes foram impostas.

Embora a concepção de quilombo remeta num primeiro momento ao espaço rural, principalmente pela sua condição histórica, a segregação espacial urbana destes grupos é um fato já existente há algumas décadas. Estes quilombos urbanos “são

formados, principalmente, por grupos que viviam ao redor de grandes cidades e foram englobados pelo crescimento urbano dos municípios, além de populações que habitavam áreas valorizadas nas cidades e que, a partir do século XX, foram obrigados a se deslocar para áreas de periferia para dar lugar a projetos de revitalização e embelezamento.” (BOLETIM QUILOMBOLA, 2007, s.p.)

Na perspectiva da problemática territorial, Carril (2006) completa que no caso do quilombo rural, a base territorial é fundamental para a coesão interna. É em torno da territorialidade fixada num ecossistema e até preservando o mesmo que os quilombos lutam para o seu reconhecimento. No urbano a luta é travada a partir de uma base territorial marginalizada dos investimentos urbanos e nesse contexto, a questão étnica parece responder com movimentos de segregação.

Quanto a essa questão, Anjos (2009) pontua que sobrevivem “espaços seculares” marcados pela presença africana que são fundamentais na compreensão da territorialidade complexa e diversa do país, sendo que:

[...] esses espaços estão pulverizados em quase todo o território nacional, principalmente, no espaço rural, mas também muitos núcleos estão incorporados nas áreas periurbanas e urbanas do país. Em função dessas diferenciações de localização espacial, essas comunidades tradicionais caracterizam-se por apresentarem diferentes níveis de inserção, de relação e de contato com a sociedade moderna (ANJOS, 2009, p.105).

A relação e a proximidade geográfica entre os quilombos e os centros urbanos não devem descaracterizá-los como tais, pois não são as características do local e do entorno que proporcionam identidade aos moradores, mas sua história vivida e delineada.

A comunidade quilombola apresentada como estudo de caso desta pesquisa representa a condição de um quilombo rural devido às suas características evidenciadas nas práticas rotineiras de relação direta com o meio ambiente e pela sua geograficidade peculiar. A comunidade integra o Vale do Ribeira paranaense, mas mantém uma relação muito próxima com o Vale do Ribeira paulista.

## 2.2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS E PEQUENOS MUNICÍPIOS: DINÂMICAS NO VALE DO RIBEIRA

Diante da proposta apresentada neste estudo de retratar as relações entre os mundos rural e urbano a partir da comunidade quilombola de São João, torna-se imprescindível destacar um panorama geral dos municípios que integram o Vale do Ribeira. Os moradores de São João mantêm relações tanto com as pequenas cidades

do Vale, no Paraná e em São Paulo, estas em maior intensidade, quanto com grandes cidades, todavia, em menor intensidade. Esta análise torna-se necessária para a reflexão de como os quilombolas de São João visualizam e consideram tais mundos.

Do ponto de vista da legislação, existe, no Brasil, uma série de inadequações na caracterização do que seja rural e urbano, o que gera problemas conceituais e metodológicos conhecidos há décadas por muitos estudiosos do assunto. A legislação vigente data do Estado Novo (Decreto-lei 311 de 1938), momento em que o país era vastamente rural, e considerava urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila) sem levar em conta suas características estruturais e funcionais. De acordo com Veiga (2002, p.57), “esta aberração coloca o Brasil entre os países mais atrasados do mundo do ponto de vista territorial”.

O país enfrenta, com isso, dificuldades na formulação de políticas de desenvolvimento rural e na distribuição de recursos. É crescente o número de agricultores, pecuaristas, extrativistas, pescadores e até populações indígenas e quilombolas que perdem o direito aos parques benefícios dirigidos às populações rurais porque residem em sedes de minúsculos municípios.

Diante disso, verifica-se a existência de uma série de problemas relacionados à análise da configuração territorial brasileira. De um total de 5.507 sedes de municípios existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2.000 habitantes e 3.887 com menos de 10.000, todas com estatuto legal de cidade, idêntico ao que é atribuído aos grandes núcleos metropolitanos de concentração populacional (VEIGA, 2002).

Surgiram ainda, a partir da década de 1980, mudanças significativas no meio rural brasileiro. Observa-se a emergência de um espaço rural multifuncional com a introdução de uma maior diversificação econômica. Em meio a novas formas de produção e subsistência, em visível contraste com o que dominava no passado, surge um novo paradigma sócio espacial no Brasil. (VEIGA, 1991, 2002; ABRAMOWAY, 1992; WANDERLEY, 2001).

A região do Vale do Ribeira (Figura 09) se destaca por expressar bem o *continuum* entre os mundos rural e urbano. Localizada no sul do estado de São Paulo e ao nordeste do estado do Paraná, recebe este nome em função da bacia hidrográfica que abrange. A Bacia do Rio Ribeira tem uma área de 2.830.666 hectares, abriga uma população de 544.205 habitantes e inclui integralmente território de 32 municípios (07 paranaenses e 25 paulistas - ver Tabelas 01 e 02).



**Figura 09** – Região do Vale do Ribeira composta por 07 municípios paranaenses e 25 paulistas

**Fonte:** TOMASI (2010)

Município	População		
	Urbana	Rural	Total
Apiáí	18.226	6.970	25.196
Barra do Chapéu	1.544	3.692	5.236
Barra do Turvo	3.174	4.555	7.729
Cajati	20.719	7.652	28.371
Cananéia	10.436	1.790	12.226
Eldorado	7.209	7.436	14.645
Iguape	24.698	4.146	28.844
Ilha Comprida	9.027	0	9.027
Iporanga	2.401	1.901	4.302
Itaóca	1.760	1.468	3.228
Itapirapuã Paulista	1.895	1.989	3.884
Itariri	9.879	5.592	15.471
Jacupiranga	9.357	7.839	17.196
Juquiá	12.144	7.125	19.269
Juquitiba	22.240	6.492	28.732
Miracatu	10.586	10.009	20.595
Pariquera-Açu	12.661	5.792	18.453
Pedro de Toledo	7.042	3.171	10.213
Peruíbe	59.125	668	59.793
Registro	48.187	6.092	54.279
Ribeira	1.245	2.191	3.358
Ribeirão Branco	9.296	8.976	18.272
São Lourenço da Serra	12.725	1.260	13.985
Sete Barras	7.035	5.971	13.006
Tapiraí	5.728	2.287	8.015

**Tabela 01 - População dos Municípios que compõe o Vale do Ribeira - São Paulo**  
**Fonte:** IBGE Cidades – Censo 2010 primeiros resultados **Org.:** ALVES

Município	População		
	Urbana	Rural	Total
Adrianópolis	2.060	4.314	6.374
Bocaiúva do Sul	5.136	5.869	11.005
Cerro Azul	4.814	12.134	16.948

<b>Doutor Ulysses</b>	939	4.795	5.734
<b>Itaperuçu</b>	19.966	3.933	23.899
<b>Rio Branco do Sul</b>	22.044	8.618	30.662
<b>Tunas do Paraná</b>	2.790	3.468	6.258

**Tabela 02 - População dos Municípios que compõe o Vale do Ribeira – Paraná**

**Fonte:** IBGE Cidades – Censo 2010 primeiros resultados

**Org.:** ALVES

Todos estes municípios correspondem às classificações de “Cidades Imaginárias” e “Municípios Anões” criadas pelo economista José Eli da Veiga (2002) para denominar médios e pequenos municípios e suas sedes com características “rurbanas”. Para o autor estas deveriam ser consideradas mais como vilarejos rurais ou centros de aglomeração do que como centros urbanos.

O ponto fundamental de se ressaltar nesta condição, é o fato de que a área que compreende o Vale do Ribeira em ambos os estados, é destacada pela preservação de suas matas (Mata Atlântica) e por grande diversidade ecológica, sendo a maior área contínua de um ecossistema do Brasil. Nesta área são encontradas não apenas florestas, mas importantes comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras e imigrantes. O que chama atenção nesta observação está no fato de que os municípios que integram o Vale do Ribeira no Paraná fazem parte da região metropolitana da capital Curitiba, enquanto três dos municípios do Vale do Ribeira paulista fazem parte da região metropolitana da grande São Paulo.

A população total do território da região do Vale do Ribeira paulista é de 443.325 habitantes, dos quais 114.854 vivem na área rural, o que corresponde a 26,23% do total. O espaço rural da região é composto por agricultores familiares, famílias assentadas, comunidades quilombolas e terras indígenas. A economia regional é baseada na agricultura familiar, na extração mineral e vegetal e também nas atividades pesqueiras dos municípios litorâneos. Seu IDH médio é 0,75.

A região do Vale do Ribeira no Paraná tem a maior concentração dos habitantes na área rural, com exceção de Itaperuçu e Rio Branco do Sul, que se aglomeram na área urbana. A densidade populacional média da região é relativamente baixa com 139,89 hab./km<sup>2</sup>. Os pequenos municípios têm suas economias atreladas à agricultura familiar, a extração mineral, vegetal e animal, formando assim aglomerações rurais. A região é conhecida pelos baixos índices econômicos e a baixa renda familiar que favorecem o aparecimento de bolsões de pobreza.

O Vale do Ribeira - apesar da proximidade a regiões altamente urbanizadas, como São Paulo e Curitiba - é onde se verifica a maior concentração de comunidades quilombolas rurais, considerando o conjunto das comunidades quilombolas destes dois

estados. Adrianópolis, município ao qual a comunidade São João pertence, constitui a região metropolitana de Curitiba.

A concentração das comunidades quilombolas no Vale do Ribeira condiz com o histórico de ocupação destas. Segundo Tomasi (2010, p.48), têm-se que “dois importantes ciclos econômicos da região, o do ouro e posteriormente do arroz”, destacaram, além de que “trouxeram grande quantidade de mão-de-obra escrava.”

Os primeiros escravos chegaram ainda no século XVI para o trabalho na mineração de ouro através do porto de Iguape em São Paulo e se distribuíram pelas margens do rio Ribeira acima (LÖWEN SAHR et al, 2010). Perante a escassez do ouro na região do Vale do Ribeira no século XVIII e com o êxodo ocasionado devido à abundância de minérios no estado de Minas Gerais, a agricultura passou a ser a principal atividade sendo que, neste período, dois núcleos de povoamento despontaram no Vale paulista, um em Xiririca (atual município de Eldorado) e outro em Cananéia e Iguape. (ITESP, 2000).

Já no início do século XIX, a monocultura de arroz ocupou posição de destaque na região do Vale, mas alguns anos depois entrou em crise com a pressão pelo fim da escravidão. Com o fim do tráfico negreiro os escravos passaram a constituir mão-de-obra cara sendo então substituídos pelos imigrantes europeus. Todavia, os ex-escravos continuaram a habitar a região em suas comunidades.

Segundo Tomasi (2010, p.46):

Mesmo com o fim da escravidão e a industrialização observada no país durante o século XX, muitos dos habitantes dessa região, em especial da área rural, continuaram a viver sem as condições mínimas requeridas pelo título da cidadania. As populações negras rurais e urbanas do Vale do Ribeira, cujos ancestrais fizeram parte do passado colonial e escravocrata brasileiro, apenas recentemente passaram a ter visibilidade no cenário político municipal, estadual e federal.

Recentemente a Fundação Cultural Palmares, responsável pela certificação oficial das comunidades quilombolas em todo o território nacional, chegou à marca de 1.342 comunidades consideradas como remanescentes de quilombos, entre rurais e urbanos. Das 43 comunidades certificadas em São Paulo, 30 integram as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP sendo que 06 destas comunidades já foram regularizadas (Tabela 03). Dentre as 34 comunidades certificadas no Paraná, 11 integram as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/PR, mas nenhuma destas ainda foi titulada (Tabela 04).

Nome	Município	Reconhecimento/ Certificação	Titulação
Pilões	Iporanga	1998	2001
Maria Rosa	Iporanga	1998	2001
São Pedro	Iporanga e Eldorado	1998	2001
Ivaporanduva	Eldorado	1998	2003
Pedro Cubas	Eldorado	1998	2003
Galvão	Iporanga e Eldorado	2001	2007
André Lopes	Eldorado	2001	Não
Nhanguara	Iporanga e Eldorado	2001	Não
Sapatu	Eldorado	2001	Não
Praia Grande	Iporanga	2002	Não
Mandira	Cananéia	2002	Não
Porto Velho	Iporanga	2003	Não
Pedro Cubas de Cima	Eldorado	2003	Não
Cangume	Itaoca	2004	Não
Morro Seco	Iguape	2005	Não
Poça	Eldorado/Jacupiranga	2008	Não
Ribeirão Grande	Barra do Turvo	2006	Não
Terra Seca	Barra do Turvo	2006	Não
Cedro	Barra do Turvo	2006	Não
Pedra Preta/Paraíso	Barra do Turvo	2006	Não
Reginaldo	Barra do Turvo	2009	Não
Taquari	Cananéia	2005	Não
São Paulo Bagre	Cananéia	2005	Não
Santa Maria	Cananéia	2005	Não
Porto Cubatão	Iporanga	2005	Não
Bombas	Cananéia	2005	Não
Ariri	Cananéia	2005	Não
Abobral Margem Esquerda	Eldorado	2007	Não
Castelhanos	Iporanga	2007	Não
Varadouro	Cananéia	2005	Não

**Tabela 03** - Situação Atual das Comunidades Quilombolas Certificadas do Vale do Ribeira-SP

**Fonte:** Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>  
Acesso em: 30/12/10

**Org:** ALVES

Nome	Município	Reconhecimento/ Certificação	Titulação
João Surá	Adrianópolis	2005	Não
São João	Adrianópolis	2006	Não
Areia Branca	Bocaiúva do Sul	2006	Não
Bairro Córrego do Franco	Adrianópolis	2006	Não
Comunidade Negra Rural de Córrego das Moças	Adrianópolis	2006	Não
Praia do Peixe	Adrianópolis	2006	Não
Porto Velho	Adrianópolis	2006	Não
Estreitinho	Adrianópolis	2006	Não
Comunidade Negra Rural de Sete Barras	Adrianópolis	2006	Não
Bairro Três Canais	Adrianópolis	2006	Não
Comunidade Negra Rural do Varzeão	Dr. Ulysses	2007	Não

**Tabela 04** - Situação Atual das Comunidades Quilombolas Certificadas do Vale do Ribeira-PR

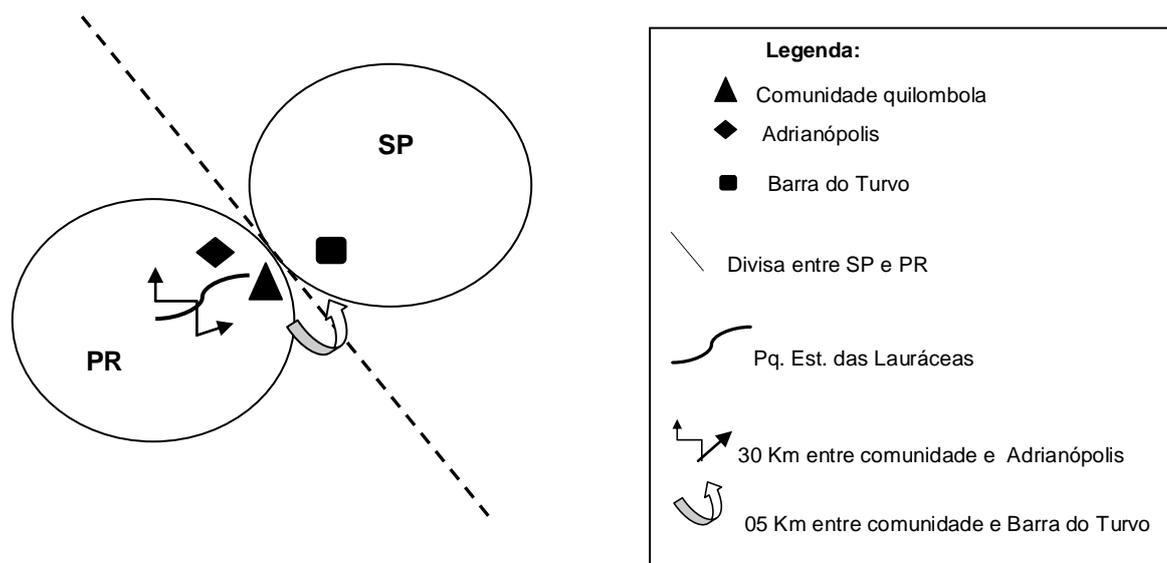
**Fonte:** Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>  
Acesso em: 30/12/10 **Org:** ALVES

A comunidade quilombola rural de São João recebeu a certidão pela Fundação Palmares em 13 de dezembro de 2006 e atualmente está sob análise de processo de regularização e delimitação de terras para posterior titulação das mesmas. O auto-reconhecimento da comunidade como sendo quilombola ocorreu a partir de 2000 e desde então os membros se apropriaram do termo para contar sua história e garantir o reconhecimento por parte das políticas públicas que se destinam a estas comunidades. Antes de considerarem-se quilombolas, os membros da comunidade de São João não tinham conhecimento desta condição, mas já sabiam de seu histórico relacionado ao período escravo.

A proximidade entre a comunidade quilombola de São João e a sede do município da Barra do Turvo e outras localidades do Vale do Ribeira paulista define uma relação mais intensa desta com o estado de São Paulo do que com a sede do Município de Adrianópolis no Paraná, ao qual a própria comunidade pertence em termos territoriais.

O acesso à Adrianópolis e às outras localidades que integram o Vale do Ribeira paranaense é mais limitado devido à presença do Parque Estadual das Lauráceas, criado em 1979, o qual se encontra entre a comunidade e a sede do município. O Parque é uma unidade de conservação de caráter integral de grande extensão, que separa cinco comunidades quilombolas do restante do município de São Paulo, além de São João, também João Surá, Córrego do Franco, Três canais e Estreitinho não tem acesso direto a Adrianópolis.

Para chegar à Adrianópolis, os moradores precisam contornar o Parque por Iporanga (município do Vale paulista) e de lá seguir a sede do município, enfrentando aproximadamente 30 km de estrada de chão em precárias condições e que oferecem riscos de morte. Outro trajeto implica em ir até Curitiba e de lá até a sede Adrianópolis. Todavia, o percurso até a Barra do Turvo é de apenas 05 km feitos, na maioria das vezes, a pé pelos quilombolas (Figura 10).



**Figura 10 -** Localização da comunidade quilombola e acessibilidade às sedes dos municípios de Adrianópolis e Barra do Turvo

**Fonte:** Comunidade

**Org.:** ALVES

Sendo o Vale do Ribeira em geral um local tão diversificado e que concentra um grande número de comunidades tradicionais, principalmente quilombolas, as características destas comunidades destoam em decorrência das diferentes situações que se encontram. Os quilombos do Vale paulista como se pode ver, vivem um processo adiantado devido à titulação de terras já ser um fato existente em várias comunidades. Mesmo assim, estas comunidades apresentam características rurais.

No Vale paranaense, o processo de titulação é mais lento e as comunidade também apresentam traços fortemente típicos do mundo rural, algumas mais do que outras, como é o caso da comunidade de São João.

As principais características que delineiam o caráter rural (tradicional) da comunidade de São João e as dinâmicas de deslocamento urbano-regionais que fazem parte da rotina dos moradores de São João, bem como os motivos que os levam manterem relações com o mundo a sua volta, serão retratadas no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3 – ENTRE DOIS MUNDOS: O RURAL (TRADICIONAL) E O URBANO (MODERNO) A PARTIR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO JOÃO**

Neste capítulo busca-se apontar elementos que representem a transição vivenciada pelos moradores da comunidade rural quilombola de São João decorrente da intensificação nas relações entre os mundos rural e urbano no cotidiano desta. Se de um lado há a manutenção dos costumes e tradições presentes no rural, de outro, inserem-se novos elementos neste ambiente, à medida que moradores passam a interagir com o urbano.

Estas relações, que denotam uma perspectiva integradora entre os dois mundos, são aqui descritas através da rica experiência vivida e observada no campo empírico a partir da metodologia baseada nos *community studies*.

Primeiramente apresentam-se os aspectos do mundo rural<sup>15</sup>. Estes aspectos estão relacionados ao ambiente notavelmente rural e aos elementos tradicionais que conferem identidade à comunidade.

Na sequência, destaca-se o que representa o mundo urbano para os moradores de São João e os motivos que os levam a manter certas dinâmicas de deslocamento sejam estas rotineiras do campo para a cidade ou fixas em determinadas localidades.

Por fim, evidenciam-se elementos modernos que pouco a pouco chegam à comunidade alterando parcialmente a paisagem rural e os hábitos dos quilombolas, num processo integrador entre os dois mundos e seus elementos.

#### **3.1 O MUNDO RURAL E OS ELEMENTOS TRADICIONAIS EM SÃO JOÃO**

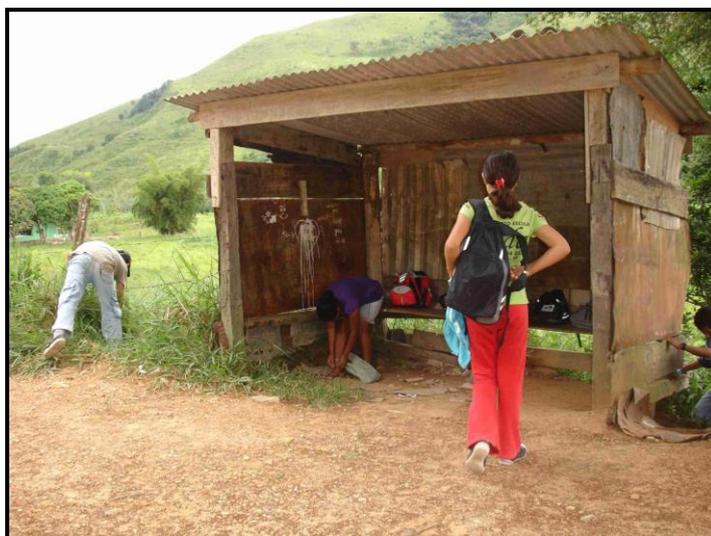
A comunidade quilombola de São João comparada às demais comunidades do Vale do Ribeira paranaense é a mais isolada geograficamente. As características do local evidenciam um ambiente rural. O difícil acesso e a precariedade de infraestrutura dão ao visitante que a conhece pela primeira vez, a sensação de retorno a um passado que remonta aos tempos em que o espaço agrário brasileiro era consideravelmente constituído pela agricultura familiar.

A única estrada de acesso à entrada da comunidade não é asfaltada e liga os municípios paulistas da Barra do Turvo (7.729 habitantes) à Iporanga (4.302

---

<sup>15</sup> A percepção do que vêm a constituir o “mundo” rural será explanada a partir da visão dos sujeitos pesquisados decodificada para a visão do pesquisador, ou seja, o que se considera como rural baseia-se em suas significações.

habitantes). Nesta entrada existe uma guarita (Foto 01) construída pelos moradores. Esta guarita serve de abrigo para a espera do transporte escolar. Ao lado desta, situa-se a porteira das terras de um dos fazendeiros do entorno. Este fazendeiro cria búfalos e tanto seu gado quanto sua propriedade são agentes ameaçadores e invasores das terras quilombolas.



**Foto 01:** Guarita da entrada da comunidade construída pelos moradores  
**Fonte:** Acervo PROQUI<sup>16</sup>, 2009

Há 100 metros dela encontra-se uma ponte pênsil (Foto 02) bastante desgastada que serve como principal via de travessia de um lado ao outro do Rio Pardo. Este rio representa a divisa entre os estados de São Paulo e Paraná. Na margem paranaense inicia-se a trilha de acesso a comunidade, aberta na mata pelos próprios moradores. Deste ponto até a primeira casa são percorridos aproximadamente 04 km em um relevo bastante acidentado com trechos em meio à mata fechada e campos abertos pelos quais se avistam as grandes serras que ladeiam a comunidade. Pelo caminho é possível observar a diversificada vegetação, os córregos e o Rio São João, que dá nome à localidade. Animais e insetos também se fazem presentes.

---

<sup>16</sup> Fotos de acervo do grupo de pesquisa Projeto Quilombola (PROQUI) coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cicilian Luiza Löwen Sahr.



**Foto 02:** Ponte Pêncil de acesso à comunidade construída sobre o Rio Pardo  
**Fonte:** Acervo PROQUI, 2009

Esta paisagem se estende por todas as trilhas e caminhos do território quilombola. A distância entre as habitações são sentidas a cada trajeto que se explora. Algumas se localizam nos pontos mais distantes em que é necessário percorrer até 10 km ou mais para se chegar. Estes pontos são denominados pelos moradores de “sertão”. É comum ouvi-los falar, por exemplo: “hoje o fulano foi pro sertão”, ou “tal pessoa mora lá mais pro sertão”. Nesta expressão já se percebe uma identificação destes com um ambiente rural “distante”.

Esta descrição geográfica inicial sobre o acesso principal à comunidade São João é aqui exposta para transmitir a percepção de como é chegar até esta localidade, refletindo no grau de isolamento em que vivem e as dificuldades de locomoção impostas.

Como uma das principais características da abordagem dos *community studies* é valorizar a ótica do sujeito pesquisado é relevante mostrar como os quilombolas vivenciam e distinguem seu mundo rural. Uma das formas que possibilitou perceber como isto ocorre, foi a partir de uma perspectiva etnográfica.

Os moradores da comunidade estabelecem pontos de referência do relevo para fins de localização relacionando-os com os córregos e serras que recebem denominações ligadas a elementos da própria comunidade. Alguns deles são: Córrego da Bica, Serra do Querosene, Morro do Cruzeiro e Ilha dos Cedros. Também distinguem subunidades baseados nas sub-bacias hidrográficas. Desta forma as terras do Rio Pardo, as terras do Rio São João, as terras do Córrego Feital Grande/Córrego Comprido e as terras do Rio dos Veados representam 04 subunidades do relevo. (LÖWEN SAHR et al, 2010).

Os moradores ainda adotam elementos referenciais próprios que diferem da cartografia convencional que se baseia na estrutura organizacional vivenciada por eles e que tem como ponto inicial de referência o sentido “Nordeste - Sudoeste” e não “Norte” como é convencional.

Esta observação aparece descrita em um trecho do Relatório Antropológico:

Os elementos referenciais do relevo são utilizados pelos moradores para se referir a suas práticas rotineiras e classificações variadas do território. Esta é uma das maneiras de organizar o conhecimento sobre o território por eles ocupado. A denominação dos locais representa uma maneira que a comunidade tem de identificar e classificar o ambiente, que passa a ser também uma maneira de autoidentificação e autodefinição da própria comunidade enquanto grupo social particular. Assim, na mesma medida em que produz conhecimento sobre a natureza, a comunidade de São João forja de maneira inconsciente, como todos os outros grupos sociais, sua identidade cultural e social. No caso da comunidade quilombola de São João é evidente a integração humana com a natureza sem utilização de técnicas modernas de localização e reconhecimento dos locais (LÖWEN SAHR et al, 2010, p.118).

O conhecimento local do mundo rural que habitam é também observado nos caminhos e trilhas utilizados em suas práticas cotidianas de trânsito e para estabelecer contato com comunidades vizinhas ou com o mundo urbano. Esta rotina permite-lhes adquirir profundo conhecimento deste ambiente sendo ordenado e classificado pelos moradores por meio de uma linguagem própria que é por eles compartilhada. Aqui se visualiza a importância deste conhecimento para as estratégias adotadas nas relações estabelecidas entre os dois mundos.

Em um dos percursos diários que acompanhei durante a primeira fase de imersão na comunidade, uma resposta referente ao conhecimento que estes habitantes possuem do local em que vivem, foi surpreendente. Na ocasião, acompanhava as crianças em seu trajeto diário realizado antes do nascer do sol até a guarita localizada na entrada da comunidade para o aguardo do transporte escolar. Sem lanternas ou qualquer objeto luminoso, as crianças – a maioria delas descalças segurando seus calçados nas mãos para não sujá-los – caminhavam tranquilamente pela trilha em pedregulhos, por trechos de córregos, em meio à mata e aos ruídos de animais peçonhentos e insetos. Ao questionar uma das estudantes sobre como conseguem caminhar descalços no escuro e seguir tranquilamente a trilha, a menina respondeu: “É que nós conhecemos cada pedrinha deste lugar.”

Esta integração com o meio ambiente caracteriza um dos elementos tradicionais de auto-identificação que pôde ser observado também em outras perspectivas etnográficas como o conhecimento botânico dos moradores da comunidade. A etnobotânica é um conhecimento extremamente rico que possuem da

vegetação local. Além de o conhecimento representar por si só a forte convivência com o meio ambiente através de sua conservação, esta é uma prática tradicional passada de geração a geração que revela uma cultura própria.

Na descrição das espécies, os quilombolas estabelecem certas classificações relacionadas aos locais em que são encontradas. Conforme esta classificação, as plantas são da “mata virgem” (mata mais fechada) ou da “capoeira” (locais mais próximos das moradias e trilhas) (Quadro 02).

Espécies da “Mata Virgem”	Espécies da “Capoeira”
Canela (amarela, preta, fogo, sassafrás), Jatobá, Angelim, Araribá, Peroba, Gratambu, Canafristi, Bocuva, Mandioqueiro, Pimenteira, Pau-Brasil, Tapiá, Cascudo, Vaguaçu, Pau-de-óleo, Cabriteira, Tarumã, Araçá, Goiabinha, Imboeiro, Guararema, Cacheta, Coração de Bugre, Palmito Jussara, Guarairo, Caingá, Corocaia, Garajuva.	Tamanqueira, Goiabeira, Zóio de Cabra, Cirinjuva/Canjiuva, Fruto-de-Pombo, Café-bravo, Tabucuva, Goê, Graricica, Camarinha, Caquera, Ingaeiro, Rabo de burro, Taiuva, Tucum, Beijauva, Gavirova, Imbauva, Bico de Pato, Espinho de Agulha, Vassoureiro, Assapeixe, Cambará, Carne de Cavalo, Alecrim, Coqueiro, Marmelo, Angico, Jacaré.

**Quadro 02:** Classificação da flora local segundo moradores da comunidade São João  
**Fonte:** LÖWEN SAHR et al (2010, p.129)

A partir do que fora relatado durante as conversas e entrevistas informais e também através da própria observação, pode-se verificar em que este conhecimento é empregado. Algumas plantas e ervas são utilizadas para o trato de enfermidades, sejam tomadas como chás ou aplicadas de outras formas. Outras espécies são consumidas dentro da prática de subsistência como alimentos como a banana nativa, a goiaba, a batata-doce, e há ainda outras formas de uso, como as madeiras da “mata virgem” que são usadas para as construções de pau-a-pique. O Tucum (Foto 03) é uma planta no passado servia para a confecção de linha para pesca.



**Foto 03:** “Tucum”- espécie utilizada no passado pela comunidade para confecção de linha de pesca

**Fonte:** Acervo PROQUI, 2009

Diferentes tipos de cipós e bambus também são retirados da mata para a confecção de cestaria, uma prática antiga que vem sendo resgatada na comunidade pelos mais jovens. Foi possível acompanhar a confecção de alguns cestos que são utilizados na pesca e colheita, ou como objeto decorativo, na forma de miniaturas (Fotos 04 e 05).



**Foto 04 e 05:** Resgate da prática tradicional de cestaria na comunidade

**Fonte:** Acervo PROQUI, 2009

Três espécies exóticas que foram apontadas pelos moradores, chamaram atenção por vinculá-los às raízes africanas. A “Cabaceira” ou “Coité” é uma destas espécies que fora utilizada no passado na comunidade para a confecção de tigelas e é muito comum no Nordeste brasileiro na confecção do Berimbau. Outra destas é a

“Suinã”, um arbusto com flores vermelhas utilizada como demarcação de divisas pelos moradores. E ainda o “Bordão de São Pedro” ou “Peregun” que é utilizado como cerca (LÖWEN SAHR et al, 2010).

A vivência e conhecimento do meio ambiente também se expressa por meio da etnofaunística. Com uma diversificada fauna ao redor, os moradores exibem um amplo conhecimento dos animais, insetos, pássaros e listam uma quase infinita variedade onde demonstram através da tradição, um forte convívio com a mata e seus elementos.

Assim como a variedade florística, a fauna local recebe uma classificação própria designada pelos quilombolas, além de algumas denominações por eles adotadas. Como pode ser visto no Quadro 03, os animais silvestres são classificados pelos moradores em: cobras, aves, peixes, anfíbios, insetos, animais grandes de pêlos e outros.

<b>Cobras</b>	Jararaca, cascavel, jaracuçu, urutu, caninana, coral, cipó, d'água, boicorá, sucuri.
<b>Aves</b>	Jacu guaçu, jacupema, jacutinga, macuco (tipo galinha do mato mas é pássaro), nhambu guaçu, nhambu xitã e xororó, pavão do peito vermelho, tucano grande, tucaninho, picongó tucano, rôla amargosa, rôla branca, juruti, pomba do ar, papagaio, baitaca, tiriva, piriquito, tuin miúdo, piriquito grego, araponga, sabiáci, saracura, nhaçanã, corvo, urubu, garça, pato d'água, marrequinho d'água, ganso, andorinha, pixoxó, curió, passo preto, chupim, suruguá, sabiá vermelha, sabiá branca, sabiá preta, pardais, bem-te-vi, beija-flor, tangará, saíra, bonito lindo, guaxi, quero-quero, sabiá de bando, mariquita, pica-pau meleiro (gosta de mel), pica-pau banga, pica-pau curuliu, pica-pau fede canto, pica-pau rajadinho, pica-pau guri cavalo, tié preto, tié azulão, anu preto, anu branco.
<b>Peixes</b>	Traíra, traputanga, corimbá ou corimbatá, cascudo, guacari (cascudo grande), aniã, tapijara, rabo seco, cadela, lambari, bureva, bagre, mandi, piagua, carpa, tilápia, acará, lisbão, saguaru, robalo, camarão-lagosta de água doce, tartaruga média de água doce.
<b>Anfíbios</b>	Sapo cururu, rã diversas (verde, azul, marron, amarelo), sapo boi, perereca preta.
<b>Insetos</b>	Besouros, vespa, mamangava, abelha Europa, abelha africana (guaraipo preto, amarelo, guaraipuru – abelhas sem ferrão), abelha jeti mirin, alemãozinho, mandassaia, “vamos embora” <sup>17</sup> , tuvuna, mandori, arapúa, borrachudo, butuca, pernilongo, barigüi, malacara, carrapato grande e miúdo, ratos diversos como rato branco, rato grande, rato mineiro e rato d'água.
<b>Animais de pêlo e outros</b>	Lagarto, tatu galinha, tatu cavalo, tatu mineiro, cachorro-do-mato cinzento, cachorro-mão-pelada, paca, veado grande e pequeno, cateto, queixada (porco do mato), anta, quati de bando e mundi (casal), gambá guaxica, raposa, macaco cara branca, maçado pequeno, macaco bugio, tamanduá pequeno, onça pintada, jaguatirica, onça parda, pantera preta do mato, ouriço pequeno, jorrio, capivara, aranhas diversas, formigas diversas, morcego carnívoro e herbívoro.

**Quadro 03:** Classificação da fauna local segundo moradores da comunidade

**Fonte:** Moradores

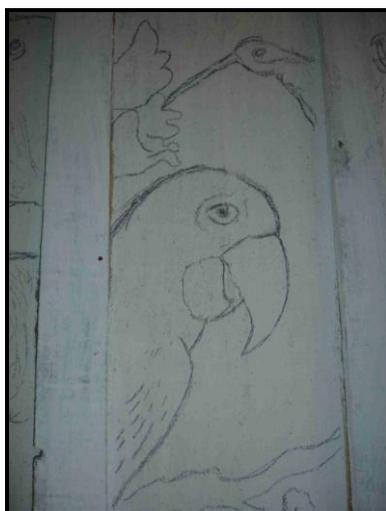
<sup>17</sup> Tipo de abelha que segundo a lenda se encontra-la e chupar seu mel na colméia, não dá prá convidar quem estiver junto para ir embora, se chamar com a frase “vamos embora” as pessoas ficam travadas.

No passado, a atividade da caça consistia numa prática de subsistência, porém, com as leis ambientais atuais esta não é mais uma atividade presente nos hábitos dos moradores. Todavia, a pesca de vara é uma prática muito comum como subsistência e é desenvolvida principalmente pelas mulheres. Algumas armadilhas de pesca produzidas artesanalmente como o “covo” feito a base de bambu e cipó (Foto 06), são utilizadas em determinadas épocas do ano em que a grande quantidade de peixes determina sua eficácia.



**Foto 06:** “Covo”- instrumento de pesca da comunidade  
**Fonte:** Acervo PROQUI, 2009

O equilíbrio na relação entre a comunidade e os elementos do meio ambiente é a garantia de vivência sustentável mantida através de gerações. Esta relação pode ser vista através da percepção que os mais jovens possuem, como Tatiane que desenha espécies da fauna local nas paredes do seu quarto (Foto 07).



**Foto 07 :** Desenho da fauna local elaborado por jovem da comunidade  
**Fonte:** Acervo PROQUI, 2009

A classificação e uso dos solos também é uma atividade que emprega técnicas tradicionais. Através da etnopedologia os moradores de São João classificam os solos em melhores ou piores para o cultivo, cultivam produtos para sua subsistência e até constroem as tradicionais casas de argila e sapê.

Para o cultivo de feijão, milho, arroz, batata-doce e mandioca, que são os principais produtos de sua base alimentar, os quilombolas procuram os solos mais férteis que consideram como “terras boas”. Nestes locais o solo é mais conservado ao contrário das “terras ruins” pisoteadas pelo gado. A presença de um tipo de cipó, o “milhome” como define o morador Léo, é um tipo florístico que indica através de sua presença, a excelente qualidade do solo.

A classificação dos solos conforme os moradores segue a seguinte lógica:

- Solos classificados como manchas de “barro” (argila), podendo apresentar-se em cinco cores diferenciadas: marrom, amarelo, vermelho, rosa e branco. Estes localizam-se, sobretudo, nas baixadas e são utilizados na construção de suas casas, proporcionando uma diversificação de cores a estas.
- Solos com presença de “pedras” e “pedregulhos” aflorando, classificados, em geral, como “terras ruins”.
- Solos pisoteados pelo gado bovino dos fazendeiros, classificados como de difícil regeneração para uso agrícola (roça). Estes se localizam, sobretudo, nos espigões e encostas, necessitando – segundo os moradores – de, no mínimo, um intervalo de oito anos de descanso para sua recuperação (LÖWEN SAHR et al, 2010, p. 126).

A comunidade ainda desenvolve suas próprias técnicas de uso e manejo dos solos de forma tradicional que são mantidas desde os mais antigos. Isto possibilita a manutenção das atividades agrícolas de subsistência sendo todos os processos, desde o plantio até a colheita, feitos de maneira rudimentar, inexistindo a utilização de insumos e maquinários.

Próximos às casas ficam os pequenos “roçados” e as hortas. As roças maiores situam-se em pontos mais distantes onde constroem ranchos para estadia em períodos intensivos de trabalho. O processo de cultivo das espécies segue um calendário anual (Quadro 04) estabelecido a partir do conhecimento que possuem de fatores locais como as condições climáticas da região.

Produtos	Período de Plantio	Período de Colheita
Feijão	Agosto a setembro	03 a 04 meses
Feijão da seca	Fevereiro a março	03 meses
Milho	Agosto a dezembro	03 meses
Mandioca	Agosto a outubro	01 ano
Arroz	Agosto a janeiro	03 meses
Banana	Agosto a dezembro	01 ano
Batata doce	Agosto a dezembro	06 meses
Amendoim	Agosto a outubro	05 meses
Cará	Agosto a outubro	01 ano

**Quadro 04:** Calendário agrícola anual da comunidade

**Fonte:** LÖWEN SAHR et al (2010)

A presença de animais para consumo é escassa. Diferentemente de uma época em que o espaço da comunidade era estruturado a partir de grandes criadouros de uso coletivo circundados por “cercas deitadas”. Após a década de 1970 pouco restou deste período. Apenas o morador Benedito possui alguns porcos e em sua casa existem resquícios destes cercamentos, bem como seu irmão Osvando que possui poucas cabeças de gado. As aves de consumo também quase não são encontradas, pois segundo os próprios quilombolas, estas morrem por não suportar o calor entre os meses de novembro a janeiro (LÖWEN SAHR et al, 2010).

A banana é um dos alimentos naturais mais consumidos na comunidade pelo fato da grande variabilidade presente seja nativa ou plantada. Ao todo são 17 tipos que são consumidas de diversas formas, cru, cozida, assada, como doce entre outras. Assim como a banana, demais cultivos são consumidos a partir de uma culinária bem especializada que segue a tradição de receitas passadas de mães para filhas à gerações. Muito desta culinária foi apreciada durante o período de vivência no cotidiano da comunidade.

Um dos produtos da base alimentar – a mandioca – é o principal ingrediente de uma receita muito tradicional e que ainda consiste numa prática de caráter coletivo que reúne até mesmo os ex-moradores do quilombo. A “Festa do Biju” como denominam, segue os rituais do tempo dos seus antepassados, sendo que alguns dos instrumentos utilizados para sua confecção como a roda do “tráfico de farinha” existem a mais de cem anos.

A preparação do Biju demanda tempo e cooperação entre os moradores. Os rituais que precedem a festa iniciam-se um ou dois dias antes com a colheita e limpeza das mandiocas. No dia da festa, o processo de feitura do Biju começa às 08:00 horas da manhã, passando primeiro pela roda de ralar, depois a massa ralada é prensada por cerca de uma hora numa cesta feita de taquaras chamada de “tipiti” para que escorra todo seu líquido. Em seguida, a massa é peneirada e temperada com

banha, sal e amendoim torrado e socado no pilão. Na sequência, enrolam-se porções da massa em folhas de bananeira. Por fim, são colocadas para assar numa chapa de fogão de barro por mais ou menos vinte minutos. (LÖWEN SAHR et al, 2010)

Durante o período de realização da pesquisa *in loco*, a comunidade nos ofereceu uma “Festa do Biju” (Fotos 08 e 09). Neste dia, a preparação do alimento começou às 08:00 horas e acabou às 15:00, reunindo os moradores da comunidade e visitantes externos. Este evento é um costume de convivência comunitária de grande importância para a manutenção da identidade do grupo.



**Foto 08 e 09:** Preparação do Biju seguindo técnicas tradicionais  
**Fonte:** Acervo PROQUI, 2009

A tradição presente no cotidiano da comunidade, como pode ser percebida até o momento, está presente nas práticas rotineiras e na forma como eles se reconhecem enquanto uma comunidade rural quilombola. Mas há ainda alguns elementos expressivos presentes na memória imaterial e material, individual ou coletiva, que é a história viva e o patrimônio cultural da comunidade e que também ajudam a compor esta percepção.

Quando se trata de contar esta história, os moradores mais velhos se encarregam desta tarefa com narrativas nostálgicas, como seu Benedito que, embora sendo o mais idoso, é o que mais participa com empolgação e muita lucidez das entrevistas e conversas. Dentre suas lembranças, contou sobre algumas práticas do “tempo dos antigos” e que já não existem mais, como o trabalho “puxirão” ou mutirão realizado em conjunto na atividade agrícola ou na construção das casas de argila e dos cercamentos dos criadouros. Ao final de cada mutirão segundo Benedito, o solicitante encarregava-se de realizar uma confraternização como forma de agradecimento, com comida, bebida e bailes que se estendiam noite à dentro.

Outra lembrança deste morador faz referência à “romaria” ou dança de São Gonçalo que consistia numa forma de agradecimento por uma promessa alcançada, sendo que o morador que encomendava a romaria convidava a comunidade e um violeiro de lá ou de fora para agradecer em forma de dança voltada para o santo. Segundo Benedito, esta prática existiu durante a “religião antiga” (catolicismo popular). A última romaria segundo ele aconteceu há aproximadamente trinta anos. (LÖWEN SAHR et al, 2010).

Aconteciam também as rezas ao ar livre realizadas na cruz à margem do Rio Pardo. Atualmente neste local existe uma árvore que brotou do travessão da cruz.

Os velórios também seguiam um ritual. Quando uma pessoa morria era velada por um dia. Seu corpo era carregado num caixão de madeira feito pelos próprios moradores que seguiam em procissão cantada. O antigo banco usado para velar os defuntos encontra-se na casa de seu Benedito e é usado como um banco normal.

Sem a presença de médicos ou qualquer recurso moderno de saúde, eram comuns benzimentos, curadores e parteiras na comunidade. Existiam ainda cemitérios para crianças e atualmente os moradores apontam os locais de dois destes antigos cemitérios. Outros resquícios materiais também foram mostrados como as ruínas de monjolos (Foto 10), alambiques, casas, fornos e outros.



**Foto 10:** Antigo monjolo existente na comunidade  
**Fonte:** Acervo PROQUI, 2009

Os causos e lendas contados pelos quilombolas de São João também são um dos legados imateriais. Em algumas ocasiões, as entrevistas davam lugar a contação destes causos. Apreciando a canjica da saudosa dona Maria, escutávamos com atenção as histórias dos irmãos Benedito e Osvando. Elementos da comunidade como

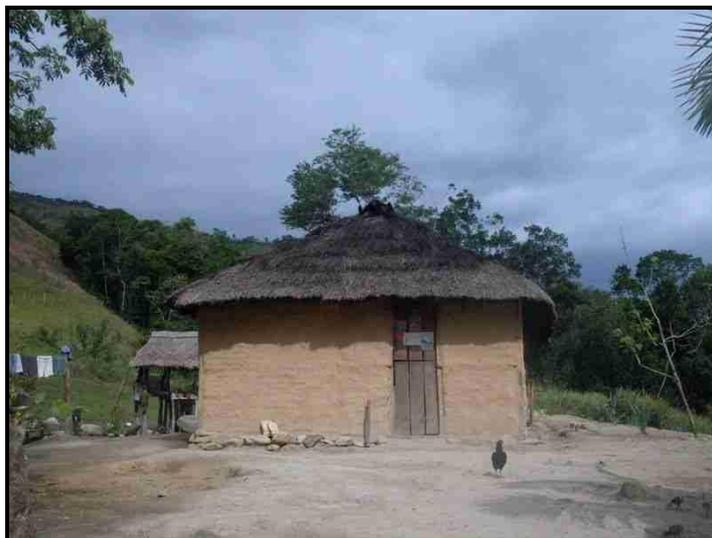
locais específicos, animais e até mesmo os próprios moradores, são os personagens da maioria das histórias como, por exemplo, nesta história de seu Benedito:

#### A visagem da pescaria

Um dia seu Benedito estava pescando lá na Ilha onde o Rio Pardo cruza com o Rio São João. Durante a pescaria, ele notou que havia um sujeito parado em pé, com um chapéu na cabeça, bem no meio da ilhazinha. Seu Benedito ficou olhando, pensando, para ver se reconhecia o sujeito, aquele vulto que estava em pé ali, perto dele. Olhou e olhou, mas não conseguiu reconhecê-lo. Anoteceu e seu Benedito resolveu ir embora, já tinha pescado bastante. O sujeito continuou lá, parado, em pé. No outro dia seu Benedito voltou para ver se o homem continuava no mesmo lugar. Não, ele não estava lá. O sujeito havia desaparecido. Era uma visagem (Löwen Sahr et al., 2010, p.83).

As técnicas construtivas das tradicionais casas de pau-a-pique também fazem parte da rica memória imaterial presente. Até os dias atuais este tipo de construção sobrevive, sendo a matéria-prima utilizada, encontrada na própria comunidade. Em uma entrevista, seu Benedito descreveu as diversas etapas do processo construtivo, desde a fase de estrutura até o acabamento final que é a pintura de barro da parede que pode ser diversificada em decorrência da variedade de cores de argila.

Estas casas têm duração de aproximadamente vinte anos dependendo de sua manutenção e algumas mantêm todos os elementos tradicionais, inclusive o chão batido, fogões de barro e a ausência de banheiro (Foto 11).



**Fotos 11:** Casa quilombola tradicional

**Fonte:** Acervo PROQUI, 2009

Algumas destas moradias possuem cozinhas externas e em outras já são feitas adaptações como a ampliação com tábuas de madeira, telhado de amianto em vez de

sapê ou cimento alisado no lugar do chão batido. Como uma das principais carências da comunidade em infra-estrutura é a ausência de recursos básicos (água tratada, luz e saneamento), suas necessidades fisiológicas são feitas próximas as casas. Apenas a casa de seu Osvando possui um espaço que serve como banheiro.

A água usada para o consumo, alimentação, banho e outros fins, chega às casas diretamente do Rio São João ou das nascentes dos córregos próximos. Estas ausências causam sérios riscos à saúde dos moradores e certamente é um descaso por parte dos órgãos públicos.

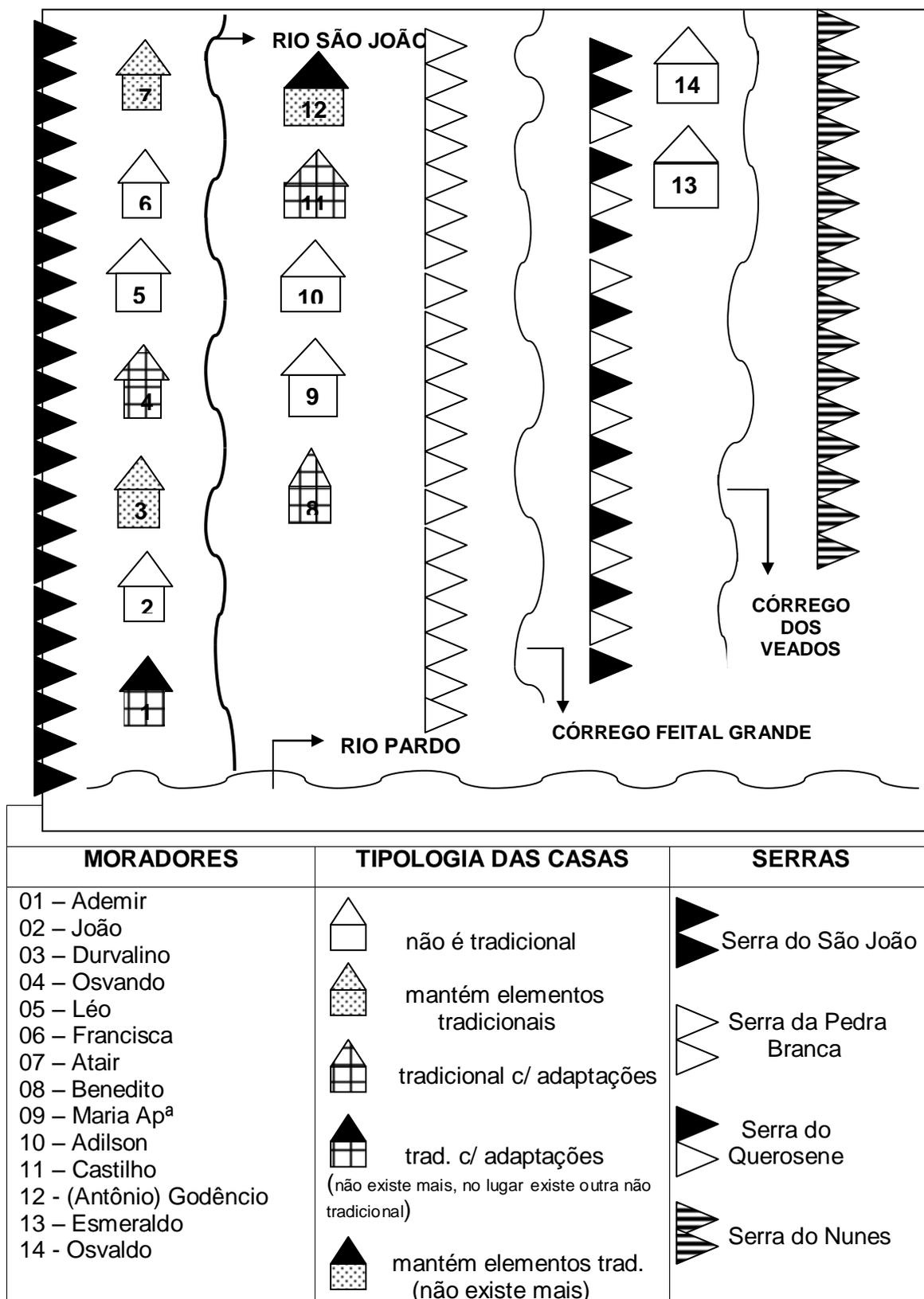
A partir das tipologias de comunidades quilombolas reconhecidas no país e classificadas por Anjos (2009), a estrutura do povoamento de São João, na atualidade, é do tipo “conduzida pelo curso d’água”, pois as casas de 10 das 14 famílias<sup>18</sup> que constituem a comunidade estão dispostas ao longo do Rio São João e apenas 02 localizam-se mais afastadas, ao longo do córrego dos Veados. Durante os períodos de imersão na comunidade, eram 14 casas ao longo do Rio São João. Porém, no intervalo do último período de imersão, a casa do morador Godêncio e sua esposa Celina, foi destruída por incêndio intencional, acreditam eles ser algum tipo de represália por parte daqueles que moram nas terras que a comunidade historicamente ocupa. O casal passou a acomodar-se na casa de uma sitiante que não mora na comunidade e que inclusive cedeu anteriormente a mesma casa para nossa equipe técnica.

Recentemente, soube-se que mais uma das tradicionais casas de barro foi demolida. Trata-se da casa do casal Ademir e Zoraide que junto de seus filhos, mudaram-se para um quilombo vizinho e posteriormente para a Ilha do Cedro, uma localidade próxima de São João. O motivo desta demolição é devido à antiga moradia apresentar alguns riscos, pois a estrutura não suportava muito a ação de ventos. No lugar, eles construíram uma casa de tábuas.

Portanto, como apresenta a Figura 11, a estrutura do povoamento atual conta com 13 casas e não mais 14 habitações (sem contar com as casas de alguns sitiantes que também vivem em São João e que não aparecem na figura).

---

<sup>18</sup> A população total de São João corresponde a 58 pessoas sendo que, 12% têm entre 0 e 6 anos, 24% entre 6 e 14 anos, 10% entre 14 e 21 anos e 54% com mais de 21 anos. (LÖWEN SAHR, et. AL, 2010).



**Figura 11:** Estrutura atual da comunidade quilombola de São João do tipo “conduzida pelo curso d’água” e em suas subunidades

Fonte: LÖWEN SAHR et. al. (2010)

Org.: ALVES

As 14 famílias que constituem a comunidade são unidas por parentesco ao escravo ancestral João Morato (“João Moratinho”) e sua esposa, a índia Thomázia Fernandes da Rosa, compondo assim a quinta, sexta e sétima geração destes. Por isso, a comunidade é do tipo parental.

A maioria destas famílias adota estratégias e dinâmicas específicas para driblar as dificuldades e limitações decorrentes do isolamento da comunidade, apesar disso mantêm os traços típicos que os define como uma comunidade rural quilombola. Assim configura-se o mundo rural/tradicional da comunidade São João. As estratégias adotadas pelas famílias e as relações com o mundo urbano, serão abordadas adiante.

### 3.2 DO RURAL AO URBANO: AS RELAÇÕES COTIDIANAS ENTRE OS DOIS MUNDOS

Como apontado na seção anterior deste capítulo, o isolamento geográfico e a precária situação em termos de infra-estrutura são as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores da comunidade rural quilombola de São João. Além da falta de recursos básicos como água tratada, luz e saneamento, a comunidade também não dispõe de nenhuma estrutura pública indispensável, a não ser a pequena escola que nem mesmo funciona regularmente.

A busca por estruturas de saúde, educação, alimentação, vestuário, religião, política, trabalho, entre outros; obriga-os a encarar uma árdua rotina, isso quando não acabam deixando a comunidade por falta de opções. Estes são os motivos que os levam a adotar estratégias e dinâmicas de deslocamento diferenciadas entre os mundos rural e urbano. Estas práticas demonstram uma constante transformação envolvendo estes dois mundo a qual expressa uma relação de interdependência entre ambos. Foi a partir da perspectiva dos *community studies* que se verificou como estas relações e esta transformação ocorrem.

Caminhar cotidianamente 10 km ou mais, considerando apenas numa direção do percurso, por trilhas, pela ponte pênsil e por uma estrada não asfaltada debaixo do sol escaldante, muitas vezes com crianças de colo ou carregados de suprimentos é, comum para esta população. Sem contar as dificuldades enfrentadas pelas crianças em seu trajeto diário para a escola e os enfermos que, muitas vezes, precisam de atendimento emergencial. Todas estas situações, inclusive as duas últimas, foram vivenciadas e acompanhadas durante as fases de imersão na comunidade.

A principal referência urbana para a comunidade é o pequeno município da Barra do Turvo-SP, que é chamada por alguns moradores de “New York”. Muitas vezes ouviu-se, por exemplo, exclamarem: “hoje é dia de feira na New York”. Na

pequena “New York” do Vale do Ribeira, os moradores de São João são bastante conhecidos e têm crédito no comércio local. A população da Barra conhece-os como quilombolas, assim como, conhece outros moradores quilombolas das demais comunidades localizadas no entorno do município.

O comércio da cidade se concentra em uma avenida e em torno de uma praça central. É fácil passar pela praça e encontrar um ou outro morador de São João em dias de semana. É uma espécie de ponto de encontro onde param para descansar e conversar com os amigos e conhecidos da cidade.

É neste pequeno município do Vale do Ribeira paulista que os moradores da comunidade mantêm relações e interações com o mundo urbano de forma mais intensa como se verá a seguir. Com as demais cidades de todo o vale do Ribeira e até mesmo fora dele, as relações mantidas são menos intensas, embora em considerável proporção, principalmente em forma de migrações e na busca por serviços de saúde.

### 3.2.1 Escolas na cidade

Foi na Barra do Turvo que as crianças em idade escolar passaram a estudar devido a problemas na escola existente em São João que já se arrastam há alguns anos. A escola multisseriada de primeira a quarta série do ensino fundamental da comunidade (Foto 12) é administrada pela secretaria de educação de Adrianópolis-PR. A professora que era contratada, residente na cidade, faltava muito ao trabalho e atribuía falta aos alunos, o que impedia as famílias de receberem o auxílio do programa “Bolsa Família”. Fato que levou a comunidade a matricular as crianças nas escolas da Barra, esvaziando a escola local.



**Foto 12:** Escola multisseriada existente na comunidade

**Fonte:** Acervo PROQUI, 2009

No período em que a pesquisa foi realizada, uma nova professora foi contratada, também residente na cidade. Com a justificativa do difícil acesso diário à comunidade, esta professora também faltava muitas aulas, levando os pais a manterem as crianças nas escolas da Barra do Turvo.

Além disso, as crianças maiores e os jovens que estudam da quinta série do ensino fundamental em diante, não tem outra opção senão as escolas urbanas. As que estudam no período matutino, acordam entre 03:00 e 05:00 horas da manhã dependendo da localização de suas casas e tomam o ônibus escolar que passa na guarita por volta das 06:30 horas (Foto 13).

Outras crianças estudam a tarde e precisam almoçar bem cedo para chegar à guarita até 12:30 horas, horário que o transporte passa. As crianças que estudam de manhã freqüentam o horário integral e almoçam na escola. Os demais voltam no mesmo horário que estes, no fim da tarde, e completam todo o trajeto de volta às suas casas pela trilha interna da comunidade cerca de 10 km da guarita até a casa mais distante.



**Foto 13:** Estudantes da comunidade pegando o transporte escolar na guarita

**Fonte:** Acervo PROQUI, 2009

Segundo os estudantes, quando perguntados sobre essa rotina, eles relataram que é bastante cansativa. A seguinte fala da estudante Tatiane quando questionada sobre a situação, expressa esta questão:

“- É, as crianças são pequenas, fica vindo todo dia, porque elas moram pra cima da gente, tem que passá rio, acho que cê já foi até a casa deles né?”

Mesmo assim, a maioria dos estudantes diz gostar de ir à cidade para estudar. Contudo, acreditam que a existência de escolas rurais regulares em sua comunidade, facilitaria em muito suas vidas.

Quanto à visão de representantes da área da educação sobre esta situação, conforme a secretária responsável de Adrianópolis, existe projetos futuros para a melhoria da escola na comunidade. Para a pedagoga da principal escola da Barra do Turvo, existe muita preocupação por parte de toda a equipe pedagógica para com a situação das crianças quilombolas. Ela afirmou que os estudantes recebem acompanhamento específico e que visitam, algumas vezes, suas casas na comunidade.

A partir disso, nota-se qual é a visão dos estudantes moradores no quilombo a respeito do mundo urbano e das relações que são mantidas. Também é possível notar a visão do mundo urbano sobre o assunto, neste caso representado pela secretária de Adrianópolis, a qual reconhece que esta dinâmica diária de deslocamentos realizada pelos estudantes não era necessária caso a escola da comunidade estivesse funcionando regularmente. Portanto, fica evidente um tipo de relação entre campo e cidade necessária na vida destes moradores.

### 3.2.2 Dos cultos em casa aos cultos na Barra

A inexistência de igrejas ou construções de cunho religioso também leva os moradores a deslocar-se até a Barra do Turvo. As famílias apresentam uma religiosidade bastante diversificada sendo 50% católicos, 36% pertencentes à Congregação Cristã do Brasil, 7% protestantes e outros 7% pertencentes à igreja Pentecostal de Jesus Cristo (LÖWEN SAHR et. al., 2010).

Até um passado recente, as práticas do catolicismo popular predominavam na comunidade como a “romaria” ou dança de São Gonçalo, mas atualmente estas práticas não se destacam mais no seio da comunidade. Há um “domínio” das religiões evangélicas, principalmente da Congregação Cristã do Brasil. Esta é a religião do senhor Osvando e de parte de seus familiares, ele que é uma figura bem expressiva, no aspecto religioso e político, sendo representante e uma espécie de líder de São João. O senhor Benedito que é irmão de Osvando é católico.

No espaço da comunidade algumas ações não são expressas publicamente como se houvesse um tipo de regra estabelecido. Bebidas alcoólicas que antigamente eram consumidas ou até mesmo as festividades do antigo catolicismo praticado no passado, são duas coisas proibidas pela religião que predomina atualmente, mas isso não acarreta nenhum tipo de conflito entre os moradores.

Na primeira fase de imersão na comunidade acompanhou-se um culto da igreja Congregação Cristã do Brasil na casa de Osvando. Os cultos eram realizados

em sua casa aos segundos sábados de cada mês devido à precária condição de acesso da comunidade com outras localidades rurais ou urbanas. A celebração era freqüentada também por não adeptos desta religião e até mesmo o próprio Osvando realizava trechos das pregações. Representantes da igreja que eram de outros municípios do Vale do Ribeira paulista, como Registro, se deslocavam até a casa de seu Osvando na comunidade para realizar estes cultos. Na celebração que foi acompanhada, pode-se verificar as vestimentas e os rituais que são comuns para eles. As mulheres sentam de um lado e os homens de outro. Elas usam véus na cabeça e somente saias (Foto 14).



**Foto 14** – Culto na casa de Osvando  
**Fonte:** Acervo PROQUI, 2009

Já na segunda etapa da imersão em campo, os cultos não estavam mais sendo realizados na comunidade e os moradores, quando questionados a respeito do fato, não se sentiam a vontade para responder. Mesmo assim, o que foi relatado condizia com a preocupação de assegurar a integridade dos elementos que para eles é significado de afirmação perante a política de regularização fundiária, onde elementos característicos que lhes atribui identidade são fundamentais neste processo. Portanto, expor a religiosidade predominante que não corresponde àquela de seus antepassados é colocar em risco esta afirmação.

Com isso, os moradores adeptos desta Congregação passaram a freqüentar os cultos na cidade, assim como os demais pertencentes às outras igrejas. Era comum enquanto na vivencia cotidiana com a comunidade na segunda imersão, perceber a ausência de muitos no domingo por estarem participando dos cultos e missas na

Barra. As vestimentas usadas nestes dias eram diferentes das usadas comumente em outras ocasiões. Os homens colocavam ternos e as mulheres usavam as saias ou vestidos mais bonitos além de arrumar muito bem os cabelos. E assim passaram a integrar uma comunidade mais ampla.

Neste caso, as relações entre os mundos rural e urbano são reflexos de uma situação que se alterou em decorrência da fase atual que a comunidade vivencia, ou seja, para não colocar em risco o processo de titulação, os moradores transferiram suas práticas religiosas para o mundo urbano, o que ocasionou uma integração muito maior com a sociedade, pois antes eram os externos que iam até a comunidade, hoje, a comunidade vai até a cidade.

### 3.2.3 Só tradição não cura

O uso e conhecimento tradicional no trato dos problemas de saúde são fundamentais e uma riqueza cultural que deve ser preservada pela comunidade. Mas este valioso conhecimento é utilizado para resolver os problemas menos graves com plantas e ervas medicinais. Todavia, os problemas mais graves necessitam de recursos modernos encontrados apenas no mundo urbano, neste caso, nas cidades mais próximas.

Os quilombolas de São João novamente percorrem a longa jornada desde suas casas até a Barra do Turvo carregando nos braços seus entes enfermos. Lá são atendidos no Posto de Saúde. Quando necessita internamento ou casos em que a estrutura bastante incipiente desta localidade não seja suficiente, os doentes são transportados pelo município para hospitais regionais, sendo o mais próximo, o Hospital Regional do Vale do Ribeira em Pariquera-Açú-SP (Foto 15). É neste mesmo hospital que nos últimos anos, os partos dos novos integrantes das famílias de São João vêm sendo realizados.



**Foto 15:** Hospital Regional de Parquera-Açú-SP  
**Fonte:** Acervo PROQUI, 2009

Enquanto vivemos na comunidade, presenciamos o desespero de uma mãe que bateu na porta da casa que estávamos para pedir ajuda. Era Zoraide, filha do seu Benedito. Seu filho caçula sofre de bronquite asmática e nesta noite, o menino passou muito mal. Com o automóvel da nossa equipe, que ficava em uma casa próxima à guarita na entrada da comunidade, estes foram levados até Posto de Saúde da Barra do Turvo. O estado de saúde da criança era tão grave que teve de ser imediatamente transferida ao Hospital Regional de Parquera-Açú.

Talvez se por coincidência não estivéssemos lá e com o carro na estrada, o menino não tivesse chegado a tempo de ser tratado e o fim deste relato fosse infeliz como foi o de outra moradora. Dona Maria, esposa de seu Osvando, sofria de um tipo avançado de diabetes. De um período de imersão a outro e até mesmo em outras ocasiões em que retornamos à comunidade; percebíamos seu abatimento acompanhado pela perda de peso significativa, além de problemas acentuados de visão. Sempre nos contava sobre seu tratamento realizado tanto no Posto de Saúde da Barra quanto no hospital de Parquera-Açú. Mas mesmo assim, ela veio a falecer devido a uma pneumonia que se agravou por causa da diabetes e não conseguiu chegar a tempo de ser salva.

Este é um dos casos senão o principal deles, de necessidade que sujeita os moradores do quilombo São João a buscar os recursos fora do campo. É também um dos fatores que mais representa a intensidade das relações estabelecidas com outros municípios além da Barra do Turvo. Ainda, é o que mais evidencia a falta de investimento em políticas públicas para estas populações.

### 3.2.4 Produtos, serviços e outras atividades do mundo urbano

A produção agrícola de São João serve exclusivamente para a subsistência, pois o complicado acesso à comunidade não permite o escoamento de produtos. As pequenas e poucas canoas que possuem são utilizadas apenas em época de cheia dos rios, mas não tem capacidade para transportar constantemente cargas muito maiores.

A ponte pênsil principal que liga a margem paulista à margem paranaense, também é bastante frágil e não apresenta bom estado de conservação. Também as trilhas internas são muitas longas e apenas com animais é possível transportar coisas maiores, mas os moradores dispõem de pouquíssimos cavalos e outros animais de grande porte.

Portanto, a partir desta situação, os moradores desenvolvem dinâmicas e estratégias de deslocamentos constantes para outras localidades. Alguns trabalham paralela e esporadicamente em atividades fora da comunidade fazendo “bicos” para obter uma renda extra. Estes trabalhos são realizados com venda de dias em propriedades de fazendeiros externos, ou então são trabalhos assalariados na cidade. O único morador aposentado é o senhor Benedito, que ainda continua com suas atividades agrícolas.

A busca por utensílios e produtos industrializados, além da compra de vestuário em geral, são fatores que conduzem a esta dinâmica entre os mundos rural e urbano. As compras são feitas em lojas populares, mercados e na feira semanal da Barra do Turvo (Foto 16). É interessante observar que entre os produtos vendidos nesta feira têm-se artigos industrializados como painéis de alumínio, potes de plástico e roupas; diferentemente das feiras livres das cidades maiores, onde há o predomínio de horti-fruti-granjeiros.

O recebimento do benefício “Bolsa Família”, serviços de correio, banco e utilização de telefonia, também são realizados na mesma cidade.



**Fotos 16:** Feira semanal da Barra do Turvo  
**Fonte:** Acervo PROQUI, 2009

Outros eventos como reuniões referentes à questão quilombola e período de eleições, são fatos que levam os moradores a se deslocar para outros municípios dos dois estados e até mesmo para Adrianópolis. Conforme Löwen Sahr et. al., (2010), atualmente a comunidade precisa estar presente em muitas reuniões que tratam sobre a questão da política fundiária e populações tradicionais como quilombolas. A comunidade participa através de seus representantes Esmeraldo, Godêncio, Benedito e Osvando que procuram sempre se revezar.

Tanto estes fatores quanto os demais já descritos anteriormente, levaram à comunidade a adotar a estratégia da dinâmica residencial das famílias. Esta dinâmica facilita principalmente a condição dos enfermos, dos mais idosos ou dos moradores com alguma limitação de locomoção.

As famílias que adotam esta estratégia transformam a residência na comunidade ou na cidade em uma segunda residência, passando a residir prioritariamente na primeira residência. As casas da cidade ficam no pequeno município de Barra do Turvo. Isto lhes garante conciliar o acesso aos serviços públicos, sobretudo o de saúde, para o membro familiar necessitado, e manter as lidas com a roça para os demais integrantes. Diferentemente das residências no quilombo construídas com recursos extraídos da própria natureza, as residências na cidade, embora precárias, são construídas com material industrializado (tijolos, madeira serrada, telhas de cimento amianto).

Também as famílias com grande número de filhos em idade escolar acabam adotando esta mesma estratégia, em virtude da dificuldade de acesso ao transporte escolar e a precariedade do mesmo. Atualmente apenas 03 famílias mantêm apenas a casa da comunidade, 02 mantêm a residência da comunidade como a primeira e 09 a residência da comunidade como segunda (Quadro 05).

<b>Morador</b>	<b>1ª Residência</b>	<b>2ª Residência</b>
Ademir	Outra comunidade rural	Quilombo São João
João	Barra do Turvo-SP	Quilombo São João
Durvalino	Boituva-SP	Quilombo São João
Osvando	<b>Quilombo São João</b>	Barra do Turvo-SP
Léo	<b>Quilombo São João</b>	---
Francisca	Outra comunidade rural	Quilombo São João
Atair	<b>Quilombo São João</b>	---
Benedito	<b>Quilombo São João</b>	---
Maria Aparecida	Barra do Turvo-SP	Quilombo São João
Adilson	Barra do Turvo-SP	Quilombo São João
Castilho	Barra do Turvo-SP	Quilombo São João
Godêncio	<b>Quilombo São João</b>	Barra do Turvo-SP
Esmeraldo	Barra do Turvo-SP	Quilombo São João
Oswaldo	Barra do Turvo-SP	Quilombo São João

**Quadro 05:** Dinâmica de deslocamento residencial das famílias da comunidade  
**Fonte:** Moradores **Org.:** ALVES

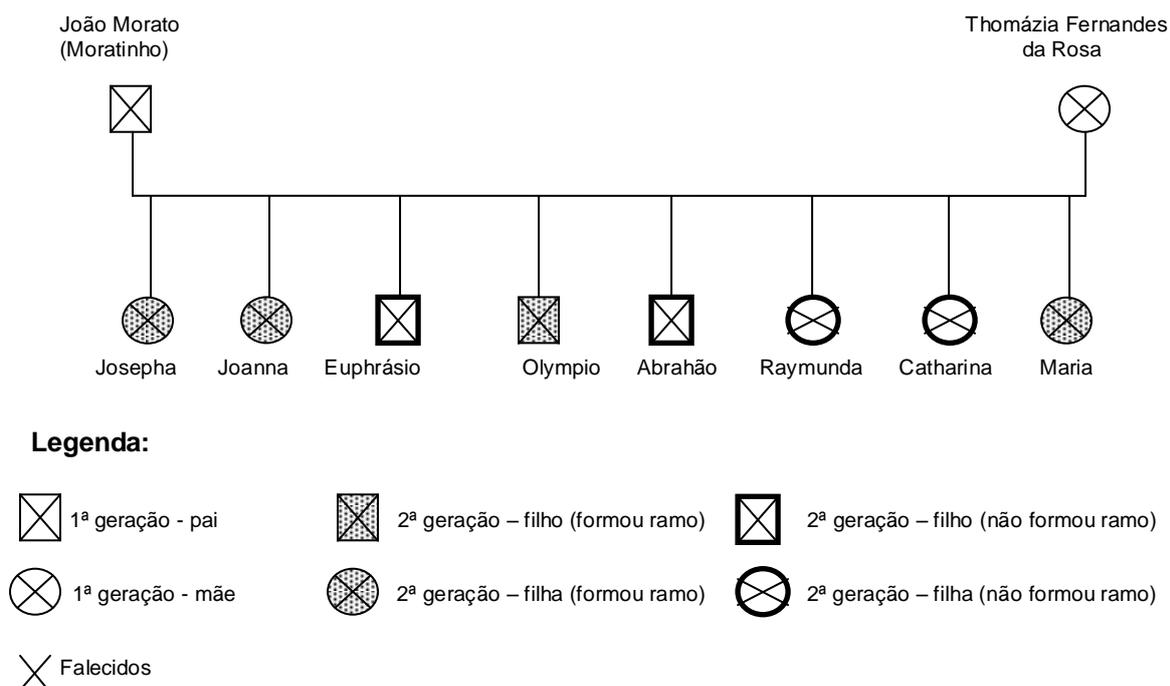
Os moradores que mantêm a casa no quilombo como primeira ou única residência passam grande parte do tempo na comunidade, utilizando a moradia urbana apenas em momentos de necessidade. Os que residem na cidade ou outras comunidades rurais freqüentam rotineiramente suas casas na comunidade por causa da manutenção de seus roçados, enquanto seus familiares que continuam na cidade absorvem trabalho urbano.

Outra estratégia adotada pelas famílias de São João é a migração. Esta estratégia é assumida geralmente quando os filhos saem da comunidade em busca de melhores oportunidades nas cidades da região. A maioria destes constitui família e emprega-se em atividades urbanas ou rurais de agronegócio. Estes retornam em algumas ocasiões, como para os festejos de final de ano e muitos tem grande expectativa de voltar para a comunidade com suas famílias caso as terras do quilombo sejam tituladas, pois passam por dificuldades na vida urbana. Já os moradores da comunidade não costumam visitar com tanta freqüência os filhos que residem fora por motivos, muitas vezes, financeiro.

A partir do acompanhamento das atividades cotidianas dos quilombolas de São João, novamente apresenta-se um caso de interação com o mundo urbano a partir das necessidades essenciais que os moradores recorrem. A recriação de seu espaço e de seus modos de vida é identificada nas dinâmicas de deslocamento residenciais que estes desenvolvem. Quanto à ótica dos sujeitos, esta está explícita no desejo de retorno ao mundo rural daqueles que de lá saíram. A visão de um mundo que seria melhor foi superada na própria vivência na cidade.

### 3.2.5 Cada família um caso de relações entre campo e cidade

A comunidade quilombola de São João é constituída pelas famílias que descendem do fundador “Moratinho” e sua esposa Thomázia. Na construção da genealogia da comunidade realizada junto aos moradores, foi possível identificar vários casamentos entre os próprios integrantes, sobretudo casais formados entre primos. As gerações atuais provêm de 04 ramos da segunda geração: de Josepha Fernandes da Rosa, Joanna Morato, Olympio Morato e Maria Morato da Rosa Castilho. Além destes, “Moratinho” e Thomázia tiveram mais 04 filhos, Euphrásio Morato, que não formou ramo algum porque não constituiu família e Abraão, Raymunda e Catharina, que não deixaram descendentes na comunidade (Figura 12).



**Figura 12:** Genealogia da 1ª e 2ª gerações da estrutura familiar da comunidade de São João

**Fonte:** Moradores

**Org.:** ALVES

Esta genealogia foi fundamental para entender as variadas dinâmicas de deslocamento adotadas pelas famílias, pois através de cada ramo formado a partir da segunda geração, se desdobram os ramos familiares menores que são constituídos pelas gerações atuais. São nestas famílias de hoje que as dinâmicas de deslocamento são mais evidentes. Foi de uns anos prá cá que saíram os primeiros moradores, mas estes continuam ligados à comunidade pelos familiares que ficaram, portanto constituem o quilombo São João. Para melhor compreender esta realidade é inicialmente necessário conhecer as formações que derivam dos ramos para na sequência descrever cada caso familiar ilustrando-os com suas respectivas árvores genealógicas que representam os atuais locais de moradia.

O ramo formado por Joanna é o maior e o que mais tem descendentes que ainda permanecem na comunidade. Ao todo, 123 descendentes já moraram no quilombo e atualmente 32 continuam vivendo em São João.

Do Ramo Josepha apenas 02 mulheres da comunidade descendem, mas recentemente uma delas faleceu, trata-se de Maria José esposa de Osvando que foi tataraneta de Josepha. A outra descendente é Palmira, que na verdade pertence ao Ramo Olympio, mas seu primeiro marido se ligava ao ramo de Josepha. Cerca de 38 integrantes deste ramo já viveram na comunidade. Portanto, na apresentação das

dinâmicas de deslocamento das famílias, as duas aparecerão apenas nas representações de genealogia dos demais ramos: Maria José no de Joanna e Palmira no de Olympio.

O pequeno Ramo Olympio constituído por 14 integrantes apresenta atualmente 03 pessoas da família ligadas à comunidade; Palmira e seus filhos, Esmeraldo e Orias. E o ramo Maria, que já foi constituído por 15 moradores na comunidade, atualmente conta apenas com a família de um integrante: Sérgio Castilho.

Algumas famílias eram encontradas com mais frequência durante a fase da pesquisa realizada junto à comunidade, portanto mais informações sobre o cotidiano das relações entre o rural e o urbano serão apresentadas em cada caso, enquanto outras justamente por não residirem fixamente em São João ou quando procuradas na cidade estavam trabalhando; não puderam descrever de forma mais detalhada suas rotinas, apenas forneceram informações básicas.

#### 1) *Família de Osvando*

Osvando pertence ao ramo de Joanna, que foi sua avó, é neto de Durcília e filho de Deonisía. Ele nasceu e sempre manteve sua 1ª residência na comunidade. Desde o ano 2000, todavia, por razões relacionadas à saúde de sua esposa e a educação dos filhos, precisou construir uma segunda residência na sede do município mais próximo – Barra do Turvo.

Segundo relatos de Osvando, a situação de isolamento da comunidade já foi ainda maior antes da construção em 2000 de uma ponte pênsil sobre o rio Pardo, que separa a comunidade da estrada mais próxima. A travessia só podia ser feita de barco ou balsa e apenas nos dias com condições de tempo favoráveis. Nesta fase, os jovens quase não saíam do quilombo. O seguinte trecho, extraído de uma das entrevistas com Osvando retrata esta situação:

“- As crianças de cá não estudavam lá por causa do rio. Não tinha ponte! Ia à canoa... Então tinha problema quando chovia tal e coisa, então não dava pra ir, até foi tentado às vezes conversá pra começá, mas a gente não conseguiu porque ia mandá a criança passa o rio!”

Atualmente sua família mantém uma relação intensa com a cidade de Barra do Turvo por vários motivos. No momento é o líder político da comunidade. Foi ele quem se dispôs a acompanhar quase integralmente nossa equipe durante a realização do Relatório Antropológico, servindo como guia, intermediador e fornecendo diversas informações. Seu Osvando se desdobrava para cumprir um itinerário apurado, pois além de nos acompanhar, ainda realizava suas atividades pessoais e de líder, tanto na comunidade como para além dela. Através da aplicação do “*time budget*” que é a

análise dos usos do tempo, foi possível traçar a rotina de Osvando durante 20 dias do primeiro período de imersão (Quadro 06).

<b>Dia</b>	<b>Atividade principal</b>	<b>Local</b>
1º	Acompanhamento de nossa equipe	Comunidade
2º	Acompanhamento de nossa equipe	Comunidade
3º	Acompanhamento das equipes do Grupo Clóvis Moura e da Cohapar	Comunidade
4º	Organização do culto da Igreja Congregação Cristã do Brasil e Acompanhamento da Secretaria de Educação de Adrianópolis-PR	Comunidade
5º	Trabalho na roça	Comunidade
6º	Trabalho na roça	Comunidade
7º	Acompanhamento de nossa equipe	Comunidade
8º	Compra de sementes	Barra do Turvo
9º	Acompanhamento da equipe da COPEL, organização do culto da Igreja Congregação Cristã do Brasil e Articulações com representante da Comunidade Quilombola do Córrego do Franco	Comunidade e Barra do Turvo
10º	Dia livre com a família	Barra do Turvo
11º	Organização do culto da Igreja Congregação Cristã do Brasil	Barra do Turvo
12º	Trabalho na roça	Comunidade
13º	Compra de sementes	Barra do Turvo
14º	Trabalho na roça	Comunidade
15º	Trabalho na roça e acompanhamento de nossa equipe	Comunidade
16º	Organização do culto da Igreja Congregação Cristã do Brasil e Articulações com representante da Comunidade Quilombola do Córrego do Franco	Barra do Turvo
17º	Participação na Festa do Biju e acompanhamento das equipes das prefeituras de Adrianópolis e Barra do Turvo	Comunidade
18º	Organização do culto da Igreja Congregação Cristã do Brasil	Barra do Turvo
19º	Transporte do material da horta comunitária de Barra do Turvo até a entrada da comunidade	Comunidade e Barra do Turvo
20º	Transporte do material da horta comunitária da entrada da comunidade até o local da mesma e organização do culto da Igreja Congregação Cristã do Brasil	Comunidade e Barra do Turvo

**Quadro 06:** Itinerário do líder político Osvando (de 11/03 a 31/03/2009)

**Fonte:** Seu Osvando

Nesta fase, Osvando como também líder religioso, organizou um culto em sua casa, o que era de praxe uma vez a cada mês. Já na segunda fase de imersão, percebemos a rotina deste morador junto de sua esposa e de alguns dos filhos,

frequentarem à Congregação Cristã do Brasil apenas aos domingos na Barra do Turvo.

Além das atividades realizadas na Barra, Osvando como líder comunitário representa os moradores em reuniões, encontros e eventos em outras localidades do estado de São Paulo e do Paraná e em outros quilombos vizinhos.

Durante o acompanhamento específico da temática retratada no presente trabalho, encontrei ou soube da participação de seu Osvando em eventos variados relacionados à questão quilombola como em Curitiba, Adrianópolis, no quilombo vizinho Córrego do Franco e outras localidades (Foto 17).



**Foto 17:** Romaria da Terra 2010 com tema ligado à questão quilombola Adrianópolis-PR (à esquerda Tanize - colega da equipe do Relatório Antropológico, ao meio - Ana Paula (eu) e à direita seu Osvando)

Sua família busca por serviços básicos na Barra do Turvo. Dois de seus filhos, Tatiane e Josué cursam séries acima do nível oferecido na escola da comunidade, precisando deslocar-se diariamente do quilombo para cidade para estudar na escola pública da Barra.

Dona Maria que na época estava viva procurava atendimento médico no Posto de Saúde da Barra do Turvo, mas quando precisava de exames mais específicos, era conduzida ao Hospital Regional de Pariquera-Açu.

A família de seu Osvando faz compras de produtos no comércio local e na feira semanal. Utilizam os serviços públicos como farmácias, bancos, correio, os mais jovens às vezes vão à *lan house*, todos na Barra do Turvo. Eles que possuem a 2ª residência nesta mesma cidade, utilizam-na para algumas necessidades como quando Tatiane e Josué perdem o transporte escolar e precisam dormir por lá. Ou quando dona Maria precisava consultar muito cedo ou com grande freqüência. Ou então

quando seu Osvando precisa passar mais de um dia na Barra para resolver assuntos de um líder comunitário.

Além da Barra do Turvo, com exceção de Osvando, esta família não costuma viajar muito para outras localidades, a não ser com pouca frequência para visitar os outros filhos do casal que moram em Boituva no interior de São Paulo.

O senhor Osvando tem ao todo 07 filhos, mas apenas os 03 mais jovens moram junto dele na comunidade. Os outros 04, que estão na faixa etária dos 18 aos 30 anos de idade, saíram de São João a mais ou menos 03 anos. Primeiro foi um e depois os outros o seguiram. Um destes é Durvalino que é um dos moradores que possui a casa no quilombo como 2ª residência.

Os filhos de Osvando que saíram de São João foram à busca de melhores condições e emprego, o que é uma prática que vem ocorrendo desde os anos 1970 na comunidade. Este êxodo da população mais jovem foi ocasionado em decorrência da gradativa “compressão espacial” que o território vem sofrendo, o que não permite mais a garantia de subsistência dos moradores.

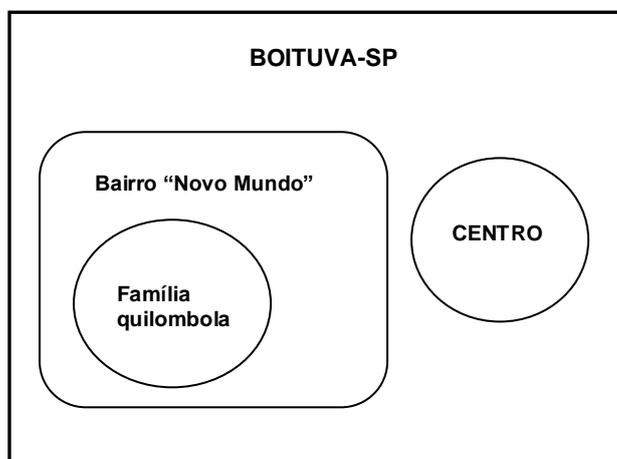
Estes 04 filhos residem atualmente no município de Boituva, no interior de São Paulo. São duas mulheres e dois homens. Os filhos trabalham em um frigorífico. Uma das filhas trabalhava em uma fábrica de roupas, mas atualmente as duas são donas de casa. As filhas casaram-se com pessoas da cidade. Vanderléia, uma das duas casou-se recentemente e presenciei o casamento. Foi interessante verificar tal situação por saber como ocorre o deslocamento dos moradores da comunidade para uma cidade maior que a Barra do Turvo e como os filhos vivem neste mundo urbano.

O casamento aconteceu no salão de Associação em Boituva. A família, incluindo tio, primos e outros parentes do quilombo, saíram cedo com uma Van contratada e passaram o dia na casa da noiva. Seu tio Benedito passou o dia visitando filhos que também residem nesta cidade.

Visitamos a casa de Vanderléia. Ela casou-se com Francisco, que trabalha como mecânico e mudaram-se para a nova casa do casal. Antes ela morava com a irmã Márcia que é casada com Adriano, que é vendedor de cestas básicas. Durvalino e Edivaldo também moravam na casa de Márcia, após o casamento Edivaldo passaria a morar na casa de Vanderléia.

A cerimônia ocorreu à noite e foi uma ocasião em que todos se reencontraram, os familiares da comunidade com os que vivem na cidade. Soube-se que os filhos de Benedito, e também Daiane sua sobrinha, residem no mesmo bairro e próximos dos filhos de Osvando. O mais curioso foi notar que esta parte da família que vive em caráter comunitário no mundo urbano, reside em um bairro chamado “Novo Mundo”, o

que tem significado profano para a igreja evangélica que seguem, pois “Novo Mundo” neste sentido representa “inferno” (Figura 13)



**Figura 13:** Familiares quilombolas que vivem em caráter comunitário no mundo urbano no bairro “Novo Mundo” – Boituva-SP

**Fonte:** Moradores

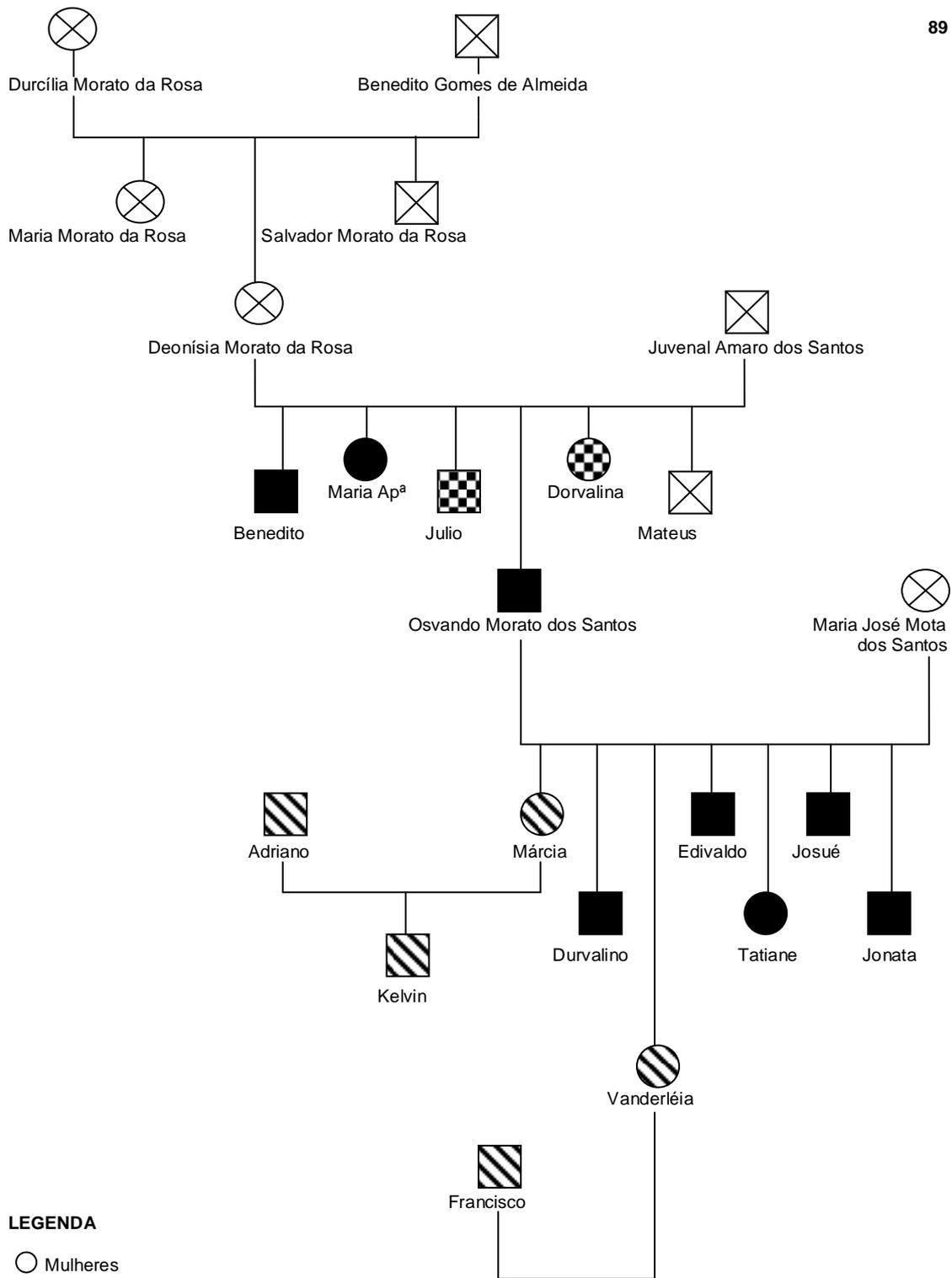
**Org.:** Alves

Segundo seu Osvando e os próprios filhos que moram na cidade, todos têm intenção de um dia retornar para São João com suas famílias:

“- Olha, eu acho que tem toda a possibilidade de voltar, todos tem possibilidade de voltar. Prá cê ter uma idéia eles não sabe a hora que chega prá vir embora, prá ficar aqui em casa, lógico que aqui sem emprego nós não vive, não tem como viver, vive do jeito que quiser, mas se tiver a possibilidade de um emprego e se virar e ter as condições boas...”

Osvando já precisou trabalhar como pedreiro em diversas localidades do Vale do Ribeira e até mesmo na capital paulista para garantir sua subsistência e de sua família. Mas, o trabalho era pesado e a renda era pouca, além de passar muito tempo longe da família. Por isso, Osvando afirma que não pretende mais sair da comunidade rural, quer criar lá seus filhos mais jovens e espera que os demais retornem.

Através destas informações é possível perceber como são as relações entre os mundos rural e urbano pela família de seu Osvando e a intensidade destas relações com cada localidade. A Figura 14 representa a genealogia desta família segundo o atual local de moradia.



**LEGENDA**

- Mulheres
- Homens
- ⊗ Mulheres falecidas
- ⊗ Homens falecidos
- ⊗ Moradores de outros municípios do PR
- ▣ Moradores do Vale do Ribeira SP
- ▤ Moradores de outros municípios SP
- Moradores da Comunidade São João

**Figura 14:** Genealogia da família de Osvando segundo o atual local de moradia

**Fonte:** Moradores    **Org.:** ALVES

## 2) *Família de Benedito*

Benedito também descende do Ramo Joanna e é o irmão mais velho de Osvando. É separado, nasceu e sempre morou na comunidade São João. Ele é um dos moradores da comunidade que só possui a residência do quilombo. Sua ex-esposa é Francisca, atualmente casada com José. Benedito e Francisca têm 05 filhos e ambos mantêm uma boa relação de amizade.

Benedito leva sua vida na comunidade cuidando de sua agricultura de subsistência no roçado próximo à sua casa e cria alguns porcos. Ele é um grande contador de histórias e o “filósofo” do quilombo, pois possui um vasto conhecimento do meio ambiente e da vida na comunidade.

Seus deslocamentos são motivados pela busca de suprimentos que não são encontrados ou produzidos em São João, como roupas e alimentos além de receber sua aposentadoria. O senhor Benedito relatou que faz semanalmente compras nos mercados da Barra do Turvo e sempre pesquisa e compara os melhores preços. Suas roupas são compradas na feira-livre, que funciona todas as segundas em frente à praça da cidade.

Ele relata que poucas vezes foi ao médico e que apenas uma vez esteve internado no Hospital Regional de Pariquera-Açu para uma cirurgia de hérnia. Quando é acometido por problemas de saúde procura superá-los com seus conhecimentos sobre ervas e plantas medicinais que encontra na Floresta Atlântica onde vive. Uma vez ele procurou o Posto de Saúde de Barra do Turvo para vacinar-se contra a gripe.

O senhor Benedito não faz muitas viagens, a não ser para visitas esporádicas aos filhos que moram em outras localidades como Boituva e para eventos e reuniões fora da comunidade. Entre as viagens mais importantes que Benedito realizou estão uma para Faxinal do Céu, município de Turvo no Paraná, e outra para a capital do estado, Curitiba. Em ambas participou de eventos que discutiram assuntos referentes à questão quilombola. Desta forma, assumir o auto-reconhecimento como comunidade quilombola representou também intensificar as relações entre os mundos rural e urbano.

Durante as eleições e também para tratar de assuntos referentes à documentação, Benedito desloca-se até a sede urbana de Adrianópolis, que localiza-se a 30 km da comunidade.

Francisca, sua ex-esposa tem como 1ª residência a comunidade quilombola de Reginaldo no estado de São Paulo, onde mora com seu atual companheiro, mas mantém 2ª residência na comunidade São João, onde trabalha com agrofloresta.

Ela contou que quando se separou, abandonou Benedito com os filhos ainda pequenos e foi trabalhar para uma família da Barra do Turvo. Quando esta família

mudou-se para a capital paulista, Francisca foi junto. Segundo conta, moravam em plena Avenida Paulista, mas ela não conseguiu se adaptar e voltou para São João. Logo conheceu José e casou pela segunda vez.

Dos 05 filhos que teve com Benedito, os 03 mais velhos, Alaíde, Ataíde e Roberto residem em Boituva no mesmo bairro que os filhos de Osvando (Figura 15). Os 02 mais novos, Léo e Zoraide vivem em comunidades rurais, o filho no próprio quilombo São João e a filha na comunidade Ilha do Cedro.

Dos 03 filhos que estão em Boituva, a filha Alaíde já trabalhou em lojas, mas atualmente é dona de casa. Ela casou-se com um ex-morador de São João, Joaquim e tiveram 03 filhos na cidade. Joaquim sempre trabalhou no setor madeireiro e de cana-de-açúcar e antes de morar em Boituva, viveram em outras localidades, inclusive no estado de Santa Catarina. Ambos ainda mantêm fortes relações com a comunidade, tanto que os encontramos em dezembro de 2009 durante uma passagem pela comunidade. O casal e um dos filhos estavam passando as férias às vésperas do Natal.

Seus dois irmãos que também vivem em Boituva, casaram-se com pessoas da cidade e são empregados do setor madeireiro e da produção de cana.

O filho de Benedito e Francisca que mora na comunidade, Léo, é casado com uma prima de primeiro grau, Dejanira - filha de Maria Aparecida. O casal tem dois filhos pequenos. Ele já trabalhou em outras localidades e até morou um tempo em Boituva na casa de sua irmã Alaíde por causa do trabalho rural, mas atualmente Léo só faz alguns trabalhos esporádicos por dia para fazendeiros próximos para melhorar a renda. Sua principal ocupação é a agrofloresta, que cultiva em conjunto com sua mãe.

A outra filha, Zoraide, também é casada com um parente, Ademir seu primo de segundo grau. O casal tem 05 filhos pequenos sendo que o menor sofre de crises constantes de bronquite, por isso durante a segunda fase da pesquisa, a família havia mudado para o quilombo vizinho Córrego do Franco para estarem próximos ao rápido atendimento médico, sendo que nesta comunidade existe um Posto de Saúde. Recentemente a família mudou para uma comunidade rural mais próxima de São João, a Ilha do Cedro, pois Ademir arrumou outro emprego neste local. Esta família tinha a comunidade de São João como única residência, atualmente, esta representa sua 2ª residência.

Assim como os filhos de Osvando, os de Benedito que vivem em Boituva sonham com suas voltas à comunidade, assim que a titulação das terras seja conquistada.

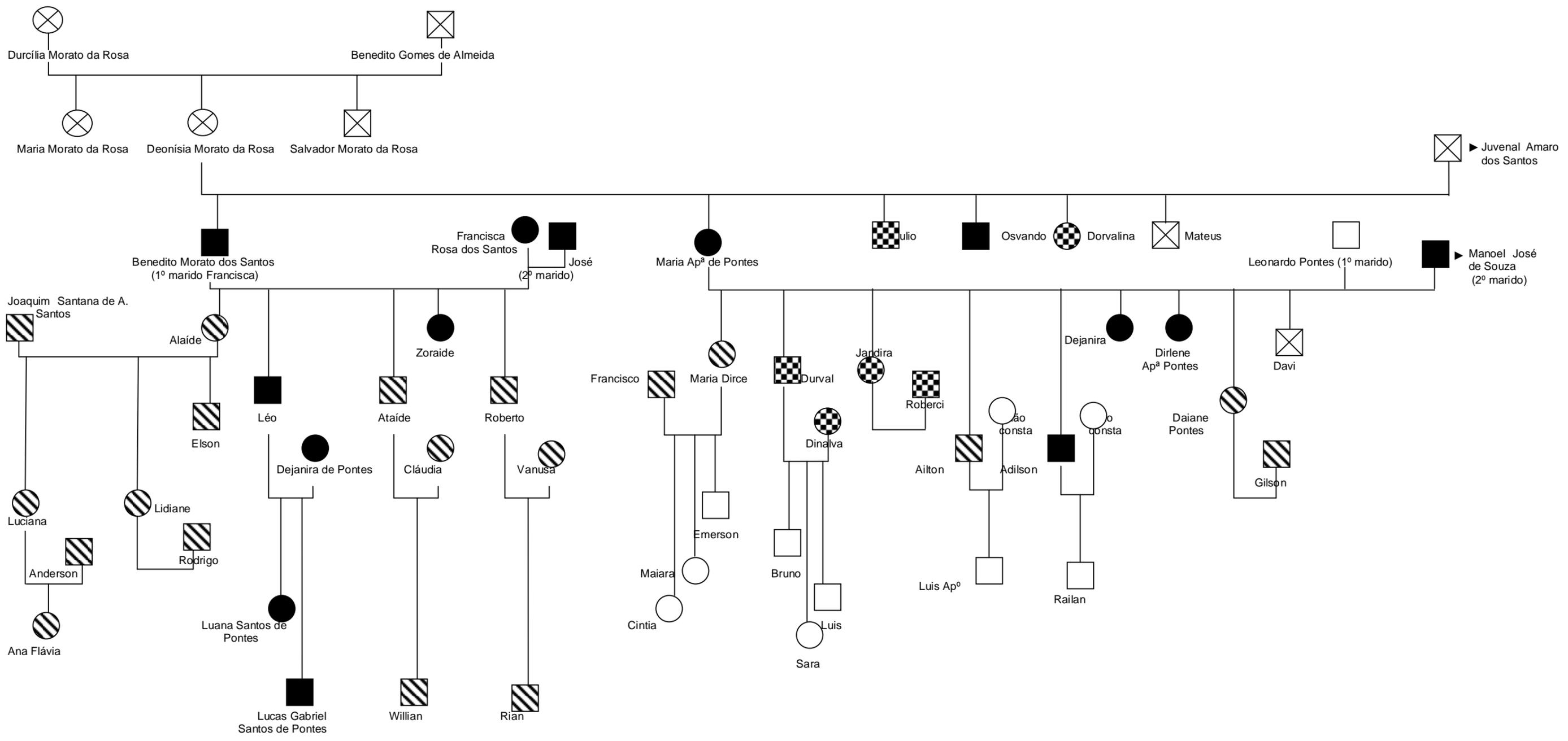
### 3) *Família de Maria Aparecida*

Maria Aparecida também pertence ao Ramo Joanna. É neta de Durcília, filha de Deonísia e irmã de Benedito e Osvando. Atualmente é casada com Manoel, mas foi com seu primeiro marido Leonardo que teve seus 09 filhos (Figura 15). Maria vive na Barra do Turvo como 1ª residência e mantém sua 2ª residência na comunidade São João. É dona de casa e com ela mora sua filha Dirlene e o filho Adilson. Adilson também é um dos moradores que possui a casa da comunidade como 2ª residência, pois trabalha na cidade. Sua casa no quilombo fica próxima à de sua mãe.

Dejanira que também é uma das filhas de Maria Aparecida mora na comunidade com seu primo e marido Léo que já fora tratado anteriormente. Um dos motivos que mais levam “Deja”, como é chamada, a se deslocar da comunidade a cidade, é para visitar frequentemente sua mãe na Barra, pois Maria não costuma ir tanto para lá, quem mais vai é seu marido Manoel para cuidar da casa e do roçado.

Outra filha, Daiane, enquanto vivenciamos o cotidiano da comunidade em 2009, morava na Barra com sua mãe e seus irmãos. Ela foi professora do programa “Brasil Alfabetizado” por um tempo ensinando alguns moradores de São João. Mas atualmente ela está casada com Gilson, um morador da Barra do Turvo. Hoje o casal reside também em Boituva, no mesmo bairro que os filhos de Benedito e Osvando. Ele trabalha na construção civil e ela está desempregada. Daiane contou que sente falta de morar na Barra e visitar o quilombo constantemente.

Os outros filhos de Maria Aparecida moram em localidades do interior de São Paulo, sobretudo, em municípios do Vale do Ribeira paulista.



- LEGENDA**
- Mulheres
  - Homens
  - ⊗ Mulheres falecidas
  - ⊗ Homens falecidos
  - ⊗ Moradores de outros municípios do PR
  - ▣ Moradores do Vale do Ribeira SP
  - ▨ Moradores de outros municípios SP
  - Moradores da Comunidade São João

**Figura 15:** Genealogia família de Benedito e Maria Aparecida segundo atual local de moradia  
**Fonte:** moradores      **Org.:** ALVES

#### 4) *Familia de Godêncio*

Antônio Camargo dos Santos, conhecido como “Godêncio”, não descende diretamente do Ramo Joanna, mas seu avô Gaudêncio foi o primeiro marido de Joanna (Figura 16). Antônio é fruto da união de Benedito Camargo e Ana Pedroso, sendo Benedito filho de Gaudêncio com sua segunda esposa Rachel. Mesmo assim, Godêncio criou raízes na comunidade São João.

Atualmente ele e sua esposa Celina, vivem em sua casa na Barra do Turvo que é a 1ª residência do casal. Ambos passam temporadas na comunidade, onde cultivam seu roçado. Durante os primeiro e segundo períodos de imersão, conhecemos a casa de Godêncio e Celina na comunidade, que era totalmente tradicional. Em passagem pela comunidade posteriormente, a casa não existia mais, pois fora incendiada. Raquel, uma ex-quilombola como se considera, mora na Barra e cedeu sua casa de sítio na comunidade para Godêncio e a esposa viverem.

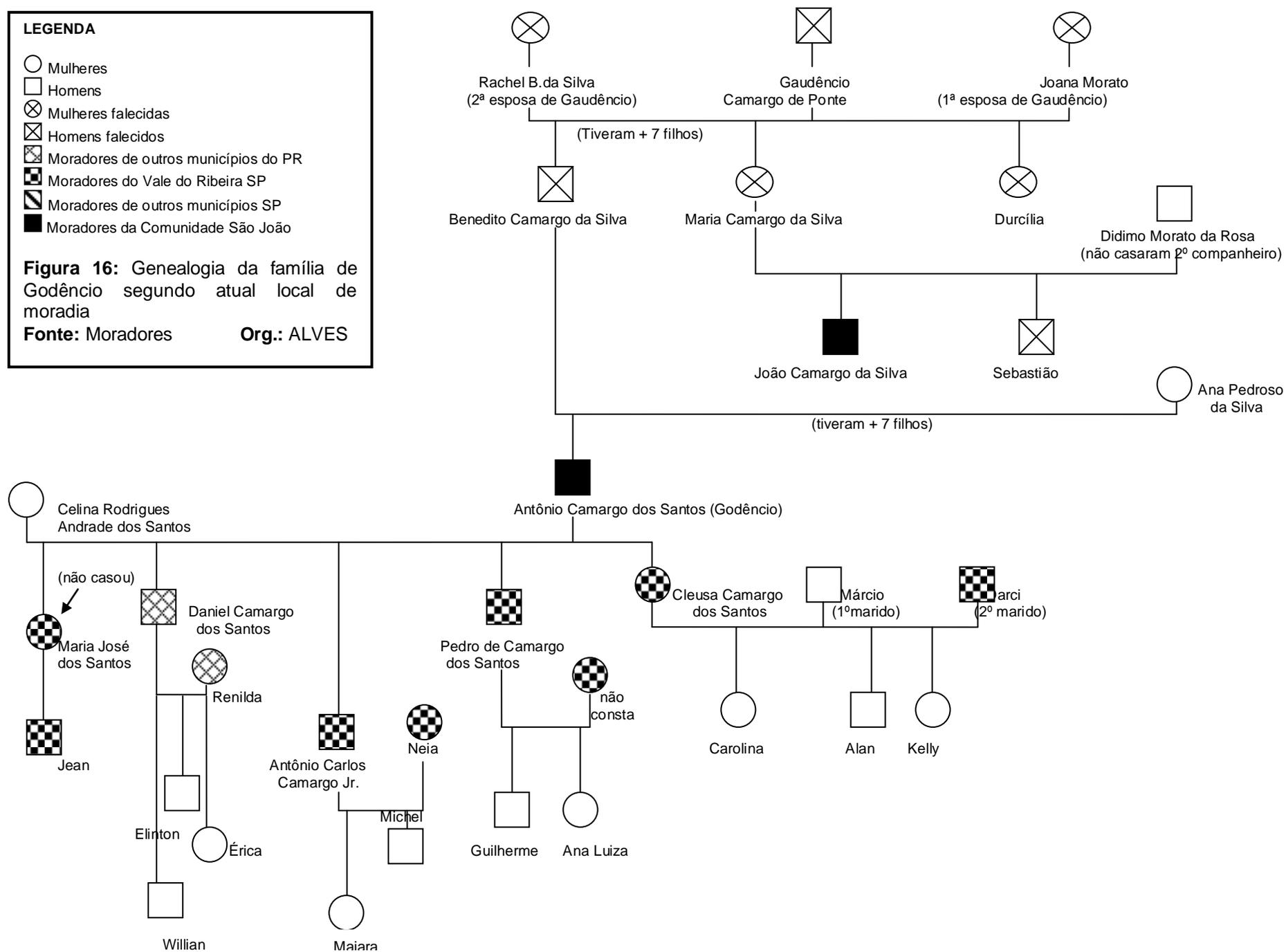
Seu Antônio Godêncio é aposentado e já trabalhou na cidade. Hoje ele cuida de sua subsistência no quilombo e participa das reuniões e eventos juntamente com Osvando e Benedito. Dona Celina é dona de casa. O casal tem 05 filhos e nenhum mora na comunidade. Destes, 04 moram em localidades do Vale do Ribeira paulista e um mora em Colombo no PR.

**LEGENDA**

- Mulheres
- Homens
- ⊗ Mulheres falecidas
- ⊗ Homens falecidos
- ▨ Moradores de outros municípios do PR
- ▩ Moradores do Vale do Ribeira SP
- ▧ Moradores de outros municípios SP
- Moradores da Comunidade São João

**Figura 16:** Genealogia da família de Godêncio segundo atual local de moradia

**Fonte:** Moradores      **Org.:** ALVES



### 5) Outras Famílias

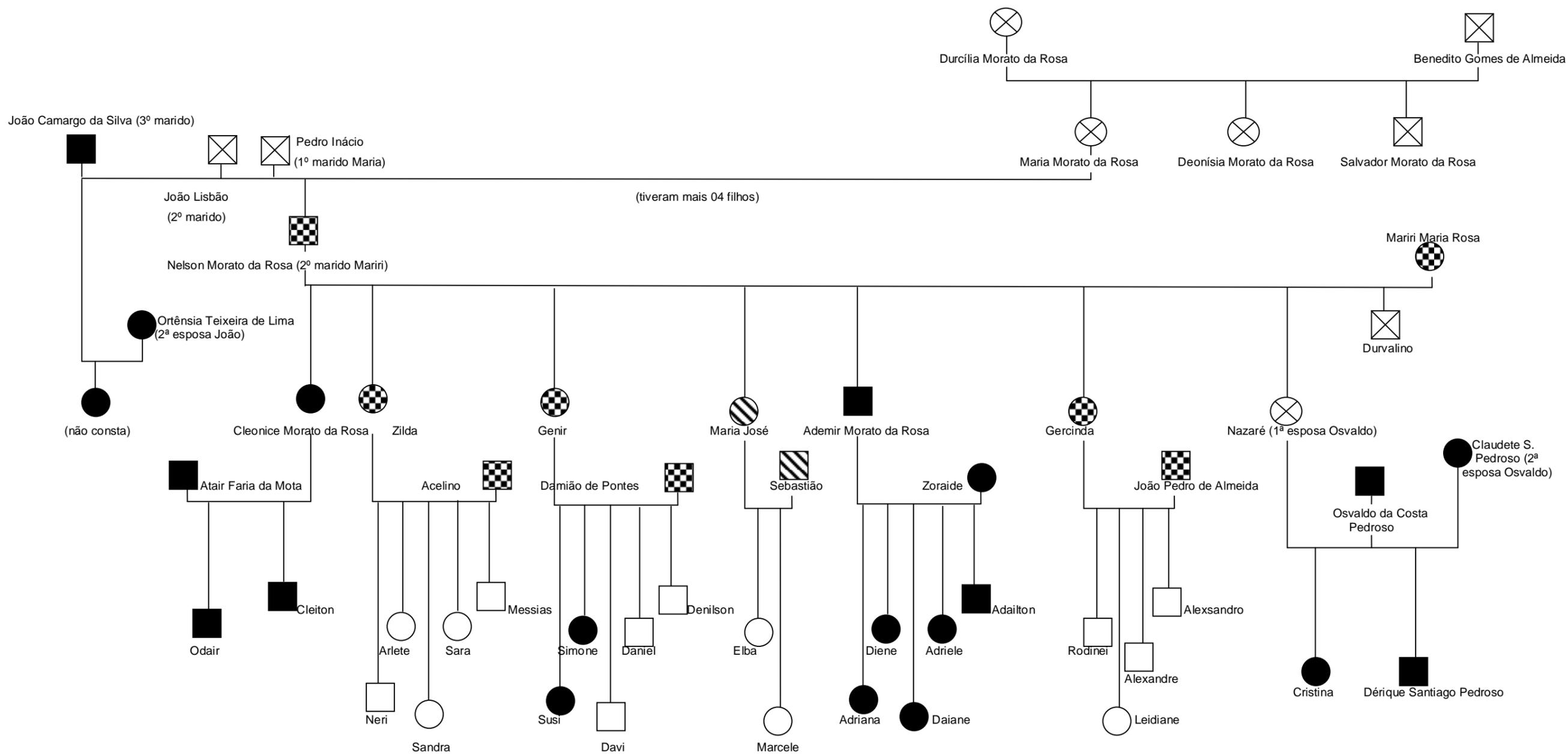
A Figura 17 representa a genealogia das famílias de João Camargo, Cleonice, Ademir e Osvaldo segundo o atual local de moradia. Cleonice e Ademir pertencem ao Ramo Joanna, são bisnetos de Durcília, netos de Maria Morato da Rosa com seu primeiro marido Pedro Inácio e filhos de Mariri com Nelson.

Maria foi casada com João Camargo, seu terceiro marido e sobrinho. Atualmente João Camargo é casado com Ortênsia e moram na Barra do Turvo como 1ª residência. Ortênsia tem uma filha e o casal mantém a casa do quilombo como a 2ª residência. Ele é aposentado e sempre aparece na comunidade para cuidar de suas atividades por lá.

Cleonice que é a filha mais velha de Mariri e Nelson é casada com Atair. Eles são moradores que só possuem a casa na comunidade São João. O casal tem 02 filhos que estudam na escola da Barra. Cleonice é dona de casa e muito prendada. Ela vai à Barra do Turvo algumas vezes na semana para a compra de mantimentos e produtos e também para os cultos na igreja. Atair cuida do roçado da família e faz alguns “bicos” fora da comunidade em fazendas vizinhas.

Ademir é casado com Zoraide como já foi descrito anteriormente. Ele trabalha em uma propriedade rural próximo a São João e atualmente residem na Ilha do Cedro.

Uma das irmãs de Ademir e Cleonice, Nazaré, foi a primeira esposa de Osvaldo com quem teve uma filha. Hoje, Osvaldo viúvo de Nazaré, é casado com Claudete com quem teve mais um filho. Eles moram na Barra do Turvo como 1ª residência e mantêm a casa na comunidade como 2ª. Osvaldo trabalha como numa pequena empresa na cidade e cuida de sua roça no quilombo quando pode.



- LEGENDA**
- Mulheres
  - Homens
  - ⊗ Mulheres falecidas
  - ⊗ Homens falecidos
  - ▣ Moradores de outros municípios do PR
  - ▣ Moradores do Vale do Ribeira SP
  - ▣ Moradores de outros municípios SP
  - Moradores da Comunidade São João

**Figura 17:** Genealogia das famílias de João Camargo, Cleonice, Ademir e Osvaldo segundo o atual local de moradia  
**Fonte:** moradores **Org.:** ALVES

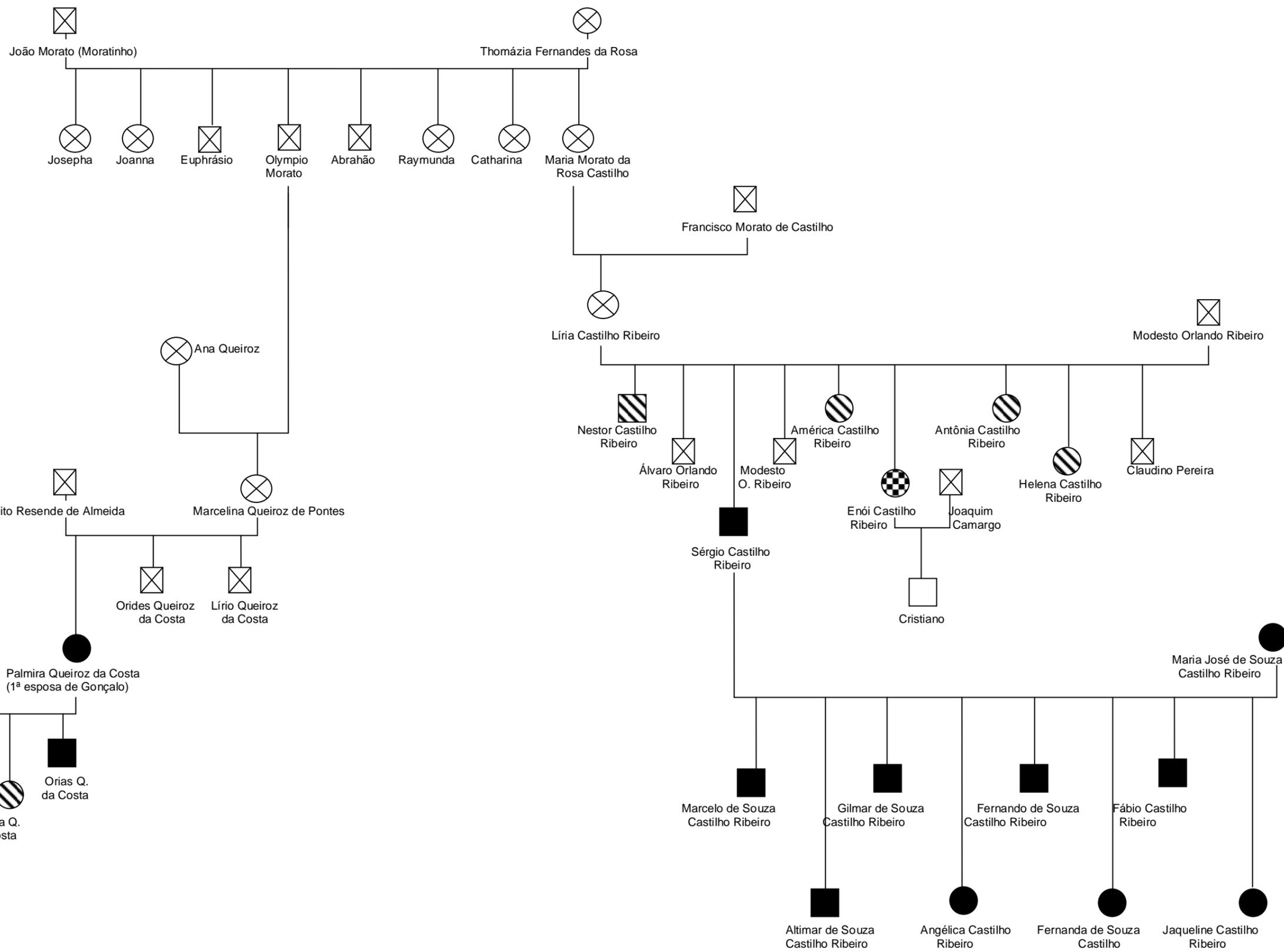
Esmeraldo, atual presidente da Associação da comunidade quilombola de São João, é filho de Palmira com seu primeiro marido Gonçalo, que por sua vez é neta de Olympio, portanto descendendo do Ramo Olympio (Figura 18).

Palmira que já viveu na comunidade com os filhos, atualmente mora na Barra do Turvo com Esmeraldo e Orias. Eles mantêm a casa de São João como 2ª residência. Quem mais frequenta o quilombo é Esmeraldo para a manutenção de sua roça próxima a moradia. Ele e seu irmão trabalham na cidade como pedreiros. Os outros 03 filhos de Palmira moram em outras localidades paulistas e 01 na porção paranaense do Vale do Ribeira. Esmeraldo pouco representa a comunidade externamente em detrimento de seu emprego urbano, passando tal responsabilidade para seu Osvando.

O outro ramo representado por Maria Morato da Rosa Castilho tem apenas 01 descendente no quilombo. Durante a quarta geração, houve uma grande evasão, permanecendo apenas a família de Sérgio Castilho.

Sérgio mora na Barra do Turvo como 1ª residência com sua esposa e seus 08 filhos (Figura 18) e sua casa do quilombo é a 2ª residência da família. Castilho trabalha no setor público na cidade, mas sempre é visto na comunidade com seus filhos cuidando da casa e de sua roça. Dos filhos, todos em idade escolar, os mais novos frequentam a escola da comunidade e os mais velhos as escolas urbanas.

É possível observar a partir da apresentação das dinâmicas residenciais, de migração e de deslocamento entre os dois mundos rural e urbano praticadas pelas famílias, as quão variadas são. A intensidade das relações com o pequeno município da Barra do Turvo é evidenciada em todos os casos e o caráter comunitário presente em Boituva, onde se concentram a maioria dos filhos que se urbanizaram, é bem expressivo. É uma forma de manutenção da vida em comunidade, cuja origem remonta o mundo rural de São João, mas com localização eminente no mundo urbano. Assim fica explícita a relação de interdependência entre os dois mundos, onde a maioria das famílias da comunidade vive entre o rural e o urbano, os que vivem só no rural mantêm uma rotina ligada ao mundo urbano e os que vivem na cidade mantêm uma ligação com o rural através dos familiares que lá ainda permanecem e na intenção de um dia retornar. A perspectiva micro-escalar presente nos *community studies* foi fundamental para compreender estas relações.



**Figura 18:** Genealogia das famílias de Esmeraldo e Castilho segundo atual local de moradia  
**Fonte:** moradores      **Org.:** ALVES

**LEGENDA**

- Mulheres
- Homens
- ⊗ Mulheres falecidas
- ⊗ Homens falecidos
- ⊗ Moradores de outros municípios do PR
- ⊗ Moradores do Vale do Ribeira SP
- ⊗ Moradores de outros municípios SP
- Moradores da Comunidade São João

### 3.3 A INSERÇÃO DO MODERNO NA VIDA TRADICIONAL EM SÃO JOÃO

A vida na comunidade rural quilombola de São João, como já foi retratada, apresenta características bem tradicionais. A população local detém grande conhecimento de seu ambiente e mantêm uma forte integração com a natureza. Também preserva costumes herdados de seus antepassados com o tradicional feitiço do biju, a contação de causos e lendas, a culinária passada de geração à geração, a prática da cestaria, entre outros; o que fortalece os laços de pertença que lhe atribui identidade.

Inserido numa sociedade moderna, este mundo rural de São João vem, todavia, passando por diversas transformações. Quanto às dinâmicas de deslocamento que as famílias precisam manter com o mundo urbano, isto era inevitável e imprescindível diante da gradativa redução de seu território nas últimas décadas. Mas novas mudanças dentro do espaço da comunidade estão dando uma “nova cara” ao quilombo e pouco a pouco se assiste a uma inserção de elementos do moderno na vida e nos costumes destes moradores.

O principal fator que entrou em cena como um elemento novo, do moderno, foi a própria política de regularização fundiária. Após o reconhecimento da comunidade como quilombola e o início de processo para titulação de suas terras, novos atores começaram a aparecer em São João, sobretudo, atores vinculados a esfera governamental e a organizações não-governamentais. A maioria destes passou pela comunidade enquanto vivenciamos o cotidiano do local. Nós mesmas, pesquisadoras provindas do mundo urbano fizemos parte deste processo, fomos um elemento de fora que se integrou à vida e aos costumes de lá.

A primeira mudança expressiva e notável que verificamos logo que chegamos a São João, foram as células de energia solar instaladas pela Companhia Paranaense de Eletrificação (COPEL). Na comunidade não existe fiação elétrica, mas em 2008 e 2009, três conjuntos de células foram colocadas, um na casa de Osvando, outro na de Léo e um na escola (Fotos 18).



**Fotos 18:** Célula de energia solar implantada pela COPEL na comunidade  
**Fonte:** Acervo PROQUI, 2009

Estes locais foram escolhidos, segundo os moradores, em caráter coletivo. Priorizaram-se os espaços que tem como função receber pessoas de fora ou até mesmo para as reuniões internas.

Em 2010 foi realizada uma troca de bateria destas células, pois a energia não era suficiente para aparelhos de alto consumo, servia apenas para ascender lâmpadas e carregar aparelhos de menor consumo como celulares. Em dias nublados e chuvosos não era possível utilizar a luz. No entanto, com a maior estocagem de energia proveniente da troca das baterias, apareceu o primeiro aparelho televisor na comunidade. Isso provocou uma transformação no comportamento dos moradores. Os contos e causos antes presentes e contados com grande entusiasmo nas conversas, deram lugar a assuntos criados a partir de protagonistas globalizados como personagens e jargões de novela.

Conforme Tomasi (2010, p.119):

As visitas antes feitas para “prosear” agora se dão com intuito de assistir televisão. A maioria das conversas não surge de assuntos criados no âmbito da comunidade, mas sim de protagonistas globalizados, com alto poder de persuasão. A presença de alguns moradores não se faz na intensidade nas reuniões em grupo, pois seus horários e vidas foram readequados aos horários televisivos. A vida cotidiana para alguns deles ganhou um novo fazer e agir dentro da comunidade.

Além da televisão, o aparelho celular que já havia sido inserido nos hábitos dos moradores, também representa o moderno no rural. Este não acarretou em mudanças tão bruscas dos valores da cultura quilombola, até porque é muito difícil conseguir utilizá-los devido à distância e isolamento geográfico da comunidade. Todavia,

permitiu maior comunicação entre os membros da comunidade que permaneceram e os que migraram.

Da mesma forma que as células de energia solar, outras alterações da paisagem original da comunidade são percebidas como no contraste entre as habitações. Existe uma transição das casas típicas para as construídas com recursos modernos. Esta transição se visualiza na diferenciação gradativa, pois algumas casas são totalmente tradicionais, construídas apenas com recursos extraídos da natureza e com técnicas passadas de geração a geração, enquanto outras mesclam estes recursos naturais com recursos industrializados.

Um projeto desenvolvido pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) prevê a construção de casas nas comunidades quilombolas do estado. Trata-se de casas construídas com materiais industrializados. O “Programa Casa Quilombola” foi bem aceito pela comunidade, que espera ansiosa por suas casas novas. Constata-se, todavia, uma contradição entre as políticas públicas. De um lado a comunidade precisa comprovar suas características tradicionais para pleitear a regularização fundiária, de outro as políticas públicas oferecem habitações modernas, visando a melhoria da qualidade de vida destas populações é claro, mas fazendo desaparecer a cultura do “saber fazer”, das técnicas construtivas e do uso sustentável da natureza.

Outra política pública destinada às comunidades quilombolas através do programa do Governo Federal é a “Horta Comunitária”, que busca fomentar os aspectos de segurança alimentar. Esta horta foi recentemente implantada na comunidade. Durante os períodos alternados de imersão, foi possível acompanhar a implantação da horta desde a chegada do material até a organização dos cultivos. Tudo ficou por conta dos moradores. Os materiais e equipamentos como enxadas, pás, adubos, sementes, telas para cerca, entre outros, foram transportadas até a comunidade através de mutirão que os moradores organizaram.

Os homens encarregaram-se de fazer a travessia do material em botes pelo rio e nas costas pela ponte. Nas trilhas da comunidade, utilizaram cavalos e burros. Eles também prepararam o terreno e fizeram os serviços mais pesados. As mulheres plantaram as sementes, as ervas medicinais e replantaram as mudas (Foto 19). O terreno destinado à implantação da “horta comunitária” foi cedido pelo morador João Camargo que ofereceu parte de seu espaço na comunidade.



**Foto 19:** “Horta Comunitária” implantada na comunidade através de programa do Governo Federal

**Fonte:** Acervo PROQUI, 2009

Uma agricultura em caráter diferenciado da roça tradicional e rústica já era presente no quilombo há alguns anos. Léo e sua mãe Francisca introduziram o sistema agrofloresta na comunidade. Este sistema foi iniciado na região do Vale do Ribeira pela Associação de Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo-SP e Adrianópolis-PR (COOPERAFLORRESTA) em 1996 e aproximadamente 85 famílias agricultoras participam deste sistema (TOMASI, 2010).

O sistema integra a plantação de subsistência (a roça tradicional) realizada junto à vegetação nativa. O uso sustentado do meio ambiente nesta prática é o principal fator, sendo que até as pragas e matos servem como adubo (“adubo verde”). Acompanhando Léo em um dia de trabalho em sua agrofloresta, ele demonstrou como realizada o sistema paralelamente a roça tradicional (Foto 20).



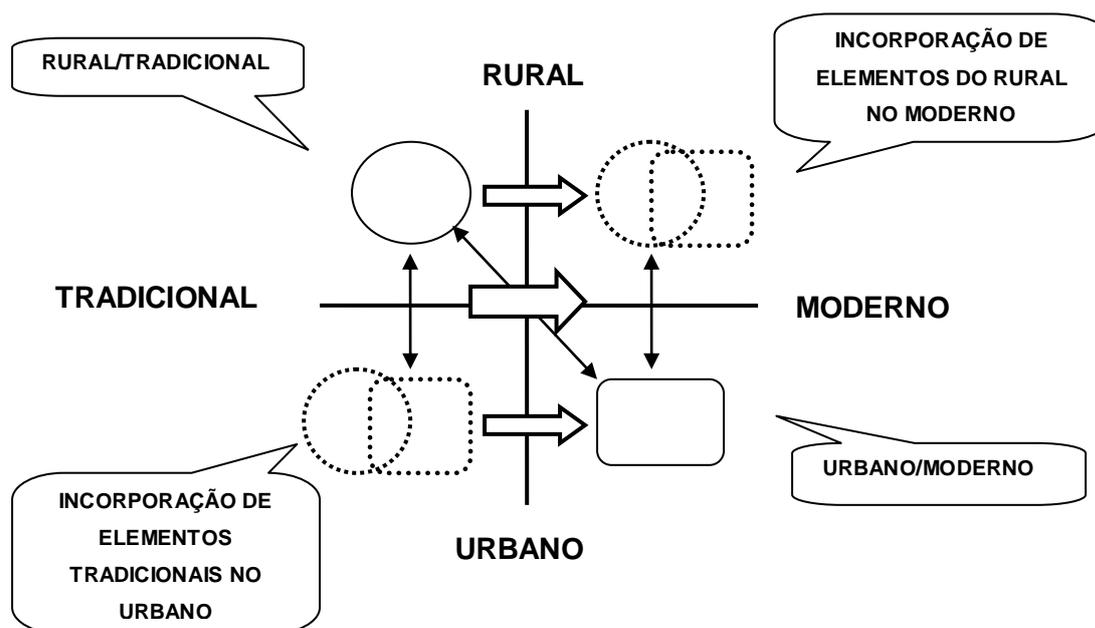
**Foto 20:** Léo trabalhando na agrofloresta, a qual introduziu paralela a roça tradicional  
**Fonte:** Acervo PROQUI, 2009

O caráter “moderno” deste sistema é o fornecimento de sementes, mudas, defensivos naturais e ferramentas feito pela COOPERAFLORESTA, que também se encarrega da comercialização. Para o escoamento da produção em São João estão sendo pensadas técnicas de roldanas associadas a cabos de aço.

Fica claro nestes exemplos que alguns elementos modernos que vem sendo introduzidos na comunidade podem colocar em risco alguns hábitos e costumes tradicionais. Mas a maioria destes chega para melhorar as condições de vida dos moradores, uma vez que muitos vão embora justamente pela falta deles.

Muito ainda precisa ser feito e inserido no mundo rural de São João para que de fato novas transformações cheguem para melhorar suas vidas e não alterá-las de forma negativa. A saúde, a educação e a melhoria da infra-estrutura em geral são alguns elementos que neste caso representam o moderno, por ainda serem inexistentes na comunidade e que necessitam ser inseridos em seu meio.

Quanto ao risco que a sua cultura corre com a integração de alguns elementos, cabe aos próprios moradores e às gerações futuras, saber equilibrar a relação entre tradicional e moderno para assim preservá-la. Estes dois elementos se articulam no contexto social da comunidade, como representa a Figura 19:



**LEGENDA:**

↔ = dinâmica de deslocamentos que indicam relação/integração

➡ = movimentos de transição de rural/tradicional/moderno

**Figura 19** – Representação da articulação entre rural/tradicional e urbano/moderno pela comunidade rural quilombola de São João  
Org.: ALVES

Das conceituações e interpretações atuais acerca de rural e urbano e suas relações, nenhuma se tornou exclusiva, mas a partir de todo o contexto apresentado sobre a comunidade quilombola de São João, é possível considerar a segunda perspectiva modelar de análise dos “mudos” rural e urbano, apontada no primeiro capítulo, como a mais próxima da realidade observada na comunidade. Esta perspectiva do rural e o urbano num mesmo *continuum* indica um processo de confronto e negociação entre moderno e tradicional, sendo que o rural tende a adaptar-se e ceder lugar às novas transformações advindas deste processo de interação com o urbano (moderno). Neste contexto, o mundo rural perde apenas parte de sua autonomia, mas resiste em grande proporção. É um tipo de relação complexa geradora de conflito ou não.

A comunidade rural quilombola de São João mantém uma relação cotidiana com o mundo urbano (moderno), resistindo e adaptando-se. Enquanto remanescentes de quilombos, o caráter de preservação de seus elementos tradicionais consiste, sobretudo a partir da questão da política fundiária

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se com esta dissertação ampliar o entendimento das constantes transformações evidenciadas na vida cotidiana dos moradores do mundo rural em virtude das inter-relações por eles estabelecidas com o mundo urbano. Com base nos ensinamentos dos *community studies*, tomou-se como estudo de caso a comunidade rural quilombola de São João.

O objetivo perseguido durante todo o processo investigativo foi demonstrar como ocorrem as relações e interações entre os mundos rural e urbano a partir da experiência vivenciada junto aos sujeitos pesquisados, salientando como isso vem afetando a própria comunidade em estudo.

Primeiramente, o grande contraste revelado envolveu a situação espacial da comunidade São João. Seu relativo isolamento lhe atribui características de mundo rural por manter fortemente elementos tradicionais, no entanto, o município a que pertence - Adrianópolis - é também parte integrante do mundo mais urbanizado do Paraná: a região metropolitana de Curitiba.

Em segundo lugar, a comunidade de São João, juntamente com outras quatro comunidades quilombolas - João Surá, Córrego do Franco, Três Canais e Estreitinho – encontra-se imprensada entre o Parque Estadual das Lauráceas, criado em 1979 como unidade de conservação de preservação permanente, e o estado de São Paulo. Desta forma, além de abranger parte das terras historicamente ocupadas por São João, o Parque representou o “fim” de qualquer possibilidade de integração, em território paranaense, dessas comunidades com a sede urbana do município do qual fazem parte. Em termos legais e científicos, o mundo urbano da pequena cidade de Adrianópolis deveria ter influência sobre o mundo rural da comunidade de São João, atendendo esta em termos de infra-estrutura e serviços. Isto, todavia, está bastante longe de ser realidade. Para se chegar a sede de Adrianópolis, localizada a cerca de 30 km linear de São João, é preciso percorrer um longo trajeto, fazendo escala em Curitiba, o que torna o percurso inviável e oneroso para os moradores do quilombo. Por outro lado, há um total esquecimento da comunidade por parte do poder público municipal.

Um terceiro aspecto a destacar é que com a criação Parque Estadual das Lauráceas, bem como com a intrusão de grileiros nas terras da comunidade, as relações entre mundos rurais, ou seja, entre São João e suas comunidades vizinhas – João Surá e Córrego do Franco – foram dificultadas e, em alguns casos, rompidas. Os territórios dessas comunidades, que apresentavam contigüidade espacial, foram

gradativamente sendo fragmentados, isolando as comunidades entre si. Relatos dos moradores confirmam, que antes do Parque, estes quilombos mantinham relações constantes, havendo caminhos que os interligavam.

Em quarto lugar, observa-se que com o isolamento do estado a que pertence, restou a comunidade de São João intensificar suas relações com a sede de município mais próxima, ou seja, com a pequena cidade paulista de Barra do Turvo. Para se ter acesso a São João, é necessário vir por São Paulo e chegar a esta cidade. Na Barra do Turvo os moradores da comunidade frequentam o posto de saúde, as escolas e o comércio local. É preciso evidenciar que o mundo urbano de Barra do Turvo apresenta suas limitações, pois não dispõe de agências bancárias e hospital, por exemplo. Para fortalecer o comércio, toda segunda-feira se instala uma feira livre na Praça das Palmeiras, nesta são encontrados produtos industrializados como vestuário e utensílios domésticos. Para ter acesso a hospital é preciso seguir até Pariquera Açu, onde se encontra instalado o Hospital Regional do Vale do Ribeira. Embora o poder público de Barra do Turvo não negue o atendimento aos moradores da comunidade paranaense, deixa bem claro a eles que a prioridade é o atendimento àqueles que pagam os impostos e votam em São Paulo, o que não é o caso deles.

Um quinto aspecto a salientar são as estratégias e dinâmicas de deslocamentos residências estabelecidas pelos moradores de São João. Em função da dificuldade de acesso à comunidade e da precariedade de infra-estrutura existente na mesma, pessoas com dificuldades de locomoção não podem morar nela. Este é o caso de enfermos, pessoas idosas e mulheres em estágio avançado de gravidez. Para estas pessoas se constrói uma segunda casa no mundo urbano da Barra do Turvo. Assim, parte da família ocupa esta habitação urbana e parte permanece no mundo rural, nas lidas com a roça. Interligam-se assim os dois mundos e intensificam-se também os deslocamentos.

Em sexto lugar pode-se evidenciar o êxodo do mundo rural, sobretudo entre os mais jovens. A falta de serviços e equipamentos básicos, bem como a escassez de terra para o cultivo, tem levado muitos moradores a abandonar a vida em São João e sonhar com uma nova vida no mundo urbano, longe do sol causticante e com acesso a condições dignas. As pequenas cidades do Vale do Ribeira são os destinos mais procurados, tanto no lado paranaense como, e principalmente, no paulista. Destaca-se aí o mundo urbano da pequena Boituva no estado de São Paulo, onde se formou um núcleo de ex-moradores de São João. Este núcleo, primeiramente pequeno, vem ganhando novas adesões, constituindo-se numa forma comunitária do mundo rural na

esfera urbana. Este núcleo urbano mantém fortes relações com os membros familiares que permanecem na comunidade rural.

Em último lugar, pode-se apontar uma recente articulação que vem ganhando força, interligando mundos rurais e também urbanos. Em São João, o primeiro passo nesta direção ocorreu em 2006, quando esta foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como comunidade quilombola. Na sequência foi o INCRA, que por solicitação da comunidade, deu início aos trâmites do processo de regularização fundiária de São João. Desta forma, a comunidade, dia-a-dia, foi se tornando mais visível, articulando-se com os mundos urbanos das organizações governamentais e não governamentais. De outro lado, assumindo a luta quilombola, a comunidade passou a se articular com outros mundos rurais com características convergentes, sobretudo, os do Vale do Ribeira.

Estas inter-relações e interações entre os mundos rural-urbano, urbano-rural e rural-rural foram ocorrendo de forma integrada. De um lado, elas provocaram transformações gradativas dos hábitos e costumes dos moradores e da paisagem local, de outro, todavia, fortaleceram os laços identitários e culturais entendidos na sua dinâmica. Desta forma, o modo de vida por meio do qual os indivíduos possuem uma visão de mundo foi sendo ampliado, articulando a visão do seu próprio mundo com a visão do mundo exterior, transformando o modo destes enxergarem a si mesmos e aos que estão em seu entorno.

## REFERÊNCIAS

- ABA – Associação Brasileira de Antropologia. Boletim do grupo de trabalho sobre as comunidades Negras Rurais. **Boletim Informativo NUER**, n. 1, 1994.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs/Unicamp/Hucitec, 1992.
- ANJOS, R. S. A. dos. **Quilombos: Geografia Africana - Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.
- ARRUTI, J. M. A. **A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e Quilombolas**. *Mana*, n. 3/2, Rio de Janeiro, n. 3/2, p. 7-38, out. 1997.
- ARRUTI, J. M. A. **Mocambo. Antropologia e História do processo de formação quilombola**. Bauru/São Paulo: Edusc, 2006.
- BASTOS, L. “Nem as margens ouviram!” In **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 4, n. 48, setembro de 2009.
- BERTRAND, A. L. **Sociologia Rural: uma análise da vida rural contemporânea**. São Paulo, Atlas, 1973.
- BIRMINGHAM, D. **A Conquista Portuguesa em Angola**. Lisboa, A Regra do Jogo, 1974.
- BLACHE, P. V. de la. **Princípios de geografia humana**. 2.ed. Lisboa: Cosmos, 1954.
- BOLETIM QUILOMBOLA. **Quilombos urbanos no Brasil: desafios e expectativas**. 2007, disponível em: <http://www.ciranda.net/spip/article1162.html> Acessado em 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BUTTEL, F. H.; LARSON, O. F.; GILLESPIE, JR., G. W. **The Sociology of Agriculture**. New York: Greenwood Press, 1991.
- BUTTERWORTH, D. Oscar Lewis 1914-1970. In **American Anthropologist**, 1972, nº 74, p. 746-757.
- CARMO, R. M. do. **A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 252-280.
- CASTRO, E. G. de. “Estudos de Comunidade”: Reflexividade e Etnografia em Marvin Harris. **Revista Univ. Rural, Sér. Ciênc. Humanas**. vol.23, n.2, p.195-210, jul./dez. 2001.
- CINTRA, A. P. de U. **Espaços rurais no Paraná: um estudo das relações campo-cidade nos pequenos municípios**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Estadual do Paraná, UFPR, Curitiba, 2007.
- CPT/PR. **Quilombo: Resistência de um Povo, Território de vida**. Cartilha informativa da 25ª Romaria da Terra do Paraná. Adrianópolis, 2010.

DURKHEIM, E. **As Regras do método sociológico**. 3ª ed.. Lisboa: Editorial Presença, 1987 [1895].

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA ONLINE, **Robert Lynd and Helen Lynd**, 2010, disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/1353246/Robert-Lynd-and-Helen-Lynd>> Acesso em: 2010.

ESCOLAR, M. **Crítica do Discurso Geográfico**. São Paulo. Hucitec, 1996.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro, Maia e Schimidt, 1933.

FREYRE, G. **O mundo que o português criou**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.

FRIEDMAN, J. "An interview with Eric Wolf". **Current Anthropology**, 1987.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidade Quilombolas Certificadas**. Disponível em < <http://www.palmares.gov.br/>> Acesso em 2010/2011.

GARCIA JR., A. A Sociologia Rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Estudos Sociedade e Agricultura**. 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezenove/afranio19.htm>> Acesso em: 2010.

GOMES, F. dos S. **Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

HAESBAERT, R. 2004. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HARRIS, M. **Town and Country in Brazil**. NY: The Norton Library, 1971.

HERSKOVITS, M. 1930. "The Negro in the New World: The Statement of a Problem". **American Anthropologist**, XXXI, n. 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades – Censo 2010 primeiros resultados**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default2.php> Acessado em 2011.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território**. 2. ed. São Paulo: ITESP, 2000, 198 p.

KAYSER, B. "La région, revue et corrigée". In: KAYSER, B. et alli. **Géographie entre Espace ET Développement**. Toulouse, Press Universitaire du Mirail, 1990.

KROEBER, A. (1917). Lo superorgánico (p.47-84). In: J.KAHN (comp.) **El concepto de cultura: textos fundamentales**. Barcelona: Anagrama, 1975.

LEITE, I. B. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Etnográfica. Florianópolis - SC, Vol. IV (2), 2000, p. 333-354.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LEWIS, O. **Tepoztlan: village in Mexico**. New York: Holt, Hinehart and Winston, v. III, 1960.

LOPES, N. **Egungun, ancestralidade africana no Brasil**. Salvador, SECNEB, 1982.

LOPES, H. T.; SIQUEIRA, J. J.; NASCIMENTO, B. **Negro e Cultura Negra no Brasil**. Rio de Janeiro, UNIBRADE/UNESCO, 1987.

LOPES, N. **Bantos, Malês e Identidade Negra**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988.

LÖWEN SAHR, C. L. Os mundos faxinalenses da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais. **Revista Terra Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p.213-226, jul./dez. 2008.

LÖWEN SAHR, C. L. et al. **Relatório Antropológico Final – Comunidade Quilombola de São João, Adrianópolis/PR**. INCRA-PR/UNICENTRO/UEPG. 2010.

LUTTERS, W. G.; ACKERMAN, M. S. **An Introduction to the Chicago School of Sociology**. Interval Research Proprietary, 1996. Disponível em: <[http://userpages.umbc.edu/~lutters/pubs/1996\\_SWLNote96-1\\_Lutters,Ackerman.pdf](http://userpages.umbc.edu/~lutters/pubs/1996_SWLNote96-1_Lutters,Ackerman.pdf)>. Acesso em: 2010.

LYND, Robert S.; LYND, Helen M. **Middletown: a study in american culture**. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1956.

MURPHY, R. F. (org.) **Selected Papers from the American Anthropologist 1946-1970**. Washington: American Anthropological Association, 1976.

MAIO, M. C. Estudos de comunidade e relações raciais: o convênio Columbia University - Estado da Bahia/UNESCO na década de 1950. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 18, 2009.

MINTZ, S. W. "The folk-urban continuum". **American Sociological Review**, 1953.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebeldia negra**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

MOURA, C. **Rebeliões na Senzala, Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.

MUNANGA, K. **Identidade, Cidadania e Democracia: Algumas Reflexões sobre os Discursos Anti-racistas no Brasil**. In: QUINTAS, F. (org.), **O Negro: Identidade e Cidadania**, Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Editora Massangana, 1995.

NOGUEIRA, O. Estudos de comunidade no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 95-103, dez. 1955.

PEREIRO, X. **Apontamentos de Antropologia Cultural**. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), 2007.

REDFIELD, R. **The Little community and peasant society and culture**. Chicago: The University Chicago Press, 1989 [1960].

RELPH, E. C. **As bases fenomenológicas da Geografia**. Geografia, v. 4, n. 7, abril, 1979, p. 1-25.

RIBEIRO, G. L. e BIANCO, B. F. (orgs.) **Antropologia e Poder: Contribuições de Eric R. Wolf**. Editora Universidade de Brasília e Editora UNICAMP, Campinas, 2003.

RODRIGUES, H. F.; SOARES, P. R. R. **Quando a cidade e o campo se encontram: tendências atuais da relação urbano/rural no vale dos Sinos e Paranhana**. Disponível em <http://www.agbpa.com.br/CD/artigos/Comunicacao/Urbana%20-%20PDF%20OK/QUANDO%20A%20CIDADE%20E%20O%20CAMPO.pdf> Acessado em: 2010.

ROSA, L.; FERREIRA, D. **As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum**. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (orgs.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROSEBERRY, W. "The Cultural History of Peasantries". In Schneider, J. e Rapp, R. (orgs.), **Articulating Hidden Histories: Exploring the Influence of Eric Wolf**. Berkeley: University of California Press, 1995.

SAHR, W. D. **Community studies e novas espacialidades: Elementos epistemológicos do desenvolvimento territorial na geografia alemã e na política territorial brasileira**. IV Simpósio Brasil-Alemanha / 4. *Deutsch-Brasilianisches Symposium*, Curitiba, 2009.

SANT' ANNA, M. J. G. **A cidade como objeto de estudo: diferentes olhares sobre o urbano**. Reportagem, 2002. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid24.htm> Acesso em: 2010.

SAUER, C. Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L. et al. (Org.) **Introdução a Geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SCHNEIDER, S. Da crise da Sociologia Rural à emergência da Sociologia da Agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.14, n.2, 1997.

SCHWARCZ, L. K. M. **Questão Racial e Etnicidade**. In: MICELI, Sérgio (org.), O que se lê na Ciência Social Brasileira. São Paulo: Ed. Sumaré/ANPOCS, 1.999.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida do espírito. In: FORTUNA, Carlos (Org). **Cidade, cultura e globalização**. Oeiras: Celta Editora, 1997 [1903].

SOUZA, M. L. **A prisão e a agora: Reflexões em Torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

STEWART, J. **Theory of Culture Change. The Methodology of Multilinear Evolution**. Urbana: University of Illinois Press, 1955.

TOMASI, T. **Pela culturalização das políticas públicas: reflexões a partir da comunidade quilombola de São João/Adrianópolis-PR**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – UEPG/PR, Ponta Grossa, 2010.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade. In: CRUZ, Manuel Braga da (Org.). **Teorias sociológicas**. v. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989 [1887].

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.

VEIGA, J. E. . **Cidades Imaginárias**. 2a. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002. v. 1. 198 p.

WACQUANT, L. 2004. "Ghetto". In Smelser, Neil J. & Baltes, Paul B. (eds). **International Encyclopedia of The Social and Behavioral Sciences**. London: Pergamon Press, ver. ed. 2004. Disponível na página pessoal do autor: <http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/> acesso em: 2010. Tradução brasileira: "Que é gueto? Construindo um conceito sociológico". Tradução de Eisenberg, Z. e Junior, J. F. In: **Revista de Sociologia e Política**, nº 23, Curitiba, novembro/2004, pp.153-164.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural**: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife, 2001.

WILLEMS, E. **Cunha. Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil**. São Paulo, Secretaria da agricultura, 1947. Disponível em: [http://www.archive.org/stream/cunhatradioe00willuoft/cunhatradioe00willuoft\\_djvu.txt](http://www.archive.org/stream/cunhatradioe00willuoft/cunhatradioe00willuoft_djvu.txt) Acessado em: 2010.

WIRTH, L. **The Ghetto**. Chicago : University of Chicago, 1928.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: FORTUNA, Carlos (Org). **Cidade, cultura e globalização**. Oeiras: Celta Editora, 1997.

WOLF, Eric R. "Closed Corporate Peasant Communities in Mesoamerica and Central Java". **Southwestern Journal of Anthropology**, 1957.

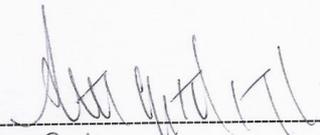
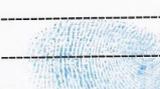
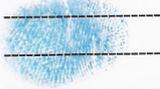
**ANEXO**

## ANEXO 1

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

A comunidade de São João, reunida em 23 de abril de 2010, deliberou por AUTORIZAR a Profa. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr e sua equipe a publicarem os conteúdos do Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola de São João elaborado entre os meses de março de 2009 a abril de 2010. Não existindo, por parte da comunidade, qualquer restrição com relação à publicação de fotos de seus integrantes, bem como, de seus nomes.

Adrianópolis/PR, 23 de abril de 2010

1.  29.4.2010. 206-9  
GERALD CASTILHO DA SILVA
2. ~~Antônio Camargo dos Santos~~ pp 8352834 ~~Sahr~~
3. Benedito marcelo de saur
4. Manoel Zoro de Souza
5.  João Camargo da Silva
6. Atair Lúcia da Costa
7. Léo Rosa dos Santos
8. Celso marcelo dos Santos
9. Cleonice marcelo da Rosa Costa
10.  Palmira Queiroz da Costa
11. Maria Aparecida de Souza
12. Marco José da Mata Santos